



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

JOSUÉ ADILSON CRUZ

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O(S) TEMPO(S) NA DIREÇÃO DA
ANÁLISE: Um Percurso na Clínica Psicanalítica em Freud e Lacan**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Florianópolis
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Josué Adilson Cruz

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O(S) TEMPO(S) NA DIREÇÃO DA
ANÁLISE: Um Percurso na Clínica Psicanalítica em Freud e Lacan**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Fernando Aguiar Brito de Sousa, Dr.

Área de Concentração: Práticas Sociais e Constituição do Sujeito.

Linha de Pesquisa: Psicanálise, Sujeito e Cultura.

Florianópolis
2012

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.**

Cruz, Josué Adilson

Considerações sobre o(s) tempo(s) na direção da análise [dissertação] : um percurso na clínica psicanalítica em Freud e Lacan / Josué Adilson Cruz ; orientador, Fernando Aguiar Brito de Souza - Florianópolis, SC, 2012.

171 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências


1. Psicologia. 2. Tempo. 3. Direção da análise. 4. Sujeito. 5. Perlaboração. I. Souza, Fernando Aguiar Brito de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Josué Adilson Cruz

***Considerações sobre o(s) tempo(s) na direção da análise: um percurso
na clínica psicanalítica em Freud e Lacan***

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2012.



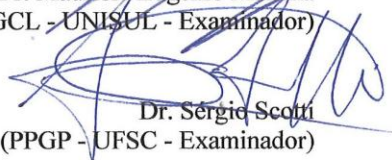
Dra. Maria Aparecida Crepaldi
(Coordenadora - PPGP/UFSC)



Dr. Fernando Aguiar Brito de Sousa
(PPGP - UFSC - Orientador)



Dr. Maurício Eugênio Maliska
(PPGCL - UNISUL - Examinador)



Dr. Sérgio Scotti
(PPGP - UFSC - Examinador)

Dra. Louise Amaral Lhullier
(PPGP - UFSC - Suplente)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Fernando Aguiar B. de Sousa, pela paciência, pelas contribuições, e por possibilitar que este exercício de pesquisa estivesse, do início ao fim, ligado às minhas questões e interesses.

Aos membros da banca, professor Sérgio Scotti e professor Maurício Eugênio Maliska, por suas considerações sobre o trabalho.

Aos meus pais, Adilson e Nilcéia, por estarem sempre presentes, mesmo distantes.

Ao casal mais acolhedor deste mundo, minha irmã e meu cunhado, Jamile e Paulo César, por se disponibilizarem a ser meu porto seguro nesta e em outras empreitadas.

À Maíra, meu amor, fonte de acolhimento e confiança.

Ao meu irmão, Jociel, por me contagiar com sua jovialidade.

A minha irmã, Jéssica, pelo “nunca passado ‘manu’”.

À minha sobrinha, Beatriz, que decretou o início de outros tempos.

Ao Luís e a Pietrine, por caminharem comigo, em várias direções, na descoberta desta minha América.

Ao Nilton e Família, pelos sólidos laços construídos.

Ao Marcelo Rodrigo Campos, por disponibilizar sua biblioteca.

À Rosane Mendonça, pelas interlocuções sobre o texto desta dissertação.

À Maiêutica Florianópolis Instituição Psicanalítica, por possibilitar uma profícua interlocução entre os pares.

Aos colegas do Laço Social Psicanalítico, pelos estudos e por compartilharem meu percurso de formação.

Ao Kawai Shihan e ao Sensei Valdecir, mestres de Aikido, por me ensinarem alguns sentidos do “Do”.

Aos colegas de trabalho do Ambulatório de Saúde, por me acompanharem na prática *psi* em instituição.

Aos meus alunos, por me fazerem falar das coisas *psi* de formas sempre diferentes.

Entre as múltiplas virtudes de Chuang-Tsê estava a habilidade para desenhar. O rei pediu-lhe que desenhasse um caranguejo. Chuang-Tsê disse que para fazê-lo precisaria de cinco anos e uma casa com doze empregados. Passados cinco anos, não havia sequer começado o desenho. “Preciso de outros cinco anos”, disse Chuang-Tsê. O rei concordou. Ao completar-se o décimo ano, Chuang-Tsê pegou o pincel e num instante, com um único gesto, desenhou um caranguejo, o mais perfeito caranguejo que já se viu.

(Italo Calvino, 1990)

RESUMO

A questão do tempo é abordada pelas mais diferentes disciplinas e das formas mais distintas. Tais desenvolvimentos, inclusive, nem sempre permitem uma articulação direta entre si. O tempo na psicanálise remete a particularidades, pois sua discussão está atrelada a conceitos fundamentais que constituem este campo. A presente dissertação toma o tempo na clínica psicanalítica, discorrendo sobre ele na *direção da análise*. Com a expressão, Lacan teve o intento de caracterizar, na década de 1950, os vários elementos que estão em jogo na cena analítica e que são de responsabilidade do analista e do analisante. Ele retoma o modo de trabalho dos psicanalistas da “Psicologia do Ego” e tece críticas diferenciando seu modo de trabalho, baseado no percurso teórico em que ele próprio denominou de retorno a Freud. O analista dirige a análise, não dirige o analisante. A direção da análise é o pano de fundo em que a questão tempo é discorrida neste trabalho. Parte-se da noção de perlaboração cunhada por Freud, em 1914, para nomear o trabalho que o analisante realiza na análise, caracterizando-se como a inserção do fator temporal na análise. Para que o sujeito integre uma interpretação é necessário tempo para que ele trabalhe frente às resistências. Ao desenvolver sua teoria do tempo lógico, Lacan, por sua vez, distingue três instâncias que o constituem: o instante de ver, o tempo para compreender e o momento de concluir. O tempo para compreender equivale à perlaboração freudiana, um tempo que se estende na análise, implica na duração dela e das sessões e impede que o fim da análise possa ser previsto. Percebe-se que Lacan ratifica o lugar dado por Freud à perlaboração, que se articula com o trabalho do simbólico, e em contrapartida desloca-a de seu lugar conceitual, remetendo a perlaboração (tempo para compreender) ao ato analítico, que através do momento de concluir considera o registro do real como elemento que remete a causa do sujeito, impondo, com isso, limite ao próprio simbólico. Portanto, o tempo na análise desenvolvido por Freud (a perlaboração) torna-se parte constituinte de outra estrutura temporal (tempo lógico) que testemunha um outro modo de se entender a clínica psicanalítica e os efeitos que nela podem ser produzidos.

Palavras-chave: tempo, direção da análise, sujeito, perlaboração, tempo lógico.

RÉSUMÉ

La question du temps est abordée par différentes disciplines et de formes très distinctes. De tels développements ne permettent pas toujours une articulation directe entre eux. Le temps, en psychanalyse renvoie à des particularités, car sa dimension est liée à des concepts fondamentaux qui constituent ce champ. La présente dissertation considère le temps en clinique psychanalytique. Par cette expression, Lacan a tenté de caractériser, dans la décennie de 1950, les divers éléments qui sont en jeu sur la scène analytique et qui sont de la responsabilité de l'analyste et de l'analysant. Il reprend le mode de travail des psychanalystes de la « Psychologie de l'Ego » et tisse des critiques en différenciant son mode de travail, basé sur le parcours théorique qu'il a lui-même dénommé de retour à Freud. L'analyste dirige l'analyse, non l'analysant. La direction de l'analyse est la toile de fond dans laquelle la question temps est discutée dans ce travail. On part de la notion de perlaboration appuyée par Freud, en 1914, pour nommer le travail que l'analysant réalise en analyse et qui se caractérise par l'insertion du facteur temporel. Pour arriver à ce que le sujet intègre une interprétation et donc travaille ses résistances, il faut du temps. Quand Lacan développe sa théorie du temps logique, il distingue trois instances telles que : l'instant de voir, le temps pour comprendre et le moment de conclure. Le temps pour comprendre équivaut à la perlaboration freudienne, un temps qui s'étend en analyse et qui s'implique dans la durée et dans les séances et qui empêche la prévision de la fin de l'analyse. On perçoit que Lacan approuve la place donnée par Freud à la perlaboration, qui s'articule par le travail du symbolique. En échange, il la retire de sa position conceptuelle, la renvoyant à l'acte analytique qui, au moment de conclure considère le registre du réel comme l'élément qui renvoie à la cause du sujet, imposant donc une limite au propre symbolique. Par conséquent, le temps en analyse développé par Freud (la perlaboration) devient la partie constituante d'une autre structure temporelle (le temps logique) qui témoigne un autre mode de se comprendre la clinique psychanalytique et les effets qu'elle peut produire.

Mots-clés: temps, direction de l'analyse, sujet, perlaboration, temps logique.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- a.C.** – Antes de Cristo
Ics – Inconsciente
Pcs – Pré-consciente
Cs – Consciente
S1 – Significante mestre
IPA – International Psychoanalytical Association
R. S. I. – Real. Simbólico. Imaginário.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 SOBRE O TEMPO.....	23
2.1 O TEMPO NO COTIDIANO.....	23
2.2 O TEMPO PASSA: O ANTES E O DEPOIS IMPLICAM NA FINITUDE.....	29
2.3 A FLECHA DO TEMPO: PASSADO – PRESENTE – FUTURO.....	32
2.4 A UNIVERSALIDADE E AS PARTICULARIDADES DO TEMPO: O TEMPO CÓSMICO E O TEMPO LOCAL.....	33
2.5 O TEMPO DA CONSCIÊNCIA: AS TEMPORALIDADES.....	35
2.6 A CONSCIÊNCIA PARA A PSICANÁLISE... DESDE OS TEMPOS DE FREUD.....	38
2.7 O TEMPO E SUAS APROXIMAÇÕES COM A PSICANÁLISE.....	43
2.7.1 Primeiros comentários sobre o sujeito da psicanálise conforme Lacan.....	45
2.7.1.1 O <i>Nachträglichkeit</i> e a cadeia significante.....	45
2.7.1.2 O inconsciente é atemporal.....	45
2.7.2 Essa estranha temporalidade... na análise.....	49
3 A DIREÇÃO DA ANÁLISE.....	51
3.1 AS PARTICULARIDADES DA CLÍNICA PSICANALÍTICA.....	54
3.1.1 A psicanálise e a clínica.....	56
3.2 NO INÍCIO ERA.....	56
3.2.1 As entrevistas preliminares.....	58
3.2.2 O grande Outro e o sujeito do desejo.....	59
3.3 A REGRA FUNDAMENTAL.....	61
3.4 O QUE É O ANALISTA?.....	65
3.5 O MANEJO DA TRANSFERÊNCIA.....	71
3.5.1 O sujeito suposto saber.....	72
3.5.2 A transferência como motor da análise.....	73
3.6 O TEMPO E A DIREÇÃO DA ANÁLISE: ALGUNS PRIMEIROS COMENTÁRIOS.....	74
4 O TRABALHO DA TRANSFERÊNCIA: A PERLABORAÇÃO.....	77
4.1 OS TRABALHOS RELACIONADOS À PSICANÁLISE.....	81
4.1.1 <i>Bearbeiten</i> – a elaboração secundária.....	82
4.1.2 <i>Verarbeiten</i> – elaboração psíquica.....	83
4.2 A RESISTÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM A REPETIÇÃO.....	85

4.3 A COMPULSÃO À REPETIÇÃO.....	89
4.3.1 A repetição no contexto do seminário XI de Lacan.....	96
4.3.2 Real, simbólico e imaginário.....	98
4.4 A PERLABORAÇÃO NA CLÍNICA.....	99
4.4.1 O termo <i>durcharbeiten</i>	101
4.4.2 É preciso tempo. A significância em questão.....	101
4.4.2.1 O trabalho da transferência permite o reconhecimento.....	102
4.4.2.2 O tempo portuno e a intervenção do analista.....	106
4.4.2.3 A perlaboração é o trabalho do analista ou do analisante?.....	110
4.4.2.4 A perlaboração implica numa específica temporalidade?.....	112
5 A ANÁLISE E O TEMPO LÓGICO.....	121
5.1 O TEMPO LÓGICO.....	122
5.2 O SOFISMA.....	125
5.2.1 A solução.....	126
5.3 AS TRÊS INSTÂNCIAS TEMPORAIS.....	130
5.4 O TEMPO LÓGICO E O SUJEITO.....	132
5.4.1 A lógica do ato.....	136
5.5 O TEMPO LÓGICO E A DIREÇÃO DA ANÁLISE.....	139
5.6 PARA ALÉM DA PERLABORAÇÃO?.....	145
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	159

1 INTRODUÇÃO

O passado, o presente e o futuro são entrelaçados pelo fio do desejo que os une. Tal afirmação é realizada por Freud em *Escritores criativos e devaneios* (1908) por conta de sua argumentação sobre as fantasias (e devaneios) e sua relação com os processos criativos. Essa flutuação do desejo pelos “três tempos” – passado, presente e futuro – torna complexa a questão temporal, dando a entender que as três instâncias temporais, no humano, apresentam-se moduladas por uma ordem que remete ao desejo inconsciente e ao sujeito que daí advém, revogando a linearidade e a própria sequência das três instâncias ora mencionadas. Na análise, os três tempos assinalados apresentam-se de modo a constituir uma “estranha temporalidade”, em que “o presente se anuncia, atropelado por um futuro suposto, formatado por um passado hipotético que nunca foi” (FINGERMANN, 2009, p. 60).

O desejo tem este “poder”: faz os três tempos se ligarem de tal modo que, juntos, dificultam a própria delimitação deles próprios, colocando-os sob o jugo de processos inconscientes que os fazem interpenetrar-se. A afirmação de que o passado, o presente e o futuro são entrelaçados pelo desejo não alude à ideia de que os três tempos mantêm relação entre si, fato já reconhecido e tomado como certo pelo próprio senso comum. Mais que uma simples relação, tal afirmação freudiana nos convida a refletir sobre uma quase impropriedade de se falar de três tempos. O desejo enquanto fio que se move de um a outro tempo faz valer uma lógica que excede ao movimento apresentado pela “flecha do tempo”, que se move do passado em direção ao futuro.

Freud não desenvolveu o tempo enquanto conceito. Para Le Poulichet (1996), Freud refere-se a um processo – a análise – que se efetiva no tempo e precisa de tempo para ocorrer. Mas ele não especifica um “trabalho do tempo”, a exemplo de como faz com o trabalho do luto e o trabalho do sonho. Não se vê tal dedicação, mesmo que se possa depreender de seus estudos “vários tempos” que se articulam de forma direta com a análise. Pode-se citar a atemporalidade do inconsciente, o tempo ligado à pulsão, a fruição do tempo e o valor de sua escassez, o tempo de duração do tratamento analítico, a perlaboração, o *Naschträglichkeit* (a posteriori), entre outros.

Já Lacan tomou para si tal tarefa, elaborando sua teoria do tempo lógico, que está diretamente ligada à sua concepção de sujeito e ao trabalho realizado em análise, por analista e analisante. Lacan leva sua

teoria do tempo a consequências tais que, ao se imbricar com os conceitos fundamentais da psicanálise, ela se apresenta como estruturante da própria análise, pois, com ele, é a partir do tempo lógico que se opera na análise, fato este, inclusive, que se prestou e presta a confusões, que serão devidamente abordadas no capítulo 5.

Com um olhar panorâmico pode-se verificar que tanto a obra de Freud quanto a de Lacan envolvem preocupações que implicam diretamente o tempo. Em Freud, a questão temporal pode ser identificada já no início de seu percurso de teorização. Em *Etiologia da histeria* (1896) ele afirma que o estado histérico é o efeito tardio e duradouro de uma emoção vivenciada no passado. Num de seus últimos textos, *Análise terminável e interminável* (1937), sua preocupação com o tempo permanece ao tecer considerações sobre a duração do tratamento. Lacan, também no início de seu percurso, em sua tese de doutorado, *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade* (1932), teoriza sobre os efeitos de apreensão subjetiva do tempo, chamando-os de *sentimentos do tempo*. Seus últimos dois seminários, *O momento de concluir* (1978) e *O tempo e a topologia* (1979), não examinados na presente dissertação¹, levam em seu próprio título a preocupação do autor com a questão temporal. A temática tempo é pregnante a tal ponto nas obras de Freud e Lacan, e como tal serão privilegiadas no presente estudo, que não se pode deixar de lhe atribuir relevância.

Desde o fundador da psicanálise a questão tempo articula-se com a teoria e a prática psicanalítica. Considerando os pósfreudianos – todos aqueles que continuaram seus percursos relacionados à psicanálise depois da morte de Freud, especialmente quem se propôs a discutir teoricamente seus achados na clínica, por se apropriarem de forma particular das teorias desenvolvidas por Freud, permitiram uma profusão de ideias que marcam modos muito diferentes de entender a psicanálise enquanto campo conceitual e a análise propriamente dita –, pode-se identificar que “há sempre uma ideia sobre o tempo subjacente a qualquer modo de se pensar e de se praticar a psicanálise” (GONDAR, 2006, p. 104). No presente trabalho visa-se a considerar a relevância do fator tempo na *direção da análise*, que, inclusive, mesmo no contexto da clínica, pode ser abordado sob várias óticas. De todas possíveis, dar-

¹ Estes dois textos de Jacques Lacan não foram examinados no presente trabalho, pois o recorte proposto nesta dissertação concentrou-se nos textos do referido autor que foram escritos até meados da década de 1960.

se-á prioridade àquela que diz respeito às noções de *perlaboração* (Freud) e *tempo lógico* (Lacan).

É em 1914 que Freud apresenta, no texto *Recordar, repetir e elaborar*, as noções de *perlaboração* e compulsão à repetição, sendo ambas articuladas às novas ideias que ele vinha desenvolvendo sobre a análise, tendo, portanto, implicações diretas sobre o modo que se pensa a clínica. A *perlaboração* consiste na indicação freudiana de “dar tempo ao analisante para que este possa conhecer melhor suas resistências”, tendo a considerável função, no texto citado anteriormente, de ser responsável por *efetivar as maiores mudanças subjetivas* por parte do analisante no processo analítico e, também, *distinguir a análise de qualquer tratamento baseado na sugestão*.

Se Freud atribui toda importância à *perlaboração* na clínica, Lacan tampouco a deixa de lado. Retoma-a no texto *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada* (1966), quando apresenta o surgimento do sujeito articulado ao tempo lógico. O tempo lógico é abordado por Lacan através do sofisma dos três prisioneiros, onde são apresentadas as três instâncias temporais constituintes do tempo lógico: instante de ver; tempo para compreender; e momento de concluir. *Tempo para compreender é a forma que Lacan nomeia a perlaboração*. Observa-se, então, que a *perlaboração* é parte constituinte da estrutura temporal proposta por Lacan, o tempo lógico, e que mantém relação estreita com o sujeito do inconsciente, noção indispensável para se pensar a clínica psicanalítica depois das contribuições teóricas de Jacques Lacan.

Levando em conta que, já de início, Lacan aproveita a noção de *perlaboração* em sua teoria do tempo lógico, a presente pesquisa objetiva retomar esta noção desenvolvida por Freud e verificar qual seu lugar na clínica após os desenvolvimentos teóricos realizados por Lacan. Quer-se aqui investigar sobre o estatuto do tempo na clínica psicanalítica, em sua “versão *perlaboração*”, a partir da obra de Lacan da década de 1950 e início da década de 1960: e, prioritariamente, o texto sobre o tempo lógico.

Entre a apresentação da noção de *perlaboração* feita por Freud em 1914 e a retomada do texto sobre o tempo lógico, em 1966 (primeira versão data de 1945), passaram-se 52 anos. Neste ínterim, a psicanálise se modifica, novas perspectivas clínicas são adotadas, novas discussões e conceitos são apresentados, e, com isso, novas possibilidades relacionadas à clínica são engendradas. Levando-se em conta este recorte que totaliza cinco décadas, visa-se ainda no presente estudo a identificar o lugar da *perlaboração* no corpo teórico psicanalítico e sua

reverberação na prática clínica num outro momento que não o de sua criação realizada por Freud.

No *capítulo 2*, abordarei o tempo sobre a ótica da história e da filosofia, apresentando de forma sucinta a presença “constante” do tempo na vida dos sujeitos contemporâneos, tornando-se, o próprio tempo, uma referência importante para se entender as formas em que os laços sociais são estabelecidos. Neste capítulo, portanto, serão tecidas considerações sobre o tempo na perspectiva de algumas disciplinas, a história e a filosofia, especialmente a partir da noção de consciência, antes de abordá-la na psicanálise.

O tempo, noção abstrata e de grande extensão, faz-se presente na vida dos sujeitos humanos de formas muito diferentes. A própria constatação da não perenidade da vida e das coisas convoca os humanos a se defrontarem com inícios e fins que constituem o próprio viver. Levando-se em consideração a história, vê-se que a presença do tempo na vida cotidiana se dava num primeiro momento conforme o *tempo cosmológico* (balizado pelo movimento da natureza).

Depois, nas sociedades modernas, passou a ter prioridade o *tempo mecânico* (prestando-se à contagem efetivada pelos relógios e outros dispositivos que marcam o tempo que passa). Este último, nos dias atuais, dá lugar a um cálculo minucioso do “tempo que passa”, por conta de sua relação com a aceleração e a simultaneidade. Esse tempo, a temporalidade do mundo moderno e globalizado, reverbera sobre os sujeitos, nas próprias ideias e representações que estes têm do tempo e suas influências em seus modos de viver. É neste contexto, aqui apresentado de forma panorâmica, que a clínica psicanalítica se oferece como espaço que visa a lidar com temporalidades muito específicas, ditadas pelo *manejo da transferência* e pelo sujeito do desejo inconsciente.

Se é possível reconhecer com facilidade a influência na vida das pessoas das representações que estas têm do tempo e de si, ou seja, daquilo que podem tomar consciência, a clínica psicanalítica dá vez ao sujeito que anuncia temporalidades que fogem do domínio da representação.

Com o intuito de caracterizar melhor a clínica psicanalítica, pano de fundo e ao mesmo tempo parte constituinte do problema da presente pesquisa, no *capítulo 3* buscarei apresentar algumas ideias que dizem respeito à prática analítica, e que constitui uma noção nascida com Lacan e por ele chamada de *direção da análise*.

A psicanálise é uma disciplina cujo corpo teórico origina-se da clínica. Freud implementa novas descobertas em suas pesquisas e

desenvolve suas teorias a partir da clínica. Seu método, com o passar do tempo e as descobertas produzidas em seu próprio seio, fazem a psicanálise transformar-se numa clínica específica, sustentada teoricamente pela coerência interna de um conjunto de conceitos e noções. Esses conceitos e noções, por sua vez, possibilitam o entendimento e a própria existência disso que Freud chamou de *situação analítica*, que tem seu equivalente na noção de *experiência analítica*, desenvolvida por Lacan.

O campo do grande Outro, a transferência, o inconsciente, o desejo do analista, o analista e o analisante, o sintoma, a associação livre, são alguns dos temas escolhidos para dar conta da tarefa de caracterizar em linhas gerais a *práxis* analítica e a direção da análise, com os aportes teóricos desenvolvidos por Freud e por Lacan, conforme o recorte proposto, na década de 1950 e início da década de 1960. Este terceiro capítulo pretende assim ser propedêutico em sua abordagem da direção da análise, retomada nos capítulos seguintes pela via da discussão sobre o tempo.

Como retomar a análise a partir da discussão sobre o tempo? No capítulo 4, isso será feito tomando o tempo na direção da análise a partir do texto *Recordar, repetir e perlaborar* (1914), no qual Freud apresenta duas novas noções que irão influenciar sobremaneira a forma pela qual entendemos o trabalho em análise: a *perlaboração* e a *compulsão à repetição*. Eis que o primeiro dos dois termos é a noção central da presente pesquisa sendo a introdução, feita por Freud, do fator tempo na análise. Mas, para discutir a perlaboração (*Durcharbeitung*) faz-se necessário contar com o auxílio de outros conceitos que a ela se ligam diretamente. A perlaboração consiste no trabalho de enfrentamento das resistências e, assim posto, implica na necessidade de compreender de forma mais apurada o que é a *resistência* e seu papel na análise e também qual sua ligação com a compulsão à repetição.

Desde a retomada da discussão sobre a compulsão à repetição a partir da pulsão de morte, em 1920, entra em cena na clínica psicanalítica um núcleo que não pode ser simbolizado. A fala, elemento que viabiliza a análise através das articulações de significantes, pode bordejar este núcleo. Está em questão o fato de nem tudo poder ser falado. Topar com esta constatação na análise significa considerar o *real na clínica*: quais implicações de tal consideração para a direção da análise? E, se a perlaboração diz respeito justamente ao trabalho que visa a produzir o efeito de significância, diretamente ligado ao simbólico, como encará-la num contexto, que envolve a prática analítica, onde há a predominância do conceito de real?

Tais questões são abordadas no *capítulo 5*, onde o real na clínica é tomado através do conceito de tempo lógico. Um tempo que a partir da lógica oferece um entendimento específico de como o sujeito se apropria, sempre *a posteriori*, de sua condição. Um tempo que apresenta as condições de possibilidade do próprio surgimento do sujeito. Ainda neste capítulo, depois de apresentada a análise sob o recorte do tempo lógico e do conceito de real lacaniano, procurarei retomar a noção de perlaboração e avançar sobre o problema que consiste em sua própria apreensão a partir do tempo lógico.

Sylvie Le Poulichet, em seu livro *O tempo na psicanálise* (1996), cita Maurice Blanchot, quando este menciona: “O tempo é esta palavra única em que se depositam as experiências mais diferentes.” Trata-se, no caso do presente trabalho de pesquisa, de abordá-lo em sua ligação com a *experiência analítica*.

2 SOBRE O TEMPO...

Sim, o tempo é um enigma singular,
difícil de resolver.
(Thomas Mann, 1980)

O tempo é referenciado nos saberes populares enquanto noção ordenadora da vida. É tomado enquanto objeto dos saberes míticos e também utilizado como recurso temático na poesia. Já a noção de tempo tem sido motivo de estudo na longa história da filosofia e, na modernidade e contemporaneidade, também nas ciências humanas e naturais.

A noção de tempo permite caracterizar uma série tão vasta de acontecimentos e situações, que é necessário, para se ter clareza de qual tempo se está falando, remeter ao contexto específico ao qual o termo está ligado. Sua presença marcante parece atestar que o tempo é um tema recorrente e de interesse de muitas áreas de conhecimento. Tão largamente estudado e tão enigmático. Como pode ser tão presente e ao mesmo passo tão fugidio?

Sua própria definição apresenta-se como uma tarefa complexa, não somente pela gama variada de possibilidades de abordá-lo, mas por ser abstrato a tal ponto, que as representações construídas para caracterizá-lo são representações construídas no modelo do espaço: “é um tempo longo” ou “é um curto espaço de tempo”. “Do tempo, nós podemos ter uma noção, mas jamais um conceito ou definição.” (GONDAR, 2006, p. 105).

Os questionamentos iniciais sobre o tema, dar-se-ão a partir do reconhecimento de sua presença maciça no cotidiano, nos dias de hoje, enquanto noção ordenadora da vida. O tempo no cotidiano será abordado nesta dissertação de forma articulada ao tempo na atualidade. Em seguida, será realizado o percurso de diferenciação de duas apropriações do problema tempo: o tempo objetivo e o tempo subjetivo. Com este último, será privilegiado, num primeiro momento, o tempo da consciência, para então tomar a noção de consciência a partir da psicanálise, à guisa de introdução do tempo no edifício teórico psicanalítico.

2.1 O TEMPO NO COTIDIANO

O *cotidiano* não se traduz como a parte corriqueira, mundana por assim dizer, da vida das pessoas. Também não é o lugar dos

acontecimentos irrelevantes, distintos dos acontecimentos importantes. O cotidiano é o espaço onde todos vivem, independente do lugar institucional e social que os mesmos ocupam. Aqui, a noção *cotidiano* é caracterizada pela idéia de *micro-lugares*, espaços de encontros e desencontros entre sujeitos, que valoriza os acasos diários (SPINK, 2008).

Pois é desde este lugar, onde todos os humanos experienciam o viver, que é possível verificar a presença marcante do tempo, ou na forma de “exigência” para se viver em um mundo acelerado, ou na forma de “novidade” – em sua maioria, tecnológica – que influencia no modo de lidar com as demandas associadas com a questão tempo na contemporaneidade.

É assim que se vê a grande profusão de notícias veiculadas pelos mais variados meios de comunicação, mencionando a questão temporal. Não raro, nos deparamos com revistas, programas de TV, notícias na internet, conversas no dia a dia, que mostram a presença constante do tema enquanto notícia.

Com os recentes avanços científicos, especialmente aqueles relacionados às pesquisas com as células tronco, as notícias que envolvem a *longevidade* se destacam entre as mais comentadas. A possibilidade de regeneração das células remonta a uma realidade em que a criação de órgãos e tecidos viabiliza a idéia de permanente substituição de partes do corpo que não estariam em pleno funcionamento e comprometeriam a vida em curso. Com isso, otimiza-se o funcionamento do organismo, ampliando a expectativa em relação à sua existência.

Vê-se também o surgimento de incontáveis novidades sobre a busca da conservação do organismo, que, pela sua versão em forma de excesso, é chamada por muitos de “eterna juventude”. Cosméticos com uma química cada vez mais elaborada presumem retardar o envelhecimento do organismo vivo. As plásticas trazem o valor de restituir o viço em relação à degradação das partes do corpo. Também a genética anuncia novidades, alentando aos esperançosos pela busca de algum saber sobre a vida nos genes, que poderiam adiar, ou resolver os problemas que advém com a idade.

Já os avanços tecnológicos se prestam a otimizar o tempo disponível dos humanos, com consequências visíveis para a economia do tempo. As tecnologias disponíveis nos automóveis possibilitam a interface de várias funções ao mesmo tempo, enquanto as pessoas se locomovem. O transporte aéreo cresce vertiginosamente, visto sua praticidade em relação às outras formas de transporte. Os celulares e a

internet provocam o acesso prático e rápido às informações e ao contato com outros.

Enfim, a temática tempo pode ser articulada de formas tão diversas, partindo exclusivamente da noção de cotidiano, que torna inviável a tarefa de dimensionar a extensão de sua presença nos assuntos que se ligam diretamente à existência dos humanos. Santo Agostinho, no livro XI da obra *Confissões*, já afirmava esta característica do tempo:

Falamos do tempo e mais do tempo, dos tempos e ainda dos tempos. Andamos constantemente com o “tempo” na boca: “Por quanto *tempo* falou este homem?” “Quanto, *tempo* demorou fazendo isto?” “Há quanto tempo não vi aquilo?” “Esta sílaba longa tem o dobro do tempo daquela sílaba breve”. Dizemos e ouvimos semelhantes expressões. Os outros nos compreendem e nós os compreendemos.

São palavras muito claras e muito vulgares, mas ao mesmo tempo bastante obscuras. (SANTO AGOSTINHO, 2010, p. 182)

Os afazeres diários, as múltiplas tarefas que constituem o cotidiano, tomam o tempo como instrumento indispensável de orientação. No entanto, não se trata de caracterizá-lo como uma idéia inventada pelos humanos para orientá-los no dia a dia. O tempo não é um instrumento. Ele é uma instituição cujas características variam conforme os contextos sociais.

Elias (1998), inclusive, com sua análise sociológica do tempo, alude ao poder coercitivo que ele exerce sobre as pessoas, tal sua presença frente à necessidade que estas têm de pautar a organização de suas vidas numa temporalidade instituída pelos grupos e instituições ao qual pertencem.

Para este autor, quanto maiores forem as ligações de interdependência funcional entre os homens, maior será a coerção por parte do tempo, indicando que o tempo na modernidade sacrifica os humanos aos seus imperativos, tornando-se um regulador poderoso das ações e relações humanas. Contardo Calligaris (1997, p. 186) afirma, ao comentar os desenvolvimentos feitos pelo autor citado anteriormente, que “o próprio do processo civilizatório consiste em uma progressiva internalização do controle, inclusive nos detalhes mínimos que organizam a vida cotidiana”. Já Sousa, sobre o tema, indica o seguinte:

O que nomeei, portanto, como *burocratização do amanhã* é uma forma de controle do tempo, daquilo que temos como mais precioso e que repentinamente nos vemos literalmente atropelados por ritmos de funcionamento que organizam nossa vida e nossa morte. Tempo/cartão ponto desenhando as rotinas que tanto preservamos e amamos. [...] Controlar o tempo é um dos instrumentos mais potentes da lógica do poder (SOUSA, 2007, p. 31).

Esta interdependência funcional citada por Elias (1998) caracteriza relações baseadas em modos de auto-regulação. O processo civilizador diz respeito à implementação de modos de auto-regulação por parte dos homens, notadamente, aqueles pertencentes aos estados industriais avançados. Esta auto-regulação se evidencia pela integração da sensibilidade ao tempo, baseada na exatidão temporal dos homens modernos em comparação as sociedades de estruturas mais simples (Elias, 1998). Sendo assim, os processos sociais, através dos modos de sociabilidade, sempre apresentam coordenadas de como o sujeito (indivíduo social) deve se submeter ao tempo.

Ao se desenvolverem, as sociedades modernas foram criando formas cada vez mais elaboradas de controle do tempo. Para fazê-lo, precisaram avançar substancialmente com as formas de medição do tempo que passa. Estas, por sua vez, sempre foram feitas pela medida da regularidade de algum fenômeno.

Nas sociedades antigas, estes fenômenos eram ligados aos astros celestes – o sol, a lua e as estrelas –, aos movimentos da natureza – as marés, as estações do ano, as cheias dos rios e as secas – e bastavam para indicar o momento preciso para muitos acontecimentos. Conforme as sociedades foram tornando suas formas de organização mais complexas, outros modos mais precisos de aferir o tempo precisaram ser criados.

Para os antigos, o tempo era compartimentalizado, não havendo sobre ele uma representação unitária integrada. De modo próprio, os agrupamentos humanos se apropriavam dos sinais advindos da natureza para se organizarem socialmente. É com o advento de uma grade relativamente integrada de reguladores temporais – calendários, relógios, anos, séculos, eras – que se desenvolveram formas precisas de medição do tempo. Como consequência, produziu-se a experiência do tempo com um fluxo uniforme e contínuo (ELIAS, 1998).

Nas sociedades pré-modernas o tempo era ligado mais diretamente aos fenômenos naturais. Estes, por sua vez, tratavam de cadenciar os acontecimentos, impedindo-os que se dessem ao mesmo tempo. Atualmente, nota-se que essa propriedade do tempo vem desaparecendo e muito do viver do homem moderno ocorre através de experiências simultâneas.

A medição do tempo torna-se algo central para a torrente de acontecimentos simultâneos que caracterizam as formas de sociabilidade que acontecem na modernidade. Duas destas formas de medição da regularidade de acontecimentos (que se tornou sinônimo de medição do tempo) mais presentes na modernidade são os calendários e os relógios.

Para os calendários chegarem ao seu estágio atual de formulação, vários consensos e reformulações foram necessários. Estes visavam à articulação de símbolos que são ligados a datas específicas e deviam estar devidamente representados nas datas que oficialmente constituem o calendário. É fato que não existe apenas um calendário em vigor hoje. No entanto, os principais calendários se consideram mutuamente, no sentido de perpetuarem uma uniformidade na forma de contabilizar a passagem do tempo, acarretando num movimento de mundialização do tempo.

Também em relação à contagem do tempo, é o final do século XIII que testemunha a instituição de uma nova forma de temporalidade, rompendo com a tradição temporal ligada aos ciclos naturais. Foi nesta época que no alto das igrejas de algumas cidades do continente europeu começaram a funcionar os primeiros relógios mecânicos.

O relógio é uma invenção que intenta padronizar uma organização e, pelo seu uso, transmite a idéia de que o tempo corre num fluxo contínuo. Ele, que de início indicava *as horas* de acontecimentos coletivos em determinadas comunidades, hoje funciona numa precisão que se conta em frações de *segundos*, visto sua necessidade de regular o funcionamento de instituições e seus aparatos tecnológicos. O acesso virtual às informações, os programas que controlam ogivas nucleares, a interação com as bolsas de valores, a inscrição em concursos públicos e muitas outras atividades humanas, marcam sempre momentos muito específicos para que possam ocorrer. A regra se faz com base em um tempo convencionalizado como científico.

As medidas proporcionadas pelo relógio dizem respeito a um tempo atômico, cientificamente demonstrado. Desde 1967, o segundo, fração de tempo constituinte das horas, “tem a duração de 9.192.631.770 períodos de radiação correspondente à transição entre os

dois níveis hiperfinos do estado fundamental do átomo do célio 133.” (JÖNSSON, 2004, p. 34). Este processo possibilitado pelos novos conhecimentos produzidos na modernidade, incluindo os científicos, implicaram em muitas consequências de como os humanos vivem sua experiência *com e no tempo*.

Foi no final da Idade Média, com o desenvolvimento das cidades, impulsionado pelas trocas comerciais e pela intensificação da produção artesanal, que outra relação dos homens com o tempo começou a ser exigida (KEHL, 2009). O tempo dos ciclos naturais, que fora substituído pelo tempo da igreja, agora cedia espaço ao tempo do comércio. A Revolução Industrial passou a regular o tempo em função do trabalho mecânico e da produtividade.

Hoje, vive-se o que nas palavras de Maria Rita Kehl, no livro *O tempo e o cão: a atualidade das depressões* (2009), pode ser chamado: um *imperativo* ligado ao aproveitamento do tempo, indicando a *urgência* de que é preciso aproveitá-lo, fazendo-o render o máximo possível. Neste sentido, não estranha a profusão de publicações, principalmente ligadas à área da administração, que ensinam como organizar e aproveitar melhor o tempo. Tal é o alcance destas constatações que o próprio tempo, a partir da atualidade do discurso do capitalista², adquire um valor comercial (SOLER, 2008).

O tempo contemporâneo é vivido com um sentimento permanente de urgência, visto serem constantes (por vezes, excessivas) e simultâneas as solicitações em termos de afazeres, que se fazem necessárias na organização do dia a dia do humano moderno. Tudo aquilo que se refere às tecnologias da informação, presente na vida cotidiana das pessoas, tensiona para o reconhecimento de uma temporalidade que se distancia cada vez mais do modelo clássico de sucessão linear e se configura como um tempo instantâneo e contínuo.

² Lacan estabeleceu a teoria dos discursos como um meio de abordagem psicanalítica do sujeito através do universo discursivo. O discurso implica, neste sentido, numa íntima relação com a afirmativa de que o Inconsciente é estruturado como uma linguagem e a relação do inconsciente com o real. Lacan diz que o discurso sustenta o laço social. No período em que introduz o discurso como conceito a partir de maio de 1968 no seminário *O avesso da psicanálise*, afirma que o discurso é um laço social (VEGH, 2001). Ele desenvolve uma estrutura própria para cada um de seus quatro discursos: o *discurso psicanalítico*, o *discurso universitário*, o *discurso histórico* e o *discurso do mestre*. É a partir de uma torção feita neste último, o discurso do mestre, que Lacan obtém a fórmula do discurso do capitalista, sendo considerado, portanto, uma variação do discurso do mestre. Lacan chegou a chamá-lo de discurso do mestre moderno.

Frente a este conjunto de transformações, “o homem contemporâneo é subjugado pela consciência premente e presente da passagem do tempo” (KEHL, 2009, p. 167). Em contrapartida, também contemporaneamente, a psicanálise “continua insistindo com um método que proporciona uma experiência do tempo na contramão da experiência subjetiva do ‘tempo que passa’, inflacionada pelos tempos que correm” (FINGERMAN, 2009, p. 60). O tempo que passa com velocidade apela aos sujeitos humanos que cedam de qualquer tempo que não se coadune com esta pressa. Ciente que este é um tempo característico dos dias atuais, pode-se pensar em algum contraponto?

Posto que sob diversas formas a questão do tempo encontra-se na ordem do dia dos *sujeitos*³ contemporâneos, a presente pesquisa fez dela seu objeto de estudo a partir de um ponto de vista muito particular, tomando a clínica psicanalítica como referência. Antes disso, contudo, cabe ainda retomar a questão do tempo sob alguns aspectos que intentam ser introdutórios a este trabalho de dissertação.

2.2 O TEMPO PASSA: O ANTES E O DEPOIS IMPLICAM NA FINITUDE

Várias áreas de conhecimento – por exemplo, a saúde – vêm se ocupando de forma diferenciada do tema *envelhecimento*, visto a atualidade das preocupações envolvendo o aumento de expectativa de vida em todos os continentes e o desafio do envelhecimento saudável. Na esteira do envelhecimento populacional, definido como a mudança da estrutura etária da população (BRASIL, 2006), os idosos estão ganhando visibilidade e atenção das políticas públicas, especialmente de saúde e previdenciária, por se tornarem mais numerosos, exigindo o esforço de se entender melhor os modos de se pensar e viver o envelhecimento em sociedade.

A noção de envelhecimento, de modo geral, alude à idéia de degradação do corpo e do psiquismo, implicando na perecibilidade e na perda da capacidade funcional do organismo. Cícero, que viveu em Roma de 106 a.C. à 43 a. C., em seu texto *Saber Envelhecer* (2011), já problematizava naquela época questões relacionadas ao envelhecimento.

³ Na presente dissertação o termo sujeito aparecerá circunscrito à duas acepções. A primeira diz respeito ao sujeito no sentido mais geral do termo, sinônimo de ser humano e “indivíduo”. A segunda versa sobre o sujeito do desejo (inconsciente), sujeito da psicanálise. Ambos os termos aparecerão sem que haja indicação explícita de qual seu uso específico, sendo possível, no entanto, identificar qual o sentido de seu uso a partir do contexto.

Para ele, existiam quatro razões possíveis para não se simpatizar com a velhice: 1) Ela nos afastaria da vida ativa; 2) Ela enfraqueceria nosso corpo; 3) Ela nos privaria dos melhores prazeres; 4) Ela nos aproximaria da morte. Depois de citar tais razões, ele as combate, mostrando que estas indicariam uma visão pejorativa do processo de envelhecer, pois se ligariam preponderantemente à idéia de perda.

A atualidade dos temas ligados à longevidade permitem afirmar que os discursos sobre o envelhecimento multiplicam-se, e ater-se exclusivamente ao aspecto das perdas advindas com o passar do tempo revelar-se-ia uma perspectiva restritiva. Aliás, poder-se-ia dizer que as perdas e as aquisições que se somam no correr da vida são coerentes com a ideia de desenvolvimento, que considera os elementos que vão se articulando ou desarticulando na história do sujeito com a passagem do tempo. A história na psicanálise não tem relação direta com a história do desenvolvimento, mais ligada às datas e ao tempo que passa. A história na psicanálise tem relação com os efeitos de um dizer que não consideram uma perspectiva linear de tempo, contrapondo-se a ideia de desenvolvimento. No entanto, é especificamente sob o aspecto das perdas que se descortina a questão da *finitude*. É porque as coisas acabam que faz sentido pensar em um antes e um depois. Esta é propriamente a dimensão do *quando*, que permite localizar no fluxo de acontecimentos um antes e um depois.

O antes e o depois instauram limites. É através de sua demarcação que se torna possível determinar começos e fins relativos. Mas, na velhice, está-se diante de uma forma específica de fim que não se relativiza: a morte. O futuro, tempo de incertezas, reserva apenas uma certeza: a morte. Tal fato corrobora a idéia articulada a este período da vida, ou seja, a velhice: contar-se com um *futuro mínimo*, “da qual se extraem as principais significações da vida que ainda resta” (JERUSALINSKY, 2001, p. 17).

Santo Agostinho (2010) abordou este problema a partir de sua filosofia, que também se debruçava sobre problemas teológicos, argumentando que a *eternidade* pertencia à Deus, o criador. A eternidade é o tempo da “plenitude do ser, de uma totalidade a que nada falta. É um tempo estacionário, permanente, estável, como uma imagem, sem começo nem fim, sem sucessão, sem destruição, não mensurável. É uma pura duração onde nada acontece, pois desde sempre tudo está ali.” (PORGE, 1998, p. 82). Seguindo a idéia de Santo Agostinho, vê-se que Deus, obreiro dos tempos, precedeu a existência do próprio tempo, para então poder criá-lo. Neste sentido, pode-se

concluir que não é possível que se diga algo sobre o tempo quando ele ainda não existia. Para ele, o tempo coincide com o advento do *humano*.

Os discursos religiosos são fontes privilegiadas para se acessar os mitos referentes à criação do universo e, portanto, sobre uma eventual “origem dos tempos”. Santo Agostinho é um destes autores que nos brindam com reflexões de tal monta. Ele insiste no argumento, afirmando que o criador se distinguiria dos humanos por anteceder ao tempo. Sendo assim, ele viveria fora do tempo, na eternidade. O tempo implica a noção de finitude, antes e depois. Aos humanos, então, restaria “estar no tempo”.

Viver no tempo implica em se haver com as intercorrências que advém com sua passagem, especialmente na velhice. Cientes de que a passagem do tempo traz implicações para os sujeitos humanos independente de sua idade, toma-se aqui uma especificidade relacionada ao envelhecimento. Para os idosos, ao contrário das crianças, não é possível viver como se nada fosse definitivo e tudo estivesse por acontecer. O *tempo real*, aquele que não aceita dilações, marca sua presença através dos limites vivenciados a partir do corpo. “Se até ali, suas lamentações apontavam para o enredo imaginário de seus fracassos amorosos, dos limites de sua fortuna, ou da falta de reconhecimento, a partir desse momento o corpo, de um modo completamente real, cobrará toda a sua presença” (JERUSALINSKY, 2001, p. 12).

O envelhecimento remete a lidar com a idéia de um fim. Isto sempre está posto para os que vivem. Mas, com o avanço da idade ganha uma dimensão maior, visto que a expectativa em relação ao futuro vê-se marcada de forma indubitável pelo real do corpo, que perece.

No texto *O mal-estar na civilização* (1930), inclusive, Freud aborda serem três as direções em que o sofrimento ameaça os homens: do próprio corpo, do mundo externo e do relacionamento com outros homens. O primeiro dos três alude à finitude ligada ao corpo, condenado, nas palavras do próprio Freud, à decadência e à dissolução.

Em seu texto *O tempo não-reconciliado* (1996), Pelbart alude a algumas palavras de *Rilke* sobre o morrer, encontrando nelas uma certa idealização de tal experiência, mas que não deixam de mostrar a incomensurabilidade da morte, sua inacessibilidade, sua indeterminação absoluta, que revogam a produção de um sentido. Diz *Rilke*, segundo Pelbart: “Nós, os mais perecíveis de todos os seres, [...] não estamos apenas entre os que passam, mas somos também os que consentem em passar, que dizem *sim* ao desaparecimento e em quem o desaparecimento se faz fala e canto” (PELBART, 1996, p. 49).

O tempo real é aquele que nunca pára e demonstra, em seu próprio fluxo, que as coisas estão em permanente transformação. Por assim se apresentar, em fluxo constante, vê-se sempre as voltas com fins e inícios. A velhice testemunha uma das formas mais radicais de se implicar com a finitude, imbricada no próprio corpo. O envelhecimento do organismo marca um tempo que já se foi e traz implicações decisivas para o tempo que está por vir.

2.3 A FLECHA DO TEMPO: PASSADO – PRESENTE – FUTURO

Costuma-se pensar o tempo como um fluxo constante voltado a uma direção. Diz-se, neste ponto de vista, que o tempo anda do passado em direção ao futuro, passando pelo presente. Como uma flecha, que depois de lançada não retorna mais, o tempo segue ininterruptamente em direção ao futuro.

Nesta perspectiva, afirma-se a existência de um só tempo, universal, que seria o mesmo para todos os humanos. Esta linha do tempo é demarcada por três instâncias: o passado, como aquilo que já foi; o presente, como ponto mesmo que caracteriza o atual; e o futuro, indicando o que está por vir.

Uma sequência de três instancias, que se seguem regularmente, e existem atreladas numa continuidade linear. Como a flecha que passa por estágios sequenciais até chegar ao seu alvo, o tempo seria o movimento em direção a um alvo fixo: o futuro. Notadamente, tanto os relógios quanto os calendários, depõem a favor da constatação de que o tempo não pára, apresentando tal característica, inclusive, como elemento castrante, pois ele assinala a irreversibilidade. Seria esta idéia inclusive que justificaria as colocações: “Dê tempo ao tempo”, ou “Com o tempo isso passa”, indicando que a distância que aumenta em relação a um acontecimento, por si só, possibilita outros sentidos e sentimentos em relação ao ocorrido. Fato este que, como veremos a seguir e no decorrer desta dissertação, a clínica psicanalítica questiona veementemente. Roberto Harari (2006), inclusive, apresenta o significante “policronias”, para indicar que em psicanálise existem várias trajetórias das flechas do tempo. Ela não corre somente numa direção, do passado ao futuro.

O futuro teria esta propriedade de empuxo ao novo, deixando o já vivido, e, portanto, pelo menos de alguma forma o já conhecido, para trás. Posto está que o tempo não volta. E, neste sentido, esta-se sempre em movimento em relação ao que está por vir. Entretanto, estas instâncias – passado, presente e futuro – teriam suas fronteiras tão bem

delimitadas a ponto de reconhecermos três dimensões temporais dos acontecimentos? O que passou, o que ocorre neste instante e o que acontecerá, podem efetivamente ser consideradas estruturas que existem sequencialmente e com relativa independência uma da outra?

Passado, presente e futuro são três palavras diferentes que abarcam um mesmo conceito. Estas três expressões representam não apenas uma sucessão temporal, mas também presença simultânea do tempo na experiência humana. O presente, tão breve e inapreensível, modifica-se constantemente, forçando a um constante remanejamento das fronteiras entre as três instâncias temporais.

Este caráter oscilante das sequências da estrutura temporal implica numa reordenação do modo de apresentação das três instâncias. Elas não se separam, existindo linearmente e de forma sequencial. O presente só existe incluindo necessariamente as duas outras dimensões. Ao invés da simples sequência passado, presente, futuro, elas se apresentam de forma mesclada: “o futuro de hoje é o presente de amanhã, e o presente de hoje é o passado de amanhã.” (ELIAS, 1998, p.62).

No que diz respeito aos interesses da presente pesquisa, notadamente ligados a clínica psicanalítica, tira-se desta conclusão – segundo a qual o tempo não se apresenta enquanto uma sequência linear de três instâncias, linearidade esta coerente com os cânones tradicionais da física (clássica) – que o *passado não determina o futuro*. Tal afirmação tem implicações diretas para o trabalho em análise, que serão abordadas mais adiante, em particular o conceito freudiano de *Nachträglichkeit*, evidenciado por Lacan (*après-coup*, em francês, *a posteriori*, em português).

2.4 A UNIVERSALIDADE E AS PARTICULARIDADES DO TEMPO: O TEMPO CÓSMICO E O TEMPO LOCAL

Existe apenas um mesmo tempo para todos? Um fluxo cósmico que se generaliza independente de idiosincrasias locais? As descobertas sobre a expansão do universo apontam que sim (NOVELLO, 1995). Mas isso não invalida o tempo local. Ambas as formas de apresentação do tempo existem, não se configuram como opostas, e não se excluem mutuamente. Aliás, coexistem.

Perguntar-se sobre a existência de um tempo *universal* e outro *local*, pode ser traduzido por outro questionamento: existe um tempo independente dos humanos? Sobre a matéria, Comte-Sponville (2006, p.41) opina que na verdade está-se diante “de duas posições

incompatíveis – o tempo existe ou não independente de nós -, mas que são, ambas, igualmente possíveis e igualmente indemonstráveis.”

Constata-se então, a partir das afirmações já realizadas, que o tempo *pode* e *não pode* ser independente dos humanos. *Sim*, ele pode, pois o tempo como sucessão de instantes nunca pára, apresentando uma sequência generalizada que se relaciona a tudo aquilo que se conhece. Tanto as estrelas, como as abelhas e os humanos que trabalham 44 horas semanais, estão submetidos a um conjunto de instantes, vistos a partir de uma posição macro, que depõem a favor de uma mesma duração dos acontecimentos para todos. Dito de outro modo, o tempo passa para tudo e para todos.

Mas, em contrapartida, *não*, ele não pode, pois uma multiplicidade de instantes não passa disso, se não é referenciada a partir dos sujeitos. Como salienta o cosmólogo Mário Novello (1995, p.138), “esqueçam a idéia de que o tempo é um rio; ou seja, que mesmo que fiquemos parados o tempo passa; não é desse jeito que as coisas funcionam. Quem se movimenta somos nós, a terra, os corpos”.

O tempo independente dos humanos será aquele que valeria para o conjunto do universo e se sustentaria a partir da admissão da teoria do *Bing Bang* (grande explosão, em português), a teoria dominante sobre o desenvolvimento inicial do universo. Nela, temos que o universo encontrava-se num estado extremamente quente e denso e iniciou um processo de expansão e esfriamento, em curso nos dias atuais. Nada se pode dizer sobre um ponto que indique o início do universo propriamente dito. Não há um momento de total concentração do mesmo, mas, é possível afirmar que ele tinha um volume menor que atualmente.

Foram os trabalhos de Edwin Hubble, em 1939, que viabilizaram afirmar que o universo não era uma invenção. Ele possibilitou o acesso à totalidade espaço/tempo, “que usamos por um abuso de linguagem como sinônimo de universo, mundo ou coisa parecida” (NOVELLO, 1995, p. 145), através de suas observações, mostrando o processo de afastamento das galáxias, posteriormente conhecido como “expansão do universo”. Esta expansão ocorre independente dos humanos.

Este caráter universal assumido pelo tempo baseia-se na constatação de que tudo o que existe encontra-se no fluxo incessante dos acontecimentos. “O tempo traduz os esforços envidados pelos homens para se situarem no interior desse fluxo, em que determinam posições, medem durações de intervalos, velocidades de mudanças etc.” (ELIAS, 1998, p. 31-32).

Então, pode-se afirmar que o universo não está aí porque os humanos existem. Há que se considerar uma independência do primeiro em relação ao segundo. Mas, as marcações, os mapas, as representações que indicam a existência do universo, do planeta, das épocas e dos anos, só tem seu valor se articulados à existência humana, pois só aí, a sabedoria ligada a estes dados adquirem sentido. Dito de outro modo, toda indicação que testemunhe a existência de um tempo universal, ou até mesmo um tempo natural, só adquire relevância junto do tempo das culturas, das sociedades e dos sujeitos que as constituem, onde os pertencentes à espécie *homo sapiens* se fazem humanos.

2.5 O TEMPO DA CONSCIÊNCIA: AS TEMPORALIDADES

A pergunta pelo tempo está sempre presente, desde muito já abordada pelos teólogos e filósofos, e mais recentemente estendida a muitas outras áreas, confundindo-se com outros grandes temas que remetem à existência do mundo e dos humanos. Como as grandes questões são insolúveis, na medida em que não podem ser de todo resolvidas, as perguntas sobre o tempo tem se renovado constantemente, revelando sua complexidade.

Com freqüência, os pesquisadores do tema nos remetem ao que Santo Agostinho nos deixou enquanto contribuição, “já que ninguém disse melhor o essencial sobre o tempo da consciência” (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 17), no livro XI das *Confissões*, “o mais formidável esforço filosófico já consagrado ao tempo” (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 25). Neste livro, Santo Agostinho (2010, p. 178), ao apresentar o tema, mostra toda sua fugacidade: “O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se quiser explicá-lo a quem me fizer a pergunta, já não sei”. Sua difícil apreensão, no entanto, não o desliga dos sujeitos que o experienciam⁴, apresentando-se, deste modo, como o tempo da consciência.

O tempo não é, pois, uma sucessão de eventos exteriores apenas registrados ou contemplados, como se os humanos fossem seus

⁴ Cabe aqui realizar uma distinção fundamental entre os termos *vivência* e *experiência*. Para esta tarefa, utilizaremos as indicações encontradas no livro *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*, de Maria Rita Kehl, onde a autora, a partir da obra de Walter Benjamin, distingue os termos, afirmando que *a vivência é alçada ao estatuto de experiência no ato de transmissão*. Nessa perspectiva, não faz sentido a idéia de experiência individual. Para a experiência poder se caracterizar, ela precisa ser compartilhada com outros.

expectadores. Ele nasce da relação das pessoas entre si e com as coisas, não existindo como uma realidade do mundo, separada do sujeito. Ao contrário, a experiência temporal é própria do ser humano e o distancia do mundo natural, na medida em que sua vida não é pautada em ciclos nem tampouco existe em conformidade com a exigência direcionada à supressão de necessidades.

O sujeito do desejo (inconsciente) subverte a lógica da necessidade e inclui, em seu próprio aparecimento, a função tempo. O tempo para a psicanálise será discutido mais adiante, em outro item, mas cabe, de início, antecipar que o conceito de sujeito para a psicanálise pressupõe a abertura de uma série temporal, que evidencia um início, a partir de um marco zero. É possível, “[...] portanto, afirmar que aonde há sujeito, há alguma forma de referência ao tempo ou, em outros termos, que o tempo é inerente ao sujeito, que ele só existe em relação ao sujeito, a uma maneira de ser que lhe é intrínseca.” (CASTRO, 2008, p.61).

O tempo não é *o tempo*, marcando seu caráter universal. E, sim, *um tempo*, pois, quando é apropriado pelos homens que o vivem, ganha sentidos muito próprios, entrelaçados com as próprias experiências por eles vividas. Por este motivo, toda consciência é temporal. Mais: é temporalizante, pois institui uma temporalidade. Constitui *um tempo* a partir de uma vivência que se passa no tempo. A objetividade do tempo perde terreno para integração deste ao sujeito que a vive. Aqui é o próprio do terreno da subjetividade.

A propriedade temporalizante da consciência transforma o tempo objetivo, cronológico, em um tempo balizado pela experiência vivida pelo próprio sujeito humano. A consciência transforma o tempo em temporalidade, “entendendo por isso a unidade – na consciência, por ela, para ela – do passado, do presente e do futuro.” (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 31).

A temporalidade é o tempo da consciência implicando nas formas de organização e percepção subjetiva do tempo. É o tempo como imaginado e sentido. É o tempo como é percebido, entendido ou utilizado. Neste sentido, a temporalidade é a negação do tempo, por ser a prova de que os homens transformam o tempo cronológico em muitos outros tempos distintos. “A temporalidade só existe em nós; nós só existimos no tempo. Nós a carregamos; ele nos arrasta.” (COMTE-SPONVILLE, 2006, p. 32).

A temporalidade é sempre distendida entre passado e futuro, fazendo com que estas instâncias temporais, junto com o presente, coexistam. Santo Agostinho, ao falar das três instâncias afirma que o

passado já não existe e o futuro ainda não existe. Não há tempos futuros nem pretéritos. Para ele,

[...] é impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras. Existem, pois, esses três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras (SANTO AGOSTINHO, 2010, p. 181).

As instâncias não se caracterizam enquanto tais. Coexistem, tomando o presente como a referência onde as outras duas passam a existir. A consciência articula essas três instâncias através de uma rede de intencionalidades que as ligam, relativizando as fronteiras das coisas que já passaram e daquelas que estão por vir, ao momento presente.

É possível então afirmar, a partir da noção de *consciência*, que o tempo existe para o *sujeito* e por ele. Mesmo que exista algo que preceda a própria existência do *sujeito*, a possibilidade disto vir a significar algo só existe por intermédio de sua apropriação subjetiva. Neste sentido, cabe afirmar que o *sujeito* não somente existe no tempo, mas que ele constitui o próprio tempo (COMPTE-SPONVILLE, 2006).

Estas duas formas de explicar o tempo existem em paralelo: por um lado mostra-se o *sujeito no tempo*, um tempo que se pode dizer histórico, datado inclusive. Tal afirmação indica que se ele está no tempo é porque existe um tempo independente dele. Por outro lado, vê-se o *tempo no sujeito*, que se apresenta como a negação do tempo objetivo e permite a existência das temporalidades. Neste caso, o tempo só viria a ser por intermédio dos *sujeitos*. Na obra *Em busca do tempo perdido* (1995), Marcel Proust denuncia: “Os dias talvez sejam iguais para um relógio, mas não para um homem.” Este é o próprio do tempo articulado ao terreno da subjetividade.

Mas é oportuno frisar que esta subjetividade que advém do *sujeito* cognoscente não é a retratada pela psicanálise. A subjetividade caucada na noção de *consciência* é herdeira dos desenvolvimentos cartesianos. Descartes admitia que a *razão* era a única coisa que conferia a qualidade de *humanos* aos membros da “espécie humana”, diferenciando-os dos animais. Ele afirmava que os humanos jamais deviam deixar-se persuadir senão pela evidência de sua própria razão,

podendo assim aquilatar que “‘a verdade penso, logo existo’ era tão sólida e tão exata que sequer as mais extravagantes suposições dos cétricos conseguiriam abalá-la”, e por isso “não deveria ter escrupulo em aceitá-la como sendo o primeiro princípio da filosofia que eu procurava.” (DESCARTES, 1978/1637, p. 66).

Esta concepção de sujeito pauta-se numa metafísica da subjetividade, em que o Eu⁵, a partir de sua capacidade de sustentar a dúvida, é a única coisa do qual não se pode duvidar, tornando-se princípio de todo saber. “É precisamente esse sujeito identificado ao Eu-substância que a psicanálise vem questionar e subverter” (LAJONQUIÈRE, 1994, p. 61). Tal discussão será pormenorizada no item seguinte.

2.6 A CONSCIÊNCIA PARA A PSICANÁLISE... DESDE OS TEMPOS DE FREUD

O exame do tempo nos levou, até o momento, a tomá-lo em sua configuração dita objetiva, aqui identificada como o tempo que passa ou somente o tempo cronológico. Imbricado nesta forma de apresentação do tempo, há ainda um tempo permeado pelas vivências e suas consequentes apropriações efetuadas pelos sujeitos que as vivem. A percepção da vivência, a consciência que o sujeito tem em relação a um fato, é uma outra forma de se apropriar do tempo e uma forma específica de entender o mesmo. Como os sujeitos se apropriam de formas muito diferentes do tempo que não cessa de passar, pode-se abalizar que diversas formas de se tomar consciência do tempo daí advém.

Deste modo conclui-se que não existem somente duas formas de apresentar o tempo, o tempo objetivo e o tempo subjetivo, mas, a partir deste último, que existem infinitas formas de se apropriar do tempo, consoante o número de possibilidades de se tomar consciência dos acontecimentos. Como contraponto ao tempo objetivo existem as temporalidades que dizem respeito ao modo com que os sujeitos tomam consciência do tempo vivido.

Para chegar a tal ponto, foi necessário realizar certo esforço para apresentar a consciência, ou mesmo, o sujeito cognoscente (herdeiro dos

⁵ No presente trabalho, o termo alemão *Ich* será traduzido prioritariamente como *eu*, em detrimento do termo *ego*. Da mesma forma, o termo *Verdrängung* será traduzido como *recalque* ao invés de *repressão*.

desenvolvimentos cartesianos) e sua relação com a noção de tempo. Visto isso, e ainda à guisa de introdução ao tempo *da* e *na* psicanálise, faz-se necessário esclarecer o que é a consciência na psicanálise, com o fim de avançar no entendimento sobre as consequências do tempo da consciência em relação ao sujeito do inconsciente – o sujeito da psicanálise –, um dos pontos nodais da presente dissertação.

A psicanálise estabeleceu-se como a “ciência dos processos inconscientes”. Há que se julgar, partindo desta afirmativa, que a consciência tem lugar específico na teoria e prática psicanalíticas. Qual lugar seria esse? Já de início, cabe convocar as palavras de Freud (1996/1900, p. 640), com toda força da verdade que elas carregam: “*Apenas o de um órgão sensorial para a percepção de qualidades psíquicas*”.

A consciência⁶ está ligada a percepção das coisas provenientes da realidade. Freud destaca com um “apenas” a função de “percepção”. Este apenas pesa no seguinte sentido: a percepção dos acontecimentos pela consciência é fruto de uma pequena parte da realidade psíquica. A consciência envolve uma forma de apropriação dos acontecimentos, que sempre escamoteia aquilo que se refere ao desejo inconsciente.

Os humanos dispõem da consciência para se orientar em relação ao mundo exterior. No entanto, é fundamental destacar a diferença primordial dos humanos em comparação a outras espécies vivas: o mundo externo passa necessariamente pelo outro. O outro falante é essencial para a constituição da experiência humana e do próprio humano.

O mundo exterior, através de seus signos, não impõe suas exigências próprias como orientadoras do movimento do sujeito do desejo (inconsciente). Já em Freud, temos não só um, mas dois

⁶ A *consciência* e o *consciente* aludem aos termos da língua alemã *Bewusstsein* e *Bewusste*. Sobre as várias possibilidades de tomar os termos que dizem respeito à consciência e ao consciente a partir da língua alemã, Laplanche & Pontalis (1998, p.97) comentam: “[...] o adjetivo *bewusst* significa consciente que no sentido ativo (consciente de), quer no sentido passivo (qualidade do que é objeto da consciência). A língua alemã dispõe de vários substantivos formados a partir de *bewusst*. *Bewusstheit* = a qualidade de ser objeto de consciência, que propomos que se traduza por “o fato de ser consciente”. *Bewusstsein* = a consciência como realidade psicológica e designando mais a atividade, a função (a consciência moral é designada por um termo inteiramente diferente: *das Gewissen*). *Das Bewusste* = o consciente designando mais um tipo de conteúdos, oposto aos conteúdos pré-conscientes e inconscientes. *Das Bewusstwerden* = o “tornar-se consciente” de determinada representação, que traduzimos por “acesso à consciência”. *Das Bewusstmachen* = o fato de tornar consciente determinado conteúdo.

princípios que regem a vida psíquica – o princípio de prazer e o princípio de realidade⁷ – e que estão em jogo na função de conduzir a atividade psíquica, evitando o desprazer e proporcionando o prazer.

A percepção consciente daquilo que provém da realidade, mundo externo, ganha um lugar específico a partir das demarcações acima propostas, que em certa medida, justificam o “apenas” de Freud em seu comentário sobre a percepção da consciência. Para que o lugar da consciência na psicanálise fique ainda mais claro, é necessário tomá-la nos desenvolvimentos freudianos sobre o aparelho psíquico. É na teoria do aparelho psíquico que Freud distingue de forma clara os sistemas psíquicos, diferenciando-os.

Num primeiro momento, o fundador da psicanálise faz reconhecer a existência de uma região normalmente afastada do campo da consciência, chamada “inconsciente”. Está declarada a oposição entre inconsciente e consciente, com ênfase em um inconsciente vivo, de grandes dimensões, que não é somente aquilo que não está consciente.

Depois, Freud aborda a possibilidade de utilizar a palavra “inconsciente” para caracterizar duas instâncias, uma latente (o pré-consciente, que é capaz de tornar-se consciente) e uma recalcada (o inconsciente, que não é, em si próprio, capaz de tornar-se consciente), dependendo do pré-consciente para alçar tal condição.

No entanto, a partir de seus desenvolvimentos, Freud se vê levado a reconhecer uma terceira possibilidade de empregar o termo inconsciente, após verificar que partes do ego e também do superego são inconscientes. Neste sentido, o sistema *Ics* não se apresenta mais como a instância alheia ao ego. Em vez de inconsciente, Freud adota a

⁷ Freud fundamentou no prazer *um princípio regulador do funcionamento psíquico*. Para ele, este se dividia em dois: o *princípio de prazer* e o *princípio de realidade*. Segundo o *Vocabulário da Psicanálise*, o princípio do prazer se pauta na concepção ao qual a atividade psíquica no seu conjunto tem por objetivo evitar o desprazer e proporcionar o prazer. É um princípio econômico na medida em que o desprazer está ligado ao aumento das quantidades de excitação e o prazer à sua redução. O princípio de realidade, por sua vez, relaciona-se com o princípio do prazer, modificando-o, “na medida em que consegue impor-se como princípio regulador, a procura de satisfação já não se efetua pelos caminhos mais curtos, mas faz desvios e adia o seu resultado em função das condições impostas pelo mundo exterior.” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1998, p. 368) Ele continua, afirmando que “encarado do ponto de vista dinâmico, o princípio de realidade corresponde a uma transformação da energia livre em energia ligada*”; do ponto de vista tópico, caracteriza essencialmente o sistema pré-consciente-consciente; do ponto de vista dinâmico, a psicanálise procura basear a intervenção do princípio de realidade num certo tipo de energia pulsional que estaria mais especialmente a serviço do ego.” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1998, p. 368)

palavra *Es* (isso ou id)⁸, um pronome impessoal, para nomear esta região do aparelho, diferenciada do eu.

O isso, este conjunto de conteúdos de natureza pulsional e de ordem inconsciente, ocupa um lugar equivalente ao sistema inconsciente da primeira tópica, mas não o conjunto do psiquismo inconsciente da segunda tópica, pois nesta última, Freud (1996/1923) cita que o eu – esta instância recalcante – e suas operações defensivas são, em sua maior parte, também inconscientes.

É o próprio Freud quem comenta que se o eu fosse apenas o representante do aparelho no mundo externo haveria um simples estado de coisas com que se tratar, indicando que as dificuldades teóricas seriam em muito simplificadas. Mas o eu não goza deste lugar tão preciso, articulado ao mundo externo. Há outra complicação: existe uma gradação no próprio eu, uma diferenciação dentro dele, chamada de supereu. (FREUD, 1996/1923).

O supereu (superego), esta função crítica, caracterizada como “uma parte do ego erigida contra outra, [...] que para o sujeito assume o valor de modelo e função de juiz” (LAPLANCHE, 1998, p. 498), tem um movimento de dominação sobre o eu, sendo matizado por um “caráter compulsivo, que se manifesta sob a forma de um imperativo categórico” (FREUD, 1996/1923, p. 47).

Nas *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, na de nº XXXI, Freud compara a relação do eu com o isso com a de um cavaleiro com o seu cavalo. É o cavalo que impulsiona a locomoção e o cavaleiro guia o movimento do animal. Mas, com certa frequência, surge uma situação entre ambos (e no caso, comparativamente, entre o eu e o isso), de o cavaleiro só poder conduzir o cavalo para onde este quiser ir.

Comparando a segunda com a primeira tópica, vê-se que, “por um lado o (super)ego e o consciente e, por outro lado, o reprimido e o inconsciente não são de modo algum coincidentes”. (FREUD,

⁸ Id é a forma latina do pronome neutro que significa “ele”, “ela” ou “isto”. O termo alemão original é “Es” e em inglês “id”, neologismo de origem latina. Para Laplanche (1998, p. 219), o id, ou isso é “uma das três instâncias diferenciadas por Freud na sua segunda teoria do aparelho psíquico. O isso constitui o pólo pulsional da personalidade. Os seus conteúdos, expressão psíquica das pulsões, são inconscientes, por um lado hereditários e inatos e, por outro, recalçados e adquiridos. Do ponto de vista econômico, o isso é, para Freud, o reservatório inicial da energia psíquica; do ponto de vista dinâmico, entra em conflito com o ego e o superego que, do ponto de vista energético, são as suas diferenciações”.

1996/1933, p. 74). As funções do sistema Pcs/Cs e toda organização coerente de processos psíquicos passaram a ser atribuídas ao eu, estrutura a que a consciência acha-se ligada. Sobre a consciência e o eu, Lacan (1998/1960, p. 824) adverte: “A promoção da consciência como essencial ao sujeito, na conseqüência histórica do *cogito* cartesiano, é para nós a acentuação enganosa da transparência do [eu] como ato, à custa da opacidade do significante que o determina”.

A psicanálise depõe contra a tese de que o essencial sobre o psíquico situa-se na consciência. Todos desenvolvimentos freudianos levaram a considerar a estrutura do sujeito humano descentrada com relação ao eu. A consciência é uma qualidade do psíquico, que pode se fazer presente junto a outras qualidades ou simplesmente fazer-se ausente.

A dimensão do desejo (inconsciente) delega aos seres humanos uma outra forma de lidar com a existência, caracterizada por um descompasso entre o que norteia a vida em sociedade e o desejo inconsciente. Sobre essa matéria, sem exageros, Freud discorre sobre o terceiro golpe⁹ no amor próprio do homem, afirmando que “o ego não é senhor da sua própria casa”. (FREUD, 1996/1917, p. 153) Em consonância com o golpe no narcisismo apontado por Freud, que põe em evidência o sujeito cindido – *sujeito do enunciado e sujeito da enunciação* – pode-se afirmar que o sujeito do desejo, que não é o eu, não é senhor de sua relação com o tempo?

Depois destas assertivas sobre o eu, parece tornar-se irrelevante ater-se à discussão que privilegie, em algum sentido, a consciência. Frente à esta idéia, Lacan, no *Seminário 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, alerta: “Eu diria que o caráter não apreensível da consciência, irredutível com relação ao funcionamento do vivente, é na obra de Freud algo tão importante de se apreender quanto o que ele nos trouxe sobre o inconsciente.” (LACAN, 1954-1955/1985, p. 151).

⁹ No texto *Uma dificuldade no caminho da psicanálise* (1917), Freud menciona os três golpes que o *narcisismo* universal dos homens sofreu por parte das pesquisas científicas, a se dizer: a) o *golpe cosmológico*, ao qual Copérnico afirma que o planeta terra não é o centro do universo; b) o *golpe biológico*, que a partir das pesquisas de Charles Darwin e seus colaboradores, apontam para ascendência animal dos seres humanos, confrontando a idéia de uma suposta superioridade humana; e, c) o *golpe psicológico*, propiciado pela psicanálise, revelando que aquilo que se refere as moções sexuais não pode ser inteiramente domado e que os processos psíquicos são inconscientes. Essas duas descobertas têm equivalência com a afirmação de que o eu não é senhor da sua própria casa.

Tal assertiva lacaniana, em primeiro lugar, indica a necessidade de considerar a consciência ao se falar do aparelho psíquico. Em segundo lugar, nos favorece para pensar o trabalho analítico, onde o eu está sempre enredado. O eu é “a doença mental por excelência do ser falante. Uma definição, enfim, que termina descrevendo o ‘eu’ como uma loucura enraizada na imagem que o ser falante nutre de si e do seu mundo” (GODINO-CABAS, 2009, p. 148).

Tomemos como relevante este percurso para introduzir a questão tempo na psicanálise. Sem a pretensão de apontar uma tal “evolução do estudo do tempo”, constata-se, a partir do caminho trilhado nesta pesquisa, que o tempo objetivo se mostra outro, afeito à temporalidade, visto a partir da noção de consciência. Vendo o lugar da consciência no edifício psicanalítico, parece que o estatuto do tempo modifica-se a partir da empresa freudiana. Isto posto, mostra-se pertinente o questionamento: quais modificações são estas?

No percurso realizado até agora a noção de consciência foi tomada enquanto mote para se discutir o tempo independente da psicanálise e depois tomando-o a partir das tópicas do aparelho psíquico desenvolvidas por Freud, que considera a consciência. Descentrar a discussão da consciência, tomando-a a partir dos outros registros já introduz as modificações do estatuto do tempo anunciadas no parágrafo anterior. Considerando o isso, por exemplo, é possível afirmar que na teoria freudiana a temporalidade é solidária do conceito de recalque. Ele próprio propõe a considerar possibilidades de se entender o tempo que não estão circunscritas aos tempos da consciência. No próximo item, avançamos, pois, na direção do estatuto do tempo na psicanálise.

2.7 O TEMPO E SUAS APROXIMAÇÕES COM A PSICANÁLISE

Como já citado anteriormente, a gama de possibilidades de se abordar a questão do tempo é extensa e variada, sendo tema de interesse de áreas do conhecimento tão distintas quanto não articuláveis entre si. Na psicanálise, o panorama difere apenas na extensão dessas possibilidades, visto que elas se apresentam sob apreciação de um mesmo campo, o psicanalítico.

Os leitores de textos psicanalíticos certamente já ouviram algum aforismo relacionado ao tempo: “É preciso tempo”, “O inconsciente é atemporal”, “O tempo é lógico e não cronológico”. Caso o estudo do tema atenha-se somente a estes, já por demais conhecidos, Harari (2006) adverte ser muito elevado o risco de redundância.

Para contrariar a idéia de se ater aos slogans apontados por Harari, é preciso então utilizá-los em favor da presente pesquisa. De início, serão articulados alguns desses aforismas com a noção de sujeito do desejo, iniciando, pois, com a obra freudiana, onde o tempo não é uma categoria central. Poulichet (1996), inclusive, lembra que em sua obra é possível identificar desenvolvimentos sobre o trabalho do sonho e o trabalho do luto, mas nada referente a um exame específico sobre *um trabalho do tempo*.

Freud não tenta dar uma definição de tempo, nem tampouco o trabalha como conceito, apesar de a *noção de tempo* atravessar toda a obra freudiana, podendo relacioná-la com muitos de seus aspectos. Deste ponto de vista, Castro (2008) aponta que em *quatro grandes ocasiões* o tempo é mencionado: nos *Estudos sobre a histeria* (1895), o *Nachträglichkeit*¹⁰; a partir de *O Ego e o Id* (1923), ao afirmar que no isso não existe nada que corresponda a idéia de tempo, indicando a atemporalidade relacionada ao inconsciente.

A terceira ocasião encontra-se no texto *As pulsões e suas Vicissitudes* (1915), ao se referir como a pulsão implica em um *tempo de tensão* que se opõe ao tempo do vivente biológico. A pulsão fragmenta o tempo do corpo biológico, confrontando a idéia de um tempo natural para o organismo humano. Por último, em *Sobre o início do tratamento* (1913) e *Análise terminável e interminável* (1937), Freud se questiona sobre a *duração do tratamento*, envolvendo de forma direta a discussão sempre recorrente sobre o *fim de análise*.

Destas quatro grandes ocasiões em que o tempo aparece nos textos freudianos, nos ateremos às duas primeiras neste capítulo, que versam sobre o *a posteriori* e a *intemporalidade* (ou atemporalidade) do inconsciente, abordando-os a partir das construções teóricas de Lacan sobre o conceito de sujeito, sujeito do desejo (inconsciente). Nosso método aponta este caminho para tomar o tempo na psicanálise, pois o ponto de partida da pesquisa indica que a própria apresentação do sujeito dividido (que implica em um *eu inconsciente* – da enunciação – diferente do *eu consciente* – do enunciado), comporta em si, uma temporalidade específica e temporalidades que estão em jogo em uma análise, pois consideram um sujeito que não se vê enredado nas

¹⁰ A expressão freudiana *Nachträglichkeit* equivale ao termo *a posteriori* conforme o Vocabulário de Psicanálise (1998). Lacan, que evidenciou o termo e o conceito na obra freudiana, traduziu-o em francês como *après-coup*.

temporalidades da consciência e ao mesmo passo intuíu-se a partir temporalidades produzidas em transferência.

“É somente na medida em que é capaz de colocar o sujeito em questão, ou seja, na medida em que participa de sua produção ou de seu esfacelamento que o tempo se torna um tema da investigação psicanalítica” (GONDAR, 1996, p. 69). A atemporalidade e o *Nachträglichkeit* relacionam-se com o sujeito da psicanálise, discussão que será desenvolvida adiante, nos capítulos seguintes.

2.7.1 Primeiros comentários sobre o sujeito da psicanálise conforme Lacan

Em várias passagens da obra freudiana é possível identificar a “semente” do que mais tarde se tornaria a noção ou conceito de sujeito em Lacan. Tal condição nos permite afirmar que em Freud o sujeito é uma referência constante, sempre presente, porém de forma implícita, não desenvolvida enquanto noção, tampouco conceito. Para Godino-Cabas (2009), o sujeito tornou-se o referente lógico da questão freudiana. Lacan, imbuído do propósito de determinar o alcance dessa função, munido de um trabalho transpassado pela crítica permanente e por um constante esforço de formalização, conduziu sua produção teórica de modo a caracterizar sua obra como um debate em torno da noção de sujeito.

Temos então que Freud não nomeou o conceito. Mas tão certo quanto isso é o fato de que ele fundou o campo ao qual ele – o sujeito, tal como formulado por Lacan – se enraíza: o campo freudiano (e todos os conceitos fundamentais da psicanálise aos quais ele responde). Nesta medida, pode-se abalizar, como escreve Godino-Cabas (Ibid., p. 92), que “o ‘sujeito’ não é um enunciado de Freud. É uma enunciação. A enunciação de sua obra. O corolário do campo que ele funda”.

O sujeito da psicanálise apresenta-se como o avesso do sujeito cartesiano, que existe na medida em que pensa a si mesmo, o que equivale a dizer que existe à medida que se insere na linguagem dando-se à representação. Esse sujeito que se afirma na época clássica, surgido quando entra em crise a confiança na linguagem como representação, ainda não é o sujeito da psicanálise (LAJONQUIÈRE, 1994).

Na modernidade, a linguagem é a expressão de quem fala. Não se caracteriza mais como o conjunto dos nomes das coisas (revelado pelo criador – Idade média até Renascença), nem tampouco a representação harmoniosa da verdade (período clássico). Sendo assim, o sujeito não está apenas desamparado no mundo, como ser de linguagem,

mas desamparado na própria linguagem. Diferente do que se vê em Descartes, não é mais possível fundar o ser na representação (KEHL, 2002).

O Eu é o princípio do todo saber, é um saber que se sabe a si mesmo. É precisamente esse sujeito identificado ao Eu que a psicanálise vem questionar e subverter. “A psicanálise retirou de cena a centralidade do ego da psicologia, sustento substancial do pensar, mas acabou introduzindo um outro sujeito para evitar escorregar no formalismo – só há cadeia de significantes, estrutura sem sujeito” (LAJONQUIÈRE, 1994, p. 63).

De qual sujeito se trata, então? Do sujeito do desejo. Para Freud, o desejo é inconsciente. O aparelho psíquico freudiano, que inclui o inconsciente, segundo Garcia-Roza (1991), é um aparelho de linguagem, ou seja, um aparelho simbólico. O sujeito do desejo formulado por Lacan é uma função adscrita ao simbólico, portanto, sendo representável através do significante (para outro significante).

O significante é um conceito que Lacan toma emprestado da lingüística, a partir dos desenvolvimentos de Ferdinand de Saussure. Sua acepção mais corrente na psicanálise refere-se diretamente ao sujeito, de modo que é possível abalizar que o significante não simplesmente representa um sujeito, mas sim *representa um sujeito para outro significante*, implicando na noção de cadeia significante (S1 – S2...).

É com base nesta afirmação, pautada no significante, que cabe repetir a clássica sentença segundo a qual o *sujeito é um efeito de linguagem*. Conforme Lacan (1998, p. 848) “o efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse efeito, ele não é causa dele mesmo, mas traz em si o germe da causa que o cinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real”.

Cabe aqui fazer uma digressão, que nos conduzirá a algumas noções básicas sobre a linguagem, a partir da lingüística, tomadas em seus termos constituintes, essencialmente o signo lingüístico (e sua divisão). Tal noção nos impede de considerar a língua uma nomenclatura, um conjunto de termos que designam coisas.

A noção de signo lingüístico auxilia no entendimento de como as palavras não se resumem a idéias feitas, pré-existentes às próprias palavras. Elas não designam algo posto *a priori*, mas são compostas, enquanto unidade lingüística, de duas partes, um conceito e uma imagem acústica, que podem ser nominadas, respectivamente, significado e significante.

A *imagem acústica* (significante) “não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som” (SAUSSURE, 2006/1916, p. 80). Ela compõe uma relação arbitrária com o *conceito* (significado), na medida em que não se estabelece nenhuma espécie de *laço natural* entre um e outro. O significante, portanto, “é apenas o som da palavra esvaziado de sentido” (QUINET, 2003, p. 37).

Retomando a discussão para o campo psicanalítico, aproveitando a idéia de signo, e em especial o significante, vê-se que o inconsciente manifesta-se através dessa articulação entre significantes. “O inconsciente, a partir de Freud, é uma cadeia de significantes que em algum lugar (numa outra cena, escreve ele) se repete e insiste” (LACAN, 1998/1960, p. 813).

Pode-se afirmar, então, que o sujeito (do inconsciente) não é um significante, e sim, é representado por um significante para outro significante. No entanto, não há sujeito sem o significante. Só há função subjetiva a partir do campo do significante.

Temos, então, que o sujeito é uma função e não instancia. Esta função carece de conteúdo próprio, remetendo sempre à cadeia significante e à interdependência dos significantes constitutivos da mesma. Assim, o sujeito não é um ente, tampouco um ser. O sujeito é um ponto. Um ponto de referência na cadeia significante. Dito de outro modo: “O sujeito é um efeito de orientação no tempo da cadeia de significantes, um efeito retroativo” (QUINET, 2007, p. 56).

Tomando como referência o exemplo abordado por Godino-Cabas (2009), da progressão significante – da esquerda para a direita, ao se adotar as formas convencionais da escrita ocidental – a linha do significado corre no sentido oposto, de trás para frente, partindo do termo subsequente em direção ao anterior. Dito de outro modo, é o termo posterior que permite a significação do anterior. É este encadeamento retroativo de significantes que produzirá o sujeito.

2.7.1.1 O *Nachträglichkeit* e a cadeia significante

Aqui retomamos o termo *Nachträglichkeit*, que faz referência à primeira das quatro “grandes ocasiões” em que a questão tempo aparece nos escritos de Freud. Segundo Laplanche & Pontalis (1998, p. 33), foi utilizado por Freud “com relação a sua concepção da temporalidade e da causalidade psíquica”.

Existem experiências, impressões que são posteriormente remodeladas em função de experiências novas, podendo ser-lhes

atribuídas um novo sentido e uma eficácia psíquica. Não é necessariamente o vivido que é remodelado posteriormente, mas aquilo que no momento da vivência não pode integrar-se plenamente num contexto significativo. Nesta perspectiva, só a segunda cena confere à primeira o seu valor patogênico.

É a referência ao *Nachträglichkeit* que impossibilita o entendimento da história do sujeito relegada a um determinismo linear, que diz respeito unicamente a ação do passado sobre o presente. Contra a idéia de um passado que guarda “os segredos” sobre o futuro de um sujeito, Freud afirma que o sujeito modifica posteriormente os acontecimentos passados, e que essa modificação lhes confere “um sentido e mesmo uma eficácia ou um poder patogênico.” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1998, p. 33).

O *a posteriori* é a noção de tempo na obra freudiana que foi retomada por Lacan. Uma sentença só ganha sentido depois que se encerra, sendo necessário um segundo tempo para que se articule uma significação. Sendo assim, a ordem do tempo subjetivo, pertinente ao sujeito da psicanálise, remete a uma ordem da significância.

2.7.1.2 O inconsciente é atemporal

A intemporalidade ou atemporalidade do inconsciente reflete o segundo “grande momento” em que a questão tempo aparece na obra freudiana. No texto *O inconsciente*, Freud (1996/1915, p. 192) cita aquelas que seriam as características encontradas nos processos pertencentes ao sistema inconsciente: “a *isenção de contradição mútua*, o *processo primário* (mobilidade das catexias), a *intemporalidade* e a *substituição da realidade externa pela psíquica*”. Em outro momento, em *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, ele menciona que no isso não existe algo que corresponda a ideia de tempo, “não há reconhecimento da passagem do tempo, e – coisa muito notável e merecedora de estudo no pensamento filosófico – nenhuma alteração em seus processos mentais [psíquicos ou anímicos] é produzida pela passagem do tempo” (FREUD, 1996/1932, p. 78-79).

Em ambas citações, Freud marca o caráter atemporal do inconsciente, que em diversos momentos se prestou à mal-entendidos, pois fora entendido como o desligamento total do inconsciente a qualquer referencia temporal. É importante ressaltar que a atemporalidade referida se dá em relação à consciência. Portanto a tese da atemporalidade não deve ser tomada sem uma certa relativização.

O inconsciente é indiferente ao tempo, na medida em que este se manifesta, a partir da consciência, como idéia abstrata. Tais abstrações não se articulam com os processos inerentes ao inconsciente. Este, por sua vez, implica o tempo. Qual tempo? O tempo referido na modalidade do *Nachträglichkeit*. Um tempo próprio de funcionamento intrínseco às produções do inconsciente. É neste sentido que frente à questão segundo a qual o inconsciente se coloca fora do tempo, Lacan (1986/1953-1954, p. 276) indica que “é e não é verdade”, na medida em que o inconsciente por si só implica numa temporalidade específica, mas que não se articula com o tempo abstrato da consciência do vivente.

Desta forma, não se trata de uma negação absoluta de uma temporalidade pertinente ao inconsciente, mas marcar sua diferença em relação a outras temporalidades. A intemporalidade do inconsciente se baseia no fato de os processos inconscientes se darem de acordo com leis que lhe são próprias e não articuláveis ao tempo cronológico, ao tempo da consciência e, dentro da tópica freudiana, a temporalidade do sistema *Pcs/Cs*.

2.7.2 Essa estranha temporalidade... na análise

Tanto o *a posteriori* quanto a *intemporalidade* do inconsciente marcam uma temporalidade própria articulada ao sujeito do desejo, que, por sua vez, faz valer o tempo da psicanálise. O tempo de uma análise decorre do manejo do sujeito do inconsciente em uma análise. É neste sentido que Fingermann afirma:

A psicanálise revela uma estranha temporalidade que Lacan põe em função na direção da cura, como “tempo lógico”: o ato analítico produzindo, extraindo, da repetição, essa outra dimensão do tempo, conhecida pela filosofia da Grécia até na China: o *kairos*, o “momento oportuno”. (FINGERMAN, 2009, p. 60).

É a partir da pontuação do texto do analisante que o analista fará com que o inconsciente exista. Ou seja, o sujeito do inconsciente produz-se pelo desenrolar da cadeia significante e a partir da pontuação do analista. O sujeito se produz por um corte na cadeia significante. “Se a lingüística nos promove o significante, ao ver nele o determinante do significado, a análise revela a verdade dessa relação, ao fazer dos furos do sentido os determinantes de seu discurso” (LACAN, 1998, p. 815).

Aqui adentramos no terreno da clínica, pois envolve diretamente o analista. E é neste terreno particular que, sobre dois aspectos mais gerais, têm se polarizado as polêmicas em torno do tempo na história do movimento psicanalítico: o primeiro refere-se à duração da análise, em que está em jogo o final de análise e o tornar-se analista. O segundo refere-se à questão da duração da sessão analítica (QUINET, 2007).

Os dois aspectos polêmicos em relação ao tempo são de interesse clínico, envolvendo tanto aspectos técnicos quanto éticos. A intervenção do analista, no campo transferencial, considera em si elementos de uma temporalidade própria à estrutura do dispositivo analítico. Tal intervenção, que não é regularmente premeditada, mas que baseia sua efetividade no “momento oportuno”, constitui a emergência de uma temporalidade específica relacionada à existência da própria análise. Um tempo coerente com o aparecimento do sujeito do inconsciente.

Para dar seguimento aos propósitos da presente pesquisa, atravessada por elementos da clínica, pensados prioritariamente através das contribuições teóricas de Freud e Lacan, discutiremos no próximo capítulo a *direção da análise*, para em seguida tomar o problema do tempo em tal contexto.

3 A DIREÇÃO DA ANÁLISE

[...] as únicas dificuldades realmente
sérias que tem de
enfrentar residem no manejo da
transferência.
(Freud, 1915)

[...] a psicanálise não é uma egologia.
(Lacan, 1956)

O início do tratamento analítico evoca expectativas por parte de quem procura um analista. Enredado nas consequências de um sintoma que perdeu sua funcionalidade no cotidiano, o candidato a analisante endereça ao analista – de quem espera receber significações – sua demanda que visa a decifrar o enigma de seu sintoma.

O sintoma por si só não basta para gerar uma demanda de análise. É preciso que ele fracasse. Diante deste fracasso o sujeito se vê frente a um desamparo e desconhecimento sobre o porquê de seu sintoma não ter mais função em sua vida cotidiana. Esta condição lhe faz sofrer. “A força motivadora primária na terapia [análise] é o sofrimento do paciente e o desejo de ser curado que deste se origina” (FREUD, 2006/1913, p. 157). A busca de um saber sobre seu sofrimento, sobre o enigma de seu sintoma¹¹, fato que de saída se contrapõe ao simples gozo do sintoma, pode fazê-lo investir em uma análise.

A demanda do candidato a analisante, em si, comporta um pedido, mesmo que implícito: que o livre da angústia causada pela quebra de um sintoma. Poder-se-ia dizer que aqui estaria marcada a direção de uma análise, caso a mesma tivesse como proposta ser uma

¹¹ O sintoma ocupa lugar central no campo conceitual psicanalítico. Alerta aos “problemas” que a homonímia reserva, cabe asseverar que o termo assume um caráter particular quando analisado ao lado de outras noções teóricas da psicanálise. Sendo assim, o sintoma da psicanálise não é o mesmo que o da medicina, que é sustentado na evidência empírica. Para a psicanálise, ele não revela a verdade de uma doença orgânica, o que não quer dizer que não revele uma verdade: trata-se da verdade do sujeito do inconsciente” (Fuks; Ferraz, 2006, p. 07, 08), este, por sua vez, já mencionado neste trabalho no capítulo I, item 2.7.1. O sintoma é uma formação do inconsciente e, por isso, sempre veicula um sentido mascarado. Nesta direção, os mesmos autores comentam: “[...] sintoma = verdade, dizer sintoma é dizer verdade. Por meio do sintoma, como nas outras formações do inconsciente, se transmite uma verdade do sujeito” (Fuks; Ferraz, 2006, p. 09).

terapêutica do sintoma. Ou seja, a direção da análise, desde seu início, teria indicado seu fim na proposta de “melhora do sintoma”. Ao analista caberia conduzir o analisante em direção desta “melhora, ou mesmo, restituição”.

No entanto, sabe-se que a análise não visa à solução ou melhora do sintoma, pois este não é uma doença ou algo que o valha, e sim uma metáfora, uma resposta recalcada. “Se na análise ele é reconhecido em sua necessariedade [sic] e respeitado pelo trabalho de defesa que sustenta, na terapia ele será abordado em sua realidade imediata e tratado no sentido de sua obturação” (SOUZA, 1988, p. 18). O sintoma, para a psicanálise, não corresponde ao sinal de uma doença, mas sim a expressão de um conflito inconsciente, e como tal carece ser escutado.

Como não se trata de reaver um estado anterior, que o sintoma poderia indicar ao fazer às vezes de “sinal”, a análise não tem compromisso com a produção da felicidade, tampouco com a adaptação dos humanos à realidade ou também com o alívio de uma determinada condição, fato este, que do lado do analista, o alerta para os perigos da ambição de curar ou de fazer o bem. Esta ética, à qual o analista está aferrado, não visa a dar respostas e sim produzir o confronto do sujeito com seu desejo inconsciente. Em relação à máxima lacaniana “A cura vem por acréscimo”, Harari (2008, p. 80) comenta: “é porque nossa meta não é curar, mas investigar o inconsciente”.

A análise é o percurso que trata do sujeito que sofre de uma maneira ímpar: implicando-o com aquilo que lhe diz respeito naquilo que se queixa, convocando-o a se responsabilizar por seu desejo. Tal tarefa implica em uma direção, que não é caracterizada por uma solução de compromisso com o sintoma. Se assim fosse, a solução relacionada ao sintoma apresentar-se-ia como um alvo fixo que poderia ser mirado desde o início do percurso.

Não se tratando efetivamente disso, compete ao analista algum tipo de resposta, e esta se dá a partir do lugar que lhe é imputado pelo analisante, ou seja, cabe ao analista “responder aí a partir da posição da transferência” (LACAN, 1998/1958, p. 625). É em transferência que o analista responderá com o intuito de fazer o sujeito falar. Dizer isso remonta aos princípios da própria história da psicanálise e seus efeitos mais impactantes, viabilizando o questionamento da relação “tradicional” entre médico e paciente. O Freud médico dá lugar ao Freud psicanalista ao dar a palavra ao paciente e não à nosografia, demonstrando-se na prática a concepção de que a verdade sobre o sintoma do paciente [analisante] é anunciada pelo próprio e não por uma classificação estanque de cunho generalista.

Retomamos, pois, o que efetivamente *não* caracteriza a função do analista: *conduzir o analisante em direção a uma melhora do sintoma*, o que em certa medida equivaleria à proposta de adaptá-lo à realidade, tentando fazer o sintoma funcionar alheio ao desejo inconsciente que lhe impulsiona. Então, não se trata de retirar o sintoma, “ingenuamente, à maneira psicoterápica, não é liquidar o sintoma. É indagar as condições produtivas, para com isso fazer uma outra coisa” (HARARI, 2008, p.169). Eis que o problema com a assertiva anterior – *conduzir o analisante em direção a uma melhora do sintoma* – não reside somente na parte “melhora do sintoma”, mas também naquela que versa sobre o “direcionamento do analisante pelo analista”. Com relação a isso, Lacan, no texto *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* é claro:

O psicanalista certamente dirige o tratamento. O primeiro princípio desse tratamento, o que lhe é soetrado logo de saída, que ele encontra por toda parte em sua formação, a ponto de ficar por ele impregnado, é o de que não deve de modo algum dirigir o paciente. (LACAN, 1998/1958, p. 592).

Portanto, a direção da análise é baseada no não direcionamento do analisante pelo analista, fato que, se ocorresse, caracterizaria a direção da consciência do primeiro pela do segundo. Ao analisante, não lhes são oferecidas produções imaginárias advindas do Eu do analista que, supostamente, o guiariam pela análise. Ao contrário, o trabalho analítico consiste justamente no questionamento de tais produções imaginárias, visto que o neurótico padece pelo excesso de sentido (promulgado, justamente, pelas produções imaginárias).

Feitas essas considerações, pode-se afirmar que a análise tem direção. Guia-se pelas manifestações do inconsciente, estas que vez por outra dão-se a reconhecer, caso alguém as escute. A psicanálise “trata disso, de pequenos episódios, nada mais alheio à psicanálise que a ordem da generalidade. São pequenos episódios, pontuais, entretanto, com todo rigor da determinação” (VEGH, 1989, p. 16). Eles ajudam a caracterizar a *práxis* psicanalítica opondo-se à ideia de grandes construções, aquelas que implicam na adoção de algo semelhante a uma visão de mundo. As visões de mundo (*Weltanschauungen*) são, inclusive, criticadas por Freud, que as reserva aos filósofos em suas construções generalizantes. Comenta, de forma irônica: “[...] ficaremos reconfortados com o pensamento de que tais ‘Manuais para a Vida’

ficam logo desatualizados, de que é precisamente nosso trabalho míope, tacanho e insignificante que os obriga a aparecer em novas edições” (FREUD, 1996/1925-26, p. 99).

A ordem do geral, nesta caracterização, envolve o aceite de uma concepção que se torna a *premissa absoluta* para qualquer afirmação sobre o mundo. Para Mezan (2007, s/p), desde que se consiga o assentimento de um coletivo de pessoas “que passam a acreditar nela e a ver o mundo pelo prisma que ela lhes oferece, a ‘suposição fundamental’ não precisa de mais nada para se sustentar: a crença faz com que se torne auto-evidente, não necessitando de qualquer prova”. Nada mais contrário a ordem dos pequenos episódios, que são um a um, testemunhados a partir da escuta analítica. Tal trabalho, voltado aos episódios pontuais, fala da verdade inconsciente.

O inconsciente é correlato ao desejo. Para acessá-lo é necessário que o analista não responda à demanda na direção do tratamento. Não respondê-la não significa recusá-la ou ignorá-la. O analista a acolhe, permitindo que o desejo se manifeste. A demanda é um enunciado, um pedido vazio. Esse pedido, porém, encontra em sua origem, alguém dele mesmo, a sua verdade: o desejo. Assim, “[...] o analista é aquele que sustenta a demanda, não, como se costuma dizer, para frustrar o sujeito, mas para que reapareçam os significantes em que sua frustração está retida” (LACAN, 1998/1958, p. 624).

Na análise, portanto, mira-se o sujeito do desejo, que se dá a conhecer em momentos de abertura do inconsciente. Como se sustenta esta perspectiva de direção – que visa a dar vez a pequenos episódios recobertos pela verdade inconsciente – que em seu cerne, pauta-se pelo analista não dirigir o analisante? Pretendemos ir além destas assertivas iniciais já postas anteriormente. Mas, para responder tal questionamento, é necessário avançar em alguns tópicos.

3.1 AS PARTICULARIDADES DA CLÍNICA PSICANALÍTICA

Desde o início da história da psicanálise, com Freud e seus primeiros discípulos, vê-se um esforço na direção de tentar avançar em relação a um campo que toma o inconsciente como seu objeto de investigação. Mesmo depois de um percurso considerável nesta tarefa, Freud se vê, reiteradas vezes, frente à missão de retomar questões teóricas centrais para dizer o que é a psicanálise. A ruptura de alguns de seus discípulos, especialmente Jung e Adler, trazem exemplos como estes.

Em *A história do movimento psicanalítico* (1914) Freud apresenta um desses momentos de esclarecimento teórico sobre as definições da psicanálise, argumentando que a teoria da psicanálise existe para tentar explicar dois fatos surpreendentes e inesperados que se observam quando se tenta remontar os sintomas dos neuróticos ao passado: a resistência e a transferência. Ele afirma ainda que qualquer investigação que tome ambos fatos clínicos citados como pontos de partida de seu trabalho tem o direito de se chamar psicanálise, mesmo que conduza a resultados diferentes dos produzidos pelo próprio Freud.

A psicanálise marca sua especificidade pelo objeto de que sua clínica se ocupa e a diferencia, por vezes a opõe, aos demais discursos: *o inconsciente*, e as leis que o regem, tal qual formulados pelo fundador da psicanálise e retomados por Lacan em seu retorno à Freud, anunciado enquanto estruturado como uma linguagem.

A especificidade ora citada se assenta na descoberta freudiana de que os humanos não têm domínio sobre seu destino, pois sofrem uma determinação de um outro lugar, seu inconsciente (BERNARDINO, 2004), que Lacan bem definiu como o discurso do Outro que o constitui. Dito de outro modo, a descoberta freudiana menciona que “há pensamento sem pensador” (PACHECO, 1996, p. 71), ou mesmo “um processo de significação independente do discurso intencional, que ao ocorrer põe esse discurso em xeque” (SAFOUAN, 1993, p. 12). De todos os modos ora apresentados evidencia-se a ideia de que o sujeito é distinto do que diz.

A rigor, o inconsciente não deveria ser substantivado. Assim se faz por facilidade discursiva (POMMIER, 1990). Não é possível identificar onde o saber inconsciente é depositado. Ele se manifesta na fala do analisante, em seu próprio momento de abertura e fechamento. Portanto, cabe melhor considerá-lo através de sua adjetivação.

Como mencionado no capítulo anterior, a centralidade dos processos inconscientes na vida psíquica dos sujeitos atribuída por Freud é sem precedentes. O inconsciente desloca-se do lugar que lhe permite somente uma definição negativa – aquilo que não é consciente – tomando o lugar central da vida anímica como da prática clínica psicanalítica, caracterizando um campo específico de pesquisa, conformando numa nova disciplina. Diante desta especificidade bem marcada, Lacan (1998/1958, p. 629) assevera: “Dizer que a doutrina freudiana é uma psicologia é um grosseiro equívoco”.

3.1.1 A psicanálise e a clínica

Ao pensar a prática clínica, desde Freud, temos uma distinção que mantém seu valor até hoje: “[...] há entre a técnica sugestiva e a analítica a maior antítese possível” (FREUD, 1996/1905-1904). No mesmo texto, Freud se aproveita da colocação feita por Leonardo da Vinci ao diferenciar o método de trabalho na pintura e na escultura. Diz ele que a primeira funciona *pervia di porre* – pois acrescenta à tela pigmentos coloridos que antes não se encontravam ali – e a segunda *per via di levare*, pois retira da pedra os excessos que encobririam a estátua ali contida.

É simples promulgar a analogia entre as fórmulas de Leonardo e as diferenciações entre a técnica da sugestão – que considera uma comunicação feita de eu a eu– as quais acrescentariam representações feitas por intermédio de conclusões do analista e a técnica psicanalítica que trabalharia em um outro sentido, retirando os excessos de sentido que estão ligados ao sofrimento neurótico. A técnica analítica funcionaria, a partir desta alusão a da Vinci, *per via de levare*.

“A psicanálise se vale do cinzal do escultor, sempre trabalhou com os restos, retalhos e lacunas” (RODRIGUÉ, 1994, p. 236), caracterizando-se como o lugar de uma *práxis* que visa a dar vez e voz ao sujeito da enunciação – diferente do sujeito do enunciado – este que fala e não sabe do que fala. É o lugar onde se propicia a inscrição de perdas imaginárias e o questionamento de ideais, sendo estes, viabilizados por uma experiência onde o sujeito possa discorrer sobre as narrativas de sua vida, experimentando-se “não-todo”. Com estas características, a clínica psicanalítica distingue-se de outras clínicas, mantendo seu compromisso com o sujeito do desejo (inconsciente), sendo operacionalizada pela escuta deste sujeito, fato possível pelo desejo do analista e pela “realidade” transferencial.

3.2 NO INÍCIO ERA ...

Num primeiro momento, todas as considerações acerca do início e do fim de uma análise podem parecer simples, não fossem os imbróglios envolvidos numa resposta única e objetiva, que denunciaria o que propriamente não se pode chamar de uma *análise*, afinal, como já citado, a psicanálise não é afeita à ordem da generalidade. Ao invés de uma resposta totalizadora, neste campo, há que se valorizar a parcialidade das questões que por sua vez abrem possibilidades de elaboração sobre a clínica e suas direções possíveis.

Sobre essa matéria, Freud, no texto *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (2010/1912, p. 148), alude ao particular, inclusive em suas indicações sobre a técnica. Ele alerta: “essa técnica revelou-se a única adequada para a minha individualidade. Não me atrevo a contestar que uma personalidade médica de outra constituição seja levada a preferir uma outra atitude ante os pacientes e a tarefa a ser cumprida”. Em outro texto, *O início do tratamento*, também encontrado como o anterior, nos chamados *artigos sobre a técnica*¹², desenvolve outro raciocínio que complementa a ideia já apresentada, dizendo:

A extraordinária diversidade das constelações psíquicas envolvidas, a plasticidade de todos os processos anímicos e a riqueza de fatores determinantes resistem à mecanização da técnica e permitem que um procedimento em geral correto permaneça eventualmente sem efeito, e que um outro, normalmente errado, conduza ao objetivo (FREUD, 2010/1913, p. 164).

Aqui se identifica a ligação entre os preceitos técnicos – mesmo com as advertências feitas, Freud não deixou de mencionar seus achados sobre a técnica, na tentativa de estabelecer em linhas gerais o que chamou de “conduta medianamente adequada para o médico [analista]” (FREUD, 2010/1913, p. 164) – e a ética da psicanálise. Toda e qualquer técnica pode ser relativizada desde que se mostre mais adequado outro caminho, em um determinado percurso de experiência psicanalítica. É neste sentido que é possível afirmar que a legitimidade da prática deve estar baseada em seus princípios e não em sua técnica.

Os princípios evocam a ética psicanalítica, ética do desejo, que impossibilita pautar a prática em um *a priori*, visto que esta se sustenta

¹² Os ditos *artigos sobre técnica* referem aos textos encontrados no volume XII das obras completas de Sigmund Freud traduzidas para o português pela editora Imago. Os 6 (seis) textos são: O manejo da interpretação de sonhos na psicanálise (1911); A dinâmica da transferência (1912); *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912); *Sobre o início do tratamento* (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I) (1913); *Recordar, repetir e elaborar* (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II) (1914) e; *Observações sobre o amor transferencial* (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III) (1915[1914]). Apesar de estes textos serem assim nomeados – *Artigos sobre técnica* – sabe-se que orientações sobre a técnica, bem como suas implicações éticas, são elaboradas por Freud em várias outras partes de sua obra, articuladas ao próprio desenvolvimento da psicanálise.

na aposta de escuta do inconsciente evidenciada sempre de forma fulgente, e, portanto, apreensível apenas por seus efeitos, em um momento posterior. São estes últimos, os efeitos da intervenção, que permitem identificar uma direção. Assim posto, a técnica é uma consequência do princípio e não algo que simplesmente se aplica em um fazer. São os princípios que impedem um “vale tudo” na prática.

Para Rodrigué (1995, p. 235), cada “caso é uma lição de técnica. [...] Todo paciente, na medida em que sua singularidade está em destaque, questiona a teoria”. E é, pois, o que cada análise mostra a partir de seu próprio percurso: a singularidade posta em evidência revelando a indissociabilidade da fala do analisante com suas formações inconscientes.

3.2.1 As entrevistas preliminares

O início de uma análise está ligado às *entrevistas preliminares*, termo lacaniano que coincide com o que Freud chamou de *tratamento de ensaio*. Esta experiência preliminar é, ela própria, o início de uma análise, ou, dito de outro modo, só se inicia uma análise por intermédio das entrevistas preliminares. Elas constituem um momento importante para que o analista possa considerar algumas questões e decidir pelo início da análise. Quinet (2007) entende serem três as funções das entrevistas preliminares: a função sintomal (sinto-mal), a função diagnóstica e a função transferencial.

A primeira função evidencia a diferença do sintoma antes e depois do encontro com o analista. Esta diferença é constituída pela não aceitação da demanda em estado bruto. Ao questioná-la, o analista transforma a queixa em demanda a ele endereçada, modificando o estatuto do sintoma, que no início se traduz pelo movimento de uma busca de resposta, transformando-se depois em questão para o sujeito, enigma que precisa ser decifrado. É assim que o sintoma pode ser transformado em sintoma analítico, e por consequência pode ser trabalhado em uma análise.

Quanto à função diagnóstica, sabe-se que diz respeito estritamente à orientação quanto ao modo de conduzir um caso na análise. Não se trata de um diagnóstico meramente classificatório, que se dá de modo independente da relação estabelecida entre analista e analisante, como, por exemplo, os diagnósticos instituídos com base nos manuais diagnósticos. O diagnóstico em psicanálise faz-se em transferência. Ele permite estabelecer a estratégia da direção da análise na medida em que permite distinguir situações despojadas de manejos

específicos por parte do analista, como no caso distintivo entre neurose e psicose.

Sobre a transferência, a terceira função das entrevistas preliminares apontadas por Quinet, desenvolveremos um tópico específico mais adiante. Basta mencionar, de momento, que o surgimento do sujeito sob transferência é o que mostra a entrada em análise.

Neste tempo preliminar à análise, o analista intervém de modo a produzir o efeito de fazer o sujeito se perguntar em que ele participa daquilo que se queixa. Em vez do gozo do sintoma, em que o sujeito não se responsabiliza por aquilo que se queixa, o sujeito introduz uma questão direcionada ao analista, supostamente possuidor da resposta para o enigma disso que o faz sofrer. O candidato à análise supõe existir em um analista específico, não qualquer um, o saber que lhe livraria do sofrimento do qual se queixa. Portanto, a instalação do sujeito suposto saber¹³ requer um efeito subjetivo que ocorre pela singularização de uma demanda através de seu direcionamento a um analista específico.

3.2.2 O grande Outro e o sujeito do desejo

A escuta do sujeito do inconsciente é a escuta do sujeito como efeito do discurso do Outro. É o *grande Outro* que funda o sujeito e o aliena enquanto condição para sua humanização. O grande Outro é uma estrutura de ficção que se mostra enquanto autoridade que “está além” dos humanos, justamente por possibilitar a humanização destes, pois é o lugar de operação da linguagem.

Já o *pequeno outro* é o outro imaginário, o outro semelhante, que se presentifica nas outras pessoas com quem o sujeito se relaciona cotidianamente, sendo, portanto, fundamentalmente outros empíricos que estabelecem um processo de interação social. O *grande Outro* é o sistema de leis que organizam a forma que o *pequeno outro* pode aparecer para um sujeito humano. O grande Outro remete à estrutura e o pequeno outro ao fenômeno.

As afirmativas do parágrafo anterior nos conduzem à ideia de que o ser humano se produz enquanto tal, humaniza-se, por assim dizer, a partir de sua alienação à linguagem¹⁴. Lacan, sobre este tema, refere-se

¹³ A noção de *Sujeito Suposto Saber* será melhor desenvolvida no item “O manejo da transferência”, ainda neste capítulo.

¹⁴ Esse tema já foi abordado no primeiro capítulo. Agora, utilizaremos os aportes teóricos desenvolvidos por Roberto Harari para discutir a questão. Ele afirma, em relação aos

ao sujeito humano como um “animal presa da linguagem” e, por isso, continua, “o desejo do homem é o desejo do Outro” (LACAN, 1998/1958, p. 634). Partindo das noções de pequeno outro e grande Outro, pode-se afirmar que ambos estão em jogo na análise. Contrário à opinião daqueles que defendem a tese da auto-análise de Freud, Harari (2008, p. 126) alerta: “a análise requer imprescindivelmente a presença do outro”.

Deste modo, na análise o sujeito demanda ao Outro aquilo que lhe falta, sendo o analista o depositário deste pedido. Tal pedido comporta uma impossibilidade que lhe é inerente. Frente a isso, cabe ao analista uma única possibilidade: não respondê-lo. No *Seminário 7*, Lacan, ao falar do desejo do analista, alude ao que este desejo não pode ser. “Ele não pode desejar o impossível” (LACAN, 1986/1959-60, p.230), inviabilizando toda e qualquer resposta que vise a tamponar o que é próprio da constituição psíquica do sujeito humano, pautada na experiência humanizadora da *falta*.

Os humanos, portanto, produzem incessantemente enunciados. Estes, por sua vez, são constituídos de palavras. São elas, as palavras, que possibilitam ao sujeito produzir significações. As palavras, sem exceções, são sempre dirigidas à alguém, independente de sua presença física. Neste sentido, a significação vem do Outro e, assim, pode-se afirmar, a partir de Lacan, que “o inconsciente é o discurso do Outro” (LACAN, 1998/1957, p. 529). Para que aconteça uma análise é necessário que esse Outro se singularize em um analista e a partir daí o sujeito possa reconhecer um saber inconsciente. Este saber insabido, saber que não se sabe, é veiculado pela instalação do sujeito suposto ao saber, implicando diretamente o analista. Cabe a este fazer acontecer “a experiência do Outro que fala em mim” (VEGH, 1989, p. 66).

Desde os primeiros momentos o analista demarca uma posição caucada na concepção ao qual o Outro é o *lugar do significante* (LACAN 1998/1960), marcando, também desta forma, a particularidade da clínica psicanalítica. Esta particularidade é sustentada pelo ato do analista¹⁵. “É o analista com seu ato que dá existência ao inconsciente,

humanos: “Somos constituídos, num sentido, porque a linguagem assassinou as coisas de nosso mundo. Então, evidentemente temos que passar pela linguagem, a linguagem é uma mediação insubstituível que temos de utilizar para termos acesso às coisas” (HARARI, 2008, p.161).

¹⁵ O ato analítico não é subjetivado, a não ser posteriormente, *a posteriori*. Ali, no ato, o sujeito não pensa, age. Só depois de feito, o ato pode ser engendrado em uma construção e, portanto, subjetivado. Neste sentido, não há saber do ato analítico. Tal saber vem por intermédio do sujeito, que é ultrapassado pelo ato. Assim, não se calcula o ato, não se o

promovendo a psicanálise no particular de cada caso” (QUINET, 2007, p.08). O sujeito encontra-se sempre frente à impossibilidade de reconhecer o desejo em sua própria fala. Ele carece de interpretação, que não apontará para sua completude, mas, ao contrário, para a própria divisão do sujeito. Assim, a existência do inconsciente depende de alguém que o escute. Para que isso ocorra o analista não se deixa envolver numa relação de outro a outro, pois o inconsciente “é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente” (LACAN, 1998/1953). São estas aberturas no fluxo consciente de enunciados que podem ser reconhecidas pelo analisante a partir de sua relação com a função analista.

A direção do tratamento na psicanálise diferencia-se de como se procede em outros tipos de tratamentos. Na tentativa de melhor caracterizar estas especificidades remontamos à Freud, quando este afirma: “A possibilidade de influência analítica repousa em precondições bastante definidas, que podem ser resumidas sobre a expressão ‘situação analítica’” (FREUD, 1996/1925, p. 308).

A situação analítica é a denominação de Freud para o que se estabelece entre analista e analisante, a partir da transferência, configurada como uma espécie de artifício que permite a atualização realizada pelo analisante das questões que dizem respeito ao seu enredo neurótico. Este dispositivo simbólico, a situação analítica, é definida a partir da aplicação da *regra fundamental*. Em que consiste tal regra, apontada por Rodrigué (1995) como o único imperativo de Freud?

3.3 A REGRA FUNDAMENTAL

Em dezembro de 1880, Breuer inicia o tratamento de uma moça, apelidada de Anna O., que mais tarde viria a se tornar um caso “exemplar”, constituindo parte do livro *Estudos sobre a histeria* (1996/1893-95). Neste livro, Freud estuda a histeria e desenvolve os

prevê, tampouco ele pode ser controlado. Quinet (2007, p. 105), aludindo ao seminário desenvolvido por Lacan sobre o tema, afirma sobre as características do ato: “1) O ato apresenta uma dimensão de linguagem [...]. 2) O ato é promotor de ultrapassamento, franqueamento, provocando uma mudança radical no sujeito, pois, no que se refere a ele, nada será como antes. 3) O ato é acéfalo, pois o sujeito não é agente de seu ato, ele é agido”. Este ato realizado pelo psicanalista remete a sua própria análise e ao analisante que ele foi. Para aprofundar a discussão, no capítulo IV o tema *ato analítico* será retomado a partir da discussão sobre o tempo lógico.

postulados sobre a prática clínica que romperiam definitivamente com o momento anterior e inaugurariam um novo campo e uma nova prática.

São os “destinos” deste caso e as formas de entender tal experiência com a histeria que marca diferenças entre Freud e Breuer, culminando com o rompimento de ambos e uma guinada no percurso do primeiro. É neste momento de consolidação da psicanálise que ele aproveita a indicação feita por Anna O. para rever sua própria atuação na condução dos casos. Anna O. chamava o método de *talking cure* (cura pela palavra) ou se referia a ele, em tom de brincadeira, como *chimney-sweeping* (limpeza de chaminé). Breuer nomeou este método de catarse, processo pelo qual, ao falar, “a chaminé ia se desentupindo” e, com isso, a emoção ligada às falas era liberada.

Desde seus primórdios, a técnica nas pesquisas de Freud sofreu alterações de grandes conseqüências, indicando mudanças consideráveis em como se entende a clínica psicanalítica e a direção do tratamento. Destas, frisamos a passagem do método catártico para a psicanálise propriamente dita, ocorrida, segundo Freud (1996/1914), devido às descobertas que o conduziram a teoria do recalque e da resistência, ao reconhecimento da sexualidade infantil e à interpretação de sonhos e sua relação com o desejo inconsciente.

Na prática, Freud muda a perspectiva de intervenção, abandonando o método catártico, desenvolvido por Breuer, para introduzir a associação livre. Num primeiro momento, ele mantinha o interesse em focar nas situações que haviam ocasionado a formação dos sintomas. Foi num momento posterior, quando a ideia de se manter o foco em momentos específicos é abandonada que o analista passa a trabalhar com o que se apresenta no momento presente da sessão. Cabe, então, a este período específico uma reformulação técnica que terá conseqüências significativas para a psicanálise.

Sabe-se, como já mencionado anteriormente, que na clínica psicanalítica a direção está pautada no manejo da transferência, situação marcada pelo fato de o analista dirigir o tratamento, e não o paciente. Esta situação demarca a existência de lugares não recíprocos entre analista e analisante. O primeiro é chamado a responder de um lugar que dê sustentação ao fluxo de significantes advindos do segundo, que em sua fala, dá existência à regra fundamental da psicanálise: a *associação livre*.

A associação livre consiste em “dizer tudo que se passa por sua cabeça”, uma regra “impossível de ser cumprida” (RODRIGUÉ, 1995, p. 239) que está na base do processo analítico, pois “sustenta o diálogo analítico” (RODRIGUÉ, 1995, p. 240). Dar condução a esta fala

produzida em análise pelo analisante – suportando este lugar – é trabalho do analista. “O analista é o homem a quem se fala e a quem se fala livremente” (LACAN, 1998/1958, p. 622). Tal função, o analista, mantém estreita relação com o que se pode definir como a direção do tratamento, visto que é o analista quem o dirige.

Trata-se, então, de colocar-se em posição de não definir nada com antecedência. Na análise há a ausência da definição antecipada de temas, objetivos, alvos a serem atingidos. Essa atitude traduz na prática a regra fundamental. “É fundamental porque vai aos fundamentos, é o início de tudo; fale” (HARARI, 2008, p. 164). A partir do “fale”, pode-se intervir sobre os pontos de quebra da própria fala – atos falhos, vacilações, erros, dúvidas – caracterizando um tipo de preocupação que se diferencia daquela voltada para uma fala comunicativa, que visa ao esclarecimento da comunicação. Sobre tal tipo de discurso, Lacan (1985/1954-1955, p. 320) assevera: “A mola dinâmica da análise é ele falar de si mesmo. Os rasgões que aparecem, graças aos quais vocês podem ir para além daquilo que ele lhes fala, não constituem um extra do discurso, produzem-se no texto do discurso”.

É possível pensar na aplicabilidade da associação livre, visto que o paciente, ele próprio, não é dirigido pelo analista, mas pelas aberturas de novas cadeias significantes. A cadeia significativa não resguarda a si uma significação própria. As representações não estão conectadas umas às outras. O significante sempre remete a outro significante e é de um a outro significante que se produzem significações. Aí reside a liberdade: a cadeia não comporta em si uma significação. Na articulação dos significantes, produzem-se novas cadeias, caracterizando o movimento da associação livre e, na prática, justificando o “fale o que lhe vier à cabeça”. Pede-se para que o analisante fale, deliberadamente, pois “o que desejamos ouvir de nosso paciente não é apenas o que sabe e esconde de outras pessoas; ele deve dizer-nos também o que *não* sabe” (FREUD, 1996/1938-40, p. 188-189).

A situação analítica é, portanto, constituída pela associação livre. Mesmo que ela se mostre, num momento inicial, através de comunicações por parte do analista, remontando ao “fale o que lhe vier à cabeça” de Freud, o estabelecimento deste tipo específico de comunicação remete aos efeitos que esta mesma diretriz teve para o analista em sua própria análise. Para Lacan (1998/1958, p. 592), “[...] até nas inflexões de seu enunciado, veicularão a doutrina com as quais o analista se constitui, no ponto de consequência que ela atingiu para ele”, indicando a relação direta existente entre a condução de análises, a formação do analista e sua própria análise.

A associação livre, portanto, passa a ser o método da psicanálise, marcando o início de cada análise, além de configurar-se como o *start* da própria psicanálise tal como Freud a postulou: a cura pela palavra. A chamada regra fundamental da psicanálise foi-lhe “ditada” por uma de suas pacientes, Emmy von N., que lhe solicitou que cessasse de perguntar de onde provinha isso ou aquilo, mas que a deixasse contar o que tinha a dizer.

Como se sabe, no texto *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1996/1912), Freud tece uma série de considerações aos práticos da psicanálise, asseverando de antemão que estas indicações técnicas eram apropriadas a sua individualidade, não excluindo a possibilidade de outro analista ter um entendimento diferente sobre o seu fazer na clínica. Desde o início de seus comentários, Freud salienta que todos eles, ou pelo menos a maioria, poderiam ser resumidos em um preceito único, que diz respeito a criar, para o analista, uma contrapartida à regra fundamental da psicanálise. Diz Freud em relação ao analista, que ele “deve colocar-se em posição de fazer uso de tudo o que lhe é dito para fins de interpretação e identificar o material inconsciente oculto, sem substituir sua própria censura pela seleção de que o paciente abriu mão” (FREUD, 1996/1912, p. 129).

A contrapartida à regra fundamental, a atenção flutuante ou atenção uniformemente suspensa, diz respeito à escuta do inconsciente. Para que se viabilize tal escuta, o analista deve abster-se de qualquer critério seletivo, sendo que sua atenção não se caracteriza por um exercício de memória que visa a alcançar algum conteúdo supostamente privilegiado. Contrariamente a isso, ele deve se colocar em uma tal condição que indique uma certa liberdade em relação à escuta, indicando independência em relação às expectativas, críticas ou mesmo critérios.

Pode-se abalizar que a fala do analisante é livre, pois não é direcionada pela fala do analista. Por outro lado, a fala não é livre, levando-se em consideração a ideia de um “determinismo psíquico”, que, do ponto de vista freudiano, quer dizer que nada acontece por acaso no psiquismo. Já a fala do analista está sujeita às considerações do “tempo oportuno”, pois a interpretação se dá em momentos específicos, visando ao desejo que se dá a reconhecer a partir da fala do analisante. No entanto, para Rodrigué (1994), a antítese não é completa, pois a interpretação deve ser deliberadamente improvisada. Em que se fundamenta este improviso? A observância da contrapartida à regra fundamental – a atenção flutuante –, salienta que a intervenção do

analista está ligada às formações do inconsciente e ao reconhecimento de que este também está submetido ao mesmo saber inconsciente. No caso do analista, espera-se, claro, que de forma advertida.

Ao se colocar em prática a insígnia de se falar o que vem à cabeça, por mais que isso remeta a um impossível de se realizar por completo, a tipificação de procedimentos se mostra inviável. Desde os momentos preliminares à análise – que remetem ao tratamento de ensaio freudiano – está em jogo a introdução do candidato à análise no discurso analítico, este que, quando se faz presente na clínica, remete a “outra cena” envolvida nos dizeres do analisante, que sempre está alhures do domínio de seu pensamento consciente. É neste sentido que se pode afirmar que é onde o sujeito não pensa que ele escolhe, indicando que o sujeito da psicanálise é um “cartesiano às avessas: ‘penso onde não sou; sou onde não penso’” (KEHL, 2002, p. 124).

A regra fundamental, portanto, remete à instalação de um modo específico de fala, diferente ou mesmo contrária a outras maneiras discursivas, pois se baseia em falar coisas sem a habitual preocupação com a sintaxe ou coerência das ideias. Fato este incomum ao se pensar como os humanos estabelecem laços sociais. Ao colocar em prática o fato de falar coisas de forma a-crítica, o analisante põe em jogo uma discursividade que é a própria que interessa ao psicanalista, convocando-o a se fazer presente no dispositivo analítico, fato que nos aponta a necessidade de melhor entender que função é esta – o analista – e qual sua relação com a direção de uma análise.

3.4 O QUE É O ANALISTA?

No período que compreende toda a produção lacaniana sobre a psicanálise, que durou muitas décadas dedicadas às questões pertinentes a “ciência do inconsciente”, o psicanalista francês foi excluído dos quadros de uma instituição – a IPA (International Psychoanalytical Association) – onde vigoravam formas de lidar com a formação do analista criticadas pelo próprio Lacan; instituiu e dissolveu uma instituição psicanalítica; criou o dispositivo do passe¹⁶; acontecimentos

¹⁶ O passe é um dispositivo criado por Lacan que consiste no testemunho do analisante sobre seu processo analítico e refere à elaboração de um saber sobre sua passagem de analisante a analista. Tal testemunho se dá em uma instituição psicanalítica. “É em torno do passe que é articulada na Escola de Lacan a questão da garantia institucional pela vinculação da análise pessoal com a transmissão da psicanálise, ou seja, a análise em intenção e a análise em extensão” (QUINET, 2007, p.98). A ideia do passe é solidária com a concepção de que tornar-se psicanalista não é simplesmente uma escolha

estes que davam o recorte da forma em que se dava o envolvimento de Lacan com a psicanálise, sendo que a formação do analista sempre foi uma de suas questões centrais. *O que se espera da análise do analista* foi a pergunta que se impôs a Lacan e atravessou o seu ensino na tentativa de avançar sobre a questão da formação do analista.

A análise existe porque há o psicanalista. Dentre todos os elementos envolvidos na sua formação, a sua própria análise destaca-se como o ponto fundamental. Sándor Ferenczi foi o primeiro a abordar este ponto articulando a formação do analista e a temática do fim de análise. Aliás, foi este analista da primeira geração quem designou a análise do analista como a “segunda regra fundamental” (BERNARDES, 2002, s/p), aludindo à associação livre, chamada regra fundamental da psicanálise.

Os anos passam e as questões sobre a formação do analista perduram, visto a impossibilidade de se desenvolver normativas que dêem conta de construir modelos para sua formação. Sabe-se, no entanto, com a ajuda de Lacan, que a formação do analista está intrinsecamente ligada à análise de suas formações inconscientes. Avancemos, pois, na tentativa de melhor caracterizar o que está envolvido na formação do analista e, por conseguinte, em sua própria definição.

O que é o analista? Sabendo ser ele um elemento central para se pensar a análise, mostra-se apropriado refletir sobre sua definição. Sabe-se que ela não se dá a partir de cursos, que revelariam uma formalização do processo de formação ao estilo do ensino universitário, que compreende um início e um fim previstos de antemão e, por consequência, um formado depois de um certo percurso. Portanto esta direção não se mostra como um caminho viável.

O enquadre profissional também não, pois o psicanalista não é simplesmente o profissional que trabalha com a psicanálise, apesar de – mas, não só – também sê-lo. Ambas tentativas de definição, pautadas em alguma forma de enquadre, não se traduzem como adequadas. Como

profissional, mas sim uma passagem que se realiza em uma análise. O passe seria o dispositivo institucional que teria a função de verificar esta passagem realizada em um processo analítico. Lacan expôs sua proposta sobre um dispositivo institucional que servisse para acompanhar o processo de autorização pelo qual uma pessoa tornava-se analista em 1967. Em 1978 declarou que o passe, dispositivo elaborado na *Ecole Freudienne de Paris*, era um fracasso. O dispositivo do passe sempre foi motivo de polêmicas e até mesmo de divisões entre grupos de psicanalistas que acompanham o ensino de Lacan.

tentar caracterizá-lo então? O caminho viável: ao analista está reservada a mesma matéria para sua própria definição e aquela da qual se ocupa na clínica: o inconsciente.

Antes do exame de alguns aspectos que intentam solucionar a questão levantada no parágrafo anterior cabe, ainda, uma ressalva para contextualizar os desenvolvimentos seguintes, que incluem o tratamento¹⁷ que o analista dirige.

Para avançar nesta pesquisa, foram utilizados prioritariamente os aportes teóricos encontrados nos quatro grandes textos lacanianos entre 1955 e 1960, que de acordo com Pinho (2003), são textos nos quais Lacan se manifesta sobre seu método de trabalho, o qual, cabe dizer, não era aceito pela IPA, sendo um dos motivos de sua exclusão da instituição. Os textos *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* (1958), *Variantes do tratamento padrão* (1955), *Situação da psicanálise e formação do psicanalista* (1956) e, o seminário sobre *A transferência* (1960-61) auxiliarão em nossa tarefa.

Mesmo sendo textos do final da década de 50 e início da década de 60, permanecem atuais pela pertinência dos temas aos quais se propõem a desenvolver. Cientes de que as questões ali trabalhadas não contam com os conceitos desenvolvidos por Lacan anos depois, como a introdução do *objeto a*¹⁸ a partir de 1963 identifica-se que não abordar

¹⁷ Em alemão, segundo Celes (2005), a direção da análise pode ser pensada a partir de dois termos que refletem a idéia de tratamento e cura. O primeiro deles, *Genesung*, diz respeito aos objetivos aos quais se quer chegar para que alguém esteja efetivamente curado. Desde o início visa-se ao fim. Antecipa-se algo que equivaleria ao “produto final” atribuído a um processo. O outro termo é *Kur*, utilizado por Freud, e pode ser traduzido como *cura* ou *processo*. Este último termo tem o sentido de tratamento, trabalho em execução e exprime a ideia de que a direção do tratamento tem relação com a manutenção do trabalho de análise. Este, por sua vez, não se volta de forma clara e objetiva a um fim marcado com antecedência. Esta segunda proposta coincide com o sentido adotado na presente dissertação. Vale ressaltar, ainda atentos aos problemas dos termos e consequentemente suas traduções para o português, que no livro *Escritos*, publicado no Brasil em 1998, a expressão utilizada por Lacan é “Direção do tratamento”. Cientes das diferenças terminológicas – *Kur* em alemão, que refere o termo português cura, utilizado por Freud e o termo francófono *Cure*, utilizado por Lacan, sendo traduzido como tratamento – cabe indicar que não é objetivo do presente estudo aprofundar-se quanto à etimologia e às diferenças terminológicas e, neste sentido, serão considerados ambos os termos – cura e tratamento – desde que entendido que os dois são coincidentes com a expressão *direção da análise*.

¹⁸ O objeto (pequeno) *a* é um termo introduzido por Lacan no início da década de 60 e designa o objeto desejado pelo sujeito e que se furta a ele a ponto de não poder ser simbolizável. O *objeto a* remete ao objeto de desejo que se esquia e que ao mesmo tempo é a causa do desejo. Tal noção se articula com a transferência conferindo-lhe seu aspecto real desvinculando-se do simbólico e portanto, ficando de fora da cadeia

tais conceitos em profundidade na presente discussão não compromete o entendimento dos temas pesquisados – a análise, a transferência, o sujeito do desejo, o psicanalista – apenas lhes confere um tom particular, demarcado pelo recorte aqui proposto. Além disso, em concordância com as ideias de Harari (1990), pretende-se não adotar uma perspectiva “evolucionista” da teoria lacaniana, onde os conceitos posteriores invalidam os anteriores. Ao avançar com seus preceitos teóricos, Lacan foi priorizando algumas noções, contudo, não tornando “ultrapassadas” as teorias precedentes. Aliás, alguns de seus desenvolvimentos teóricos podem ser olhados sob um outro prisma, somente se forem considerados os avanços posteriores.

Retomemos, pois, a discussão sobre o analista. No texto *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* Lacan (1998/1958) inicia com a seguinte questão: quem analisa hoje? Partindo da crítica à noção de *contratransferência* – termo que alude às manifestações inconscientes do analista relacionadas àquelas produzidas em transferência pelo analisante – e seu uso na clínica psicanalítica, ele começa a diferenciar seu entendimento do que se faz na clínica de outras concepções (notadamente, neste texto de Lacan, a que vigorava como padrão na dita psicanálise “americana”), tomando como ponto central o fazer do analista.

A direção da análise, então, tem relação com a manutenção do trabalho em transferência. É em transferência que o analisante trabalha através de sua fala. Aliás, espera-se que seja a sua fala a estar em jogo em uma análise, para que se evidencie as marcas discursivas implicadas em seu desejo inconsciente. É o analista, pelo manejo da transferência, que viabiliza esse processo. Mas para isso ocorrer, segundo Lacan, o analista tem que pagar.

- pagar com palavras, sem dúvida, se a transmutação que elas sofrem pela operação analítica as eleva a seu efeito de interpretação;
- mas pagar também com sua pessoa, na medida em que, haja o que houver, ele a empresta como suporte aos fenômenos singulares que a análise descobriu na transferência;
- e haveremos de esquecer que ele tem que pagar com o que há de essencial em seu juízo mais íntimo [...]. (LACAN, 1998/1958, p.593)

significante e, articulando também a função do analista, que faria as vezes de seu semblante e no final da análise cairia para deixar que o sujeito advenha em sua verdade.

O par – analista e analisante – poderia ser assim nomeado a título de definição dos componentes da experiência analítica, caso o entendimento sobre o que se passa na análise estivesse preponderantemente articulado ao registro do imaginário, dual por excelência, pois aprisiona o sujeito na imagem especular que se impõe defronte a si. Numa análise não se tratam de dois, mas sim de três elementos. Ela só pode “desenvolver-se ao preço do constituinte ternário, que é o significante introduzido no discurso que se instaura, aquele que tem nome: o sujeito suposto saber, esta uma formação não de artifício, mas de inspiração, como destacada do psicanalisante” (LACAN, 2003/1967, p. 254).

Tal situação implica em não confundir a *função analista* com sua pessoa. Diz-se que o analista empresta sua pessoa enquanto suporte para que os fenômenos da transferência ocorram e se atualizem a partir da relação do analisante com o seu analista. Neste sentido, um analista existe enquanto uma posição que o analisante coloca em cena. Como se trata de um lugar cedido pelo analisante, o mesmo receberá as falas ou o silêncio de seu analista de acordo com sua relação com o Outro.

Ao não responder as demandas do analisante, fato que, quando consumado, implica no fenômeno da sugestão, o analista estabelece um tipo de relação que não se dá de pessoa a pessoa (nem de ego a ego). “A relação dual é uma armadilha de dois, para ocultar uma dimensão que é a do inconsciente” (Harari, 2008, p. 123). É neste sentido que o analista se caracteriza enquanto função e não como pessoa. Para que o analista ocupe esse lugar “é preciso que algo do ser se desfaça para que uma função se cumpra” (VEGH, 1989, p. 65).

Para que a *função analista* opere na análise, algo do ser do analista não pode estar em cena. O analista “é tão menos seguro de sua ação quanto mais está interessado em seu ser” (LACAN, 1998/1958, p.594). A possibilidade da existência do analista está diretamente relacionada à possibilidade de ocupar um lugar. Articulados a esta, temos a formação em relação à teoria da análise, o percurso junto aos pares, bem como a análise de controle realizada com outro analista. Mas o fundamental, que se apresenta como condição, e é o centro da formação do analista, é a sua própria análise. “Para utilizar a proposta de Lacan: começa como analisante e, se prossegue sua análise, poderá mudar sua posição subjetiva de analisante a analista” (HARARI, 2008, p. 128). É isto que possibilitaria ao analista situar-se em sua *falta-em-ser* e não em seu *ser* (LACAN 1998/1958). Esta possibilidade coincide com a análise do próprio analista, de modo que se pode afirmar que um analista se produz numa análise.

É, portanto, através de sua própria análise que um sujeito pode alçar à condição de analista, incluindo àqueles que trabalham com a psicanálise. Uma análise pode sustentar-se por conta do “desejo do analista”, expressão lacaniana não encontrada em Freud, que designa a possibilidade de efetivar uma escuta (das manifestações do inconsciente). No entanto, tal experiência não se dá em função de uma situação pessoal. Para que isso ocorra, aquilo que remete ao “pessoal” do lado do analista, necessariamente deve estar fora de foco.

Quando algo de pessoal do analista entra em questão, é possível identificar que algo de si (da pessoa do analista) se atravessa em sua escuta. Esta pessoalidade indubitavelmente estará ligada às questões do analista direcionadas a um outro que, neste caso, é seu analisante. Para Lacan,

Se se formam analistas é para que haja sujeitos tais que neles o eu esteja ausente. É o ideal da análise, que, é claro, permanece virtual. Não existe nunca sujeito sem um eu, sujeito plenamente realizado, porém é justamente o que sempre se deve visar a obter do sujeito em análise (LACAN, 1985/1954-55, p. 310).

A discussão sobre o desejo do analista remete diretamente a sua *autorização*, que implica em última instância a sua própria análise. O acolhimento das demandas e o manejo da transferência põem à prova a autorização do analista. Sobre essa matéria, Lacan (1998, p. 248) tem o seguinte posicionamento: “o psicanalista só se autoriza de si mesmo”. Sete anos depois ele retifica esta indicação, complementando-a com: “e por alguns outros”. No que concerne a primeira parte pode-se afirmar que assim está posto – de si mesmo –, pois sua autorização advém dos efeitos de sua própria análise. “No fim, sabemos que para Lacan essa autorização – que se assenta no si mesmo – tem como pré-requisito ineludível a realização da própria posição” (CABAS, 2009, p. 161).

Questionando sobre o que o analista tem a dar na análise, Lacan assinala que ele só pode dar o que tem. “E o que ele tem nada mais é do que seu desejo, como o analisado¹⁹, com a diferença de que é um desejo prevenido” (LACAN, 1986/1959-60, p. 360). Na mesma direção, indica

¹⁹ Nesta dissertação esta-se utilizando o termo *analisante* ao invés de *analisando* ou mesmo *analisado*, sendo este último encontrado na tradução brasileira do Seminário 7 citada no anteriormente.

sobre o problema do analista ter o desejo de fazer o bem ou curar o analisante, fato que marcaria seu próprio desejo, desejo do Outro, justamente aquele que não deve estar presente na análise, levando-o a designar esse desejo, o desejo do analista, como “um não-desejo de curar” (LACAN, 1986/1959-1960, p. 267).

Então, o fundamental a ser assinalado é a especificidade desta ideia original de Lacan, chamada “desejo do analista”. Ele não se confunde com o desejo de ser psicanalista, produção imaginária da pessoa analista, nem tampouco é o desejo de cada analista em particular, envolvendo a peculiaridade de suas formações inconscientes. O desejo do analista é uma função, distinto do desejo dito comum, que qualifica como desejo do Outro, ou seja, desejo de ser desejado.

Sendo assim, o lugar do analista na dupla “seria o de quem não age, e o desejo do psicanalista consistiria exatamente na enérgica recusa do exercício do poder que a transferência lhe confere. O contrário da sugestão, que se caracteriza pelo uso do poder sobre o sugestionado” (GOLDENBERG, 2010, p. 125). Dito de outro modo, se existe um poder que o analista pode se servir é o de recusar o poder outorgado pela transferência.

3.5 O MANEJO DA TRANSFERÊNCIA

O caso de Anna O. apresenta aos pesquisadores, Freud e Breuer, o amor de transferência, bem marcado pela história do tratamento, que não cabe aqui tomar em detalhes. Este achado de Breuer não foi transformado pelo mesmo em descoberta. Esta tarefa coube a Freud, equivalendo, a partir da prática clínica, à inauguração de um novo campo. Tal descoberta, pautada no reconhecimento da transferência, fez com que Freud mencionasse anos depois uma curiosa afirmação em relação ao analista: “[...] as únicas dificuldades realmente sérias que tem de enfrentar residem no manejo da transferência” (FREUD, 2006/1914, p. 177).

A transferência interessa diretamente às questões ligadas a prática clínica. “Este conceito é determinado pela função que tem numa *práxis*. Este conceito dirige o modo de tratar os pacientes” (LACAN, 1998/1964, p. 120). Ciente disso, no entanto, cabe indicar que o fenômeno da transferência não é exclusividade de uma análise. Já em *Cinco lições de psicanálise* Freud (1996/1909-1910, p. 62) enfatiza que “A transferência surge espontaneamente em todas as relações humanas”. Ocorre na vida, sob a égide das mais variadas formas de vínculos entre pessoas e diferentes contextos.

Enquanto fenômeno, a transferência existe à revelia de qualquer situação específica. Dá-se a ouvir no cotidiano, no dia a dia dos sujeitos humanos e está presente na forma que estes constituem seus laços sociais, corroborando com o aforisma lacaniano segundo o qual “[...] a transferência é a atualização da realidade do inconsciente” (LACAN, 1998/1964, p. 139).

Eis que o inconsciente dá-se a reconhecer em momentos que não se prendem a um contexto específico. Fato é, pois, que de nada vale sua manifestação se ninguém o escuta. Neste sentido, pode-se afirmar que o inconsciente existe na medida em que alguém o topa, o reconhece. Este é o trabalho do analista. Aliás, “os psicanalistas fazem parte do conceito do inconsciente, posto que constituem seu destinatário” (LACAN, 1998/1960, p. 848). Assim, a análise apresenta-se como lugar privilegiado para tal acontecimento, inclusive, por indicar que a escuta estará articulada a uma direção, o qual visa à manutenção desta “realidade” que diz respeito à verdade do sujeito do inconsciente.

Na análise será privilegiada uma forma específica de manejo em relação à fala, estabelecida, sem dúvida, pelo ato analítico promulgado por alguém, imbuído de uma função, que escuta as formações do inconsciente. Para que isso aconteça é necessário que, no início, ocorra um investimento por parte do candidato a analisante direcionado ao analista, para que se instale o sujeito suposto saber²⁰.

3.5.1 O sujeito suposto saber

Então, no início, o movimento que está em jogo na análise aponta para um saber. O analista topa esta atribuição direcionada a si, mas trabalha para sair deste lugar, não respondendo à demanda. Ele não a responde, acolhe-a. O sujeito suposto saber relaciona-se com esta idealização posta já no início da análise, pautada na ideia de que este analista sabe sobre o sofrimento neurótico do candidato a analisante. Tal idealização faz-se necessária para colocar em funcionamento o dispositivo analítico, fazendo com que a transferência tome assento e permita que a pesquisa analítica, das formações do inconsciente, possa iniciar-se.

²⁰ Roberto Harari (2008) alerta para o sentido do termo Sujeito Suposto Saber. Para ele, a grafia mais apropriada seria: Sujeito suposto ao Saber, pois não se trata da constituição de uma instância (Sujeito Suposto Saber) nem de um sujeito (aqui tomado como sinônimo de pessoa, sujeito humano) ao qual se supõe um saber. Ele alerta que a questão fundamental é o saber e a este, o saber, será suposto um sujeito.

O direcionamento de uma demanda a um analista corresponde à transformação do sintoma em sintoma analítico. Na vida cotidiana o sintoma pode ser considerado um signo, pois representa alguma coisa para alguém. Na análise, ele precisa ser transformado em questão. Este processo de transformação do sintoma em enigma, em sintoma analítico, é correlato ao aparecimento da transferência e faz emergir o sujeito suposto saber.

Souza (1988) propõe três situações relacionadas ao analista que ilustram a sua operatividade na análise através do estabelecimento do sujeito suposto saber e da transferência. Num primeiro momento está em cena o *psicanalista*, indicando um *geral* que alude ao personagem social, que faz parte da cultura, da realidade, o profissional psicanalista. Depois, este *geral* torna-se *particular*, um produto do discurso do analisante, enquanto produção imaginária que se articula à formulação de sua queixa direcionada a um *analista* em particular.

Ao falar de si o sujeito põe em jogo uma realidade que supõe algo que já está previamente colocado: que este analista tem um saber sobre seu sintoma. Este erro subjetivo coincide com o aparecimento dos efeitos constituintes da transferência em análise onde o analista está diretamente articulado. Do particular – que remete ao *um analista* – passa-se para o *singular* – *este analista* – com a transferência e o estabelecimento de uma estrutura onde o próprio sujeito se produz emergindo fugidamente no processo de uma cura analítica.

3.5.2 A transferência como motor da análise

A função transferencial não indica, pois, a motivação da transferência pelo analista, sendo que esta existe independente dele. No entanto, é sua função saber utilizá-la, transformando-a em transferência que viabilize o trabalho analítico. “No começo da psicanálise está a transferência. Ela ali está graças àqueles que chamaremos, no despontar desta formulação, o psicanalisante” (LACAN, 2003/1967, p. 252). Se é graças a ele, o analisante, que a transferência ali está desde o início, é o manejo desta pelo analista que acarretará nas condições de possibilidade de uma análise acontecer.

A transferência é o motor da análise, na medida em que possibilita a atualização do inconsciente a partir da fala do analisante e da pontuação do analista. Neste sentido, com a fala e sua pontuação – processo que implica analista e analisante –, a transferência permite a existência do inconsciente, caracterizado então como algo produzido na relação analítica e não como uma instância. Se é que o inconsciente

mostra-se nos mais variados tempos e contextos, através dos sintomas, atos falhos, equívocos, chistes, é na análise que se encontra o lugar privilegiado para seu reconhecimento e escuta.

A operatividade do dispositivo analítico é viabilizada pela transferência. Pode-se, inclusive, grosso modo, considerar a função do analista ligada diretamente à transferência e ao seu manejo. A centralidade da transferência é importante a tal ponto, que a clínica psicanalítica carece dela para poder ser definida. Por isso, não é exagero a afirmação freudiana de que a transferência é “a mola mestra do trabalho” (FREUD, 1996/ 1924-1925, p. 47).

O fato de que numa análise estejam implicadas duas pessoas não equivale a afirmar que se trata de dois lugares vivenciados enquanto identidades e que estabelecem um diálogo a partir de seus lugares sociais atribuídos. A transferência traz esta novidade em termos de lugares, denunciando este tipo de laço específico promulgado na análise. Diz Lacan (2003/1967, p. 252) que “[...] a transferência por si só cria uma objeção à intersubjetividade”. E, continua, em sequência: “Chego até a lamentá-lo, visto que nada é mais verdadeiro: ela a refuta, é seu obstáculo”. Por isso, pode-se afirmar que o analista não tem identidade. O manejo da transferência implica na sua constante entrada e saída da função e não da manutenção de um lugar socialmente atribuído.

Discutir a direção da análise implica em abordar muitos aspectos relacionados à clínica psicanalítica. Opta-se aqui por desenvolver alguns deles sem o mérito de aprofundá-los. O intuito de tal abordagem diz respeito única e exclusivamente a caracterizar de forma sucinta a *experiência analítica*, pois é neste contexto que o presente estudo visa articular a questão tempo, seu ponto nodal.

3.6 O TEMPO E A DIREÇÃO DA ANÁLISE: ALGUNS PRIMEIROS COMENTÁRIOS

No primeiro capítulo desta dissertação fez-se o percurso de tomar a questão tempo de forma independente à psicanálise, visto sua extensão por vários campos de conhecimento e disciplinas. As considerações introdutórias sobre o tempo realizadas até agora permitem sondar várias possibilidades de se apropriar do tema para depois articulá-lo de forma direta à psicanálise.

Esta aproximação do tempo com a psicanálise se deu pela discussão da noção de consciência, tomada num primeiro momento na filosofia e, por fim, mais especificamente na fenomenologia, para depois desenvolvê-lo a partir do aparelho psíquico e do *a posteriori*,

desenvolvidos por Freud, bem como pelo sujeito do desejo, trabalhado por Lacan. Assim, pudemos marcar de forma geral, a partir destas referências citadas, o *tempo na psicanálise*.

Mas a presente pesquisa objetiva examinar o tempo de forma mais específica, não somente articulada ao campo chamado psicanálise, mas a prática que daí advém. Neste sentido, marcou-se com o atual capítulo a especificidade de uma clínica que trabalha com o inconsciente, entendido como efeito do discurso do Outro e que tem sua direção balizada pelo desejo do analista. Ora, se o tempo é uma noção teórica que existe de forma independente da psicanálise, pode-se supor que tomado a partir dos conceitos psicanalíticos, ele ganha contornos particulares.

Após o desenvolvimento do segundo capítulo é possível especificar mais nossa discussão, tomando o tempo na psicanálise na direção do tratamento, pois o “manejo da cura é o manejo do sujeito via manejo do tempo no desdobramento da fala do analisante que, na associação livre, desenrola a estrutura e a topologia do significante” (FINGERMAN, 2009, p. 08). A análise é o lugar da experiência analítica, lugar que firma a concepção de tempo enquanto um “tempo ativo, que não está previamente constituído, mas que instaura acontecimentos psíquicos singulares. Esses acontecimentos serão produzidos por sequências e ritmos particulares desenvolvidos na análise” (LE POULICHET, 1996, p. 14).

Na análise, que é essencialmente uma experiência de fala no campo da linguagem, passado e presente coexistem, na medida em que o passado só interessa enquanto presente. As neuroses têm relação com o tempo que passou, portanto são encaradas como um acontecimento passado, mas que implicam em uma força atual, no sentido de atuar no momento presente.

A subversão do tempo linear, na psicanálise, dá-se pelo entendimento sobre o sujeito articulado à “realidade psíquica” e estende-se aos efeitos do processo analítico. A transferência, artifício que mobiliza a análise, mostra tal subversão do tempo linear na medida em que possibilita o surgimento de novas cadeias de significantes, que não se dão por sequencia linear umas as outras, mas se dão pelo rompimento da narrativa linear. É por isso que se pode afirmar que a “transferência é um tempo de realização dos acontecimentos psíquicos. Ela lhes dá presença em todas as suas ressonâncias temporais” (LE POULICHET, 1996, p. 09) e também que “[...] a transferência é uma relação essencialmente ligada ao tempo e a seu manejo” (LACAN, 1998/1964, p. 858).

O sujeito humano pode ter uma representação de tempo na qual narra a si próprio de um ponto aparentemente fixo, articulado a uma sucessão que segue do passado, passando pelo presente até o futuro. Mas sem que ele próprio se dê conta, os processos inconscientes quebram tal linearidade a partir da fugidia, mas marcante presença do sujeito do desejo. A análise possibilita uma tal advertência sobre esses efeitos, viabilizando a subversão do tempo linear de forma tão radical, que é inclusive capaz de transformar aquilo que já é passado, na medida em que possibilita através do efeito de sentido produzido na direção da cura outras posições do sujeito frente à sua própria história.

Como já apontado no primeiro capítulo, o sujeito do inconsciente remete à noção de significante. Ele se articula à cadeia significante, sendo mesmo caracterizado como um ponto de referência na cadeia significante. Consoante à essa noção, Fingermann (2009, p. 06) afirma que o manejo do tempo na análise acarreta em consequências para o sujeito e sua relação com tempo. “Essa intervenção pelo tempo e no tempo tem efeito porque, de fato, ela incide sobre a estrutura do sujeito, que se desdobra na cena analítica da ‘associação livre’ orientada pela transferência”.

A intervenção do analista, sua relação com a transferência e suas articulações com o tempo serão abordadas a partir da noção freudiana de *perlaboração*. Esta noção implica em uma forma de entender o tempo na análise. Um tempo que não está sob o jugo do analista nem sob o controle do analisando, senão que produzido em transferência, a partir do trabalho em análise. Vejamos de forma mais detalhada no próximo capítulo como a perlaboração nos auxiliará na empresa de pesquisar o tempo na direção da análise.

4 O TRABALHO DA TRANSFERÊNCIA: A PERLABORAÇÃO

As questões “idiotas” eram reservadas
a Lacan. Foi assim que me
ocorreu colocar-lhe esta questão:
“Mas, senhor, este jovem (o
“paciente” do qual eu me ocupara)
vem ver-me três ou quatro vezes
por semana, conta-me histórias que
não acabam mais, paga-me e se vai.
O que tenho para lhe dar em troca?”
Resposta: “Ora, seu silêncio!”
Depois de uma tal resposta, não se é
mais o mesmo de antes.
(Safouan, 1993)

E quanto ao valor dos sonhos
para nos dar conhecimento do futuro?
Naturalmente, isso está fora de
cogitação. Mais certo seria
dizer, em vez disso, que eles nos dão
conhecimento
do passado, pois os sonhos se
originam do passado em todos os sentidos.
Não obstante, a antiga crença de que
os sonhos prevêm o futuro
não é inteiramente desprovida de
verdade. Afinal, ao retratarem
nossos desejos como realizados, os
sonhos decerto nos transportam
para o futuro. Mas esse futuro, que o
sonhador representa
como presente, foi moldado por seu
desejo indestrutível à imagem e
semelhança do passado.
(Sigmund Freud, 1900)

A análise é o processo que marca sua especificidade pelo
conceito de inconsciente, instituído numa *práxis* a partir do
estabelecimento de um tipo de laço específico entre analista e
analisante. É o desejo do analista, ponto crucial ligado ao primeiro da
“dupla”, que permite o transcorrer do processo analítico. Tal desejo

surge no dispositivo analítico por ser fruto do próprio percurso do analista enquanto analisante.

Este laço específico estabelecido entre analista e analisante é uma forma de laço inexistente antes do invento freudiano. Ele permite, por consequência direta de sua própria criação, que os efeitos da prática analítica também se localizem neste campo reconhecido a partir da inovação. Os efeitos de uma análise não se confundem com os efeitos de qualquer terapêutica, *psi* ou não, pois seus efeitos se dão ao nível do sujeito do desejo inconsciente.

Os efeitos de uma análise remetem ao sujeito do desejo. Este, por sua vez, depende da cadeia de significantes para se fazer ouvir, sendo mesmo caracterizado como um efeito de orientação temporal na cadeia significativa.

Afirmar que o processo analítico põe em cena temporalidades que lhes são próprias é coerente com a afirmação freudiana sobre a *atemporalidade* dos processos inconscientes, que assim se caracterizam, segundo Freud, por se darem de acordo com leis que lhes são próprias. Estes não se articulam de forma direta com o tempo cronológico nem tampouco com as temporalidades da consciência, mas articulam-se, sim, com o tempo referenciado no *sujeito do desejo*, efeito que se produz na cadeia significativa a partir da pontuação do analista. Apesar de Freud não tirar maiores consequências da atemporalidade do inconsciente, afirma-a com base na comparação entre o inconsciente e os processos conscientes. Diz ele:

Aprendemos que os processos mentais [anímicos] inconscientes são, em si mesmos, “intemporais”. Isso significa, em primeiro lugar, que não são ordenados temporalmente, que o tempo de modo algum os altera e que a idéia de tempo não lhes pode ser aplicada. Trata-se de características negativas que só podem ser claramente entendidas se se fizer uma comparação com os processos mentais *conscientes*. Por outro lado, nossa idéia abstrata de tempo parece ser integralmente derivada do método de funcionamento do sistema *Pcpt.–Cs.* e corresponder a uma percepção de sua própria parte nesse método de funcionamento, o qual pode talvez constituir uma outra maneira de fornecer um escudo contra os estímulos. Sei que essas observações devem soar muito obscuras,

mas tenho de limitar-me a essas sugestões (FREUD, 1996/1920, p. 39).

A atemporalidade do inconsciente defendida por Freud faz sentido se comparada à ideia de tempo ligada à consciência. Sendo assim, a atemporalidade mostra-se como uma definição negativa do tempo, caracterizada por atributos que lhe faltam, aliando-se à ideia que matiza a própria definição dos conteúdos recalcados, que não se dão a conhecer, senão pelo retorno do recalcado²¹. A ideia de atemporalidade é correlata ao recalcado. Neste caso, Freud não desenvolve a questão sobre o tempo, limitando-se a estes comentários que justificam uma característica do inconsciente – já delimitada em seu texto sobre o inconsciente, antes de desenvolver a segunda tópica oito anos depois – e implicam em consequências diretas para a prática analítica, mesmo mantendo-se enquanto noção generalista e, como citado pelo próprio Freud, de cunho obscuro.

O sujeito da psicanálise evoca a ligação de um significante a outro significante, não se bastando em um só significante, de forma independente dos outros. É a articulação destes que permite ao sujeito do desejo aparecer, por obra do acesso a alguma manifestação que remonte ao retorno do recalcado. Freud, já em estágio avançado de seu percurso, nas *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (1932), um de seus últimos trabalhos, confessa: “Muitíssimas vezes, tive a impressão de que temos feito muito pouco uso teórico desse fato, estabelecido além de qualquer dúvida, da inalterabilidade do reprimido [recalcado] com o passar do tempo”. E acrescenta, em tom de lamento: “Isto parece oferecer um acesso às mais profundas descobertas.

²¹ No texto *Notas biográficas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (Dementia Paranoides)* (1911) Freud retoma argumentação realizada no artigo metapsicológico sobre o recalque, apresentando a divisão do processo de recalque em três fases. A primeira fase consiste na fixação, corresponde ao recalque primário, sendo anterior ao inconsciente concebido como um sistema. Ela é, portanto, precursora e condição necessária para se falar do recalque como um todo. A segunda fase é o recalque propriamente dito. Ela provém do eu – por ser o sistema capaz de ser consciente – e envolve o conflito de derivados psíquicos com o eu. A repulsa exercida pelo sistema consciente e a atração exercida pelo sistema inconsciente funcionam na mesma direção, ocasionando o recalque pela aversão exercida pelo ego de tais conteúdos psíquicos. A terceira fase diz respeito ao fracasso do recalque, ocasionando o retorno do recalcado. Esta irrupção, caracterizada pelo retorno, dá-se pela ligação ao ponto de fixação da libido, característica da primeira das três fases, fazendo com que esta, a primeira fase, seja a base para a determinação do resultado da terceira fase.

Infelizmente, eu próprio não fiz qualquer progresso nessa parte” (FREUD, 1996/1932, p. 79).

Ambas as noções, a *atemporalidade* do inconsciente e o *a posteriori*, já mencionados no primeiro capítulo, articulam a questão tempo e inconsciente, partindo-se dos desenvolvimentos teóricos freudianos. Neste ponto de vista as duas noções, aparentemente contraditórias, apontam para uma conclusão comum que, segundo Bernardino (2004), dizem respeito ao reconhecimento de que o ordenamento inconsciente está submetido a uma outra lei que não a do tempo medido pela cronologia, evidenciada por um vetor específico, à se dizer, a questão da *significação*.

A mesma autora reforça suas considerações sobre o *Nachträglichkeit* (*a posteriori*) e a atemporalidade, afirmando:

1) No inconsciente, os processos mentais [anímicos] não obedecem a um ordenamento cronológico. A cronologia está a cargo da consciência.

2) Há um outro tempo que vigora no inconsciente, e que funciona segundo dois momentos: um primeiro, de fixação de impressões, que ele nomeia de O Infantil e um segundo, o só-depois [*a posteriori*], de significação do primeiro, que desencadeia o sintoma (BERNARDINO, 2004, p.46).

A *atemporalidade* do inconsciente e o *só-depois* estão presentes na *práxis* analítica, relacionando-se de forma direta ao que fazem no dispositivo analítico a partir da transferência, tanto analista quanto analisante. As duas situações articulam-se ao *modus operandi* constituído numa análise e envolvem diretamente o fazer do analista e analisante. O *trabalho* de ambos consideram e mesmo pautam-se no confronto com esta específica temporalidade advinda do recalcado.

O termo *trabalho* foi articulado por Freud de diversas formas, indicando sentidos muito específicos que não coincidem entre si. Abaixo serão apontados, diferenciando-os, os usos freudianos do significante *Arbeit* (trabalho). Na tradução das *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* para o português, vários termos que fazem conjunção com a palavra alemã *Arbeit* foram traduzidos por *elaboração*. Com vistas a não dar margem a eventuais confusões em relação aos termos, cabe esclarecer seus sentidos, que não são os mesmos. Tal tarefa

é digna de atenção, pois uma das noções traduzidas para português como elaboração é uma das noções centrais para a presente pesquisa.

A *elaboração* é um termo que é utilizado de forma indiscriminada não somente na psicanálise. É um termo “popular” no campo *psi*, que se encaixa nos mais variados contextos, sendo abordado a partir das mais diversas teorias, com o fim de designar coisas que são diferentes umas das outras. A homonímia se aplica aqui. Como nos textos freudianos pode-se identificar várias “elaborações”, trata-se de esclarecer qual “elaboração” interessa ao presente trabalho.

4.1 OS TRABALHOS RELACIONADOS À PSICANÁLISE

Qual tipo de trabalho se desenrola numa análise? Trata-se de um ou mais tipos? Quem trabalha, o analista ou o analisante? O significante *Arbeit* (trabalho), segundo Hanns (1996), aparece frequentemente nos escritos freudianos, constituindo diferentes verbos compostos, que intentam descrever atividades psíquicas diversas. Dentre outros, ele utiliza *Aufarbeiten*, *Bearbeiten*, *Mitarbeiten*, *Umarbeiten* e *Verarbeiten*, sendo que apenas o termo *Durcharbeiten* exprime “o trabalho subjetivo propriamente analítico” (BERNARDES, 2003, p. 33).

Dentre as várias formas de tomar o *trabalho* em Freud, incluindo a noção de trabalho profissional desenvolvida pelo analista, interessamos de forma mais direta a concepção que designa a idéia de trabalho como atividade psíquica que incorre diretamente em mutações da posição subjetiva do analisante, também efeito das intervenções do analista. Este é o trabalho em sua versão *durcharbeiten*.

O trabalho em análise tomado a partir da direção do tratamento evoca a resistência como obstáculo a ser ultrapassado. Da passagem da hipnose ao método da associação livre, tem-se a consequência prática de se lidar com a resistência no transcurso da análise, pois ela torna-se passível de ser superada a partir da interpretação. “A superação das resistências é a parte de nosso trabalho que exige mais tempo e maior esforço” (FREUD, 1996/1939-1940, p. 193). Este trabalho de enfrentamento das resistências é chamado por Freud de *durcharbeiten*, perlaboração, em português, conforme a proposta estabelecida no *Vocabulário de Psicanálise* (1998) por Laplanche & Pontalis.

Designado o *trabalho* que se depreende da obra freudiana e que nos interessa mais diretamente nesta pesquisa, cabe diferenciá-lo de outros tipos de trabalhos desenvolvidos por Freud. Das seis possibilidades citadas anteriormente – *Aufarbeiten*, *Mitarbeiten*, *Umarbeiten*, *Bearbeiten*, *Verarbeiten* e *Durcharbeiten* – Hanns indica

que os três últimos têm maior presença e peso teórico. Ao mesmo passo, acrescenta: “Frente à variedade de composições com *arbeiten*, a tradução indiferenciada de todo tipo de atividade psíquica por “elaboração” acarreta uma perda de sentido que nem sempre o contexto permite recuperar” (HANNS, 1996, p. 197).

Destas possíveis indiferenciações em relação ao sentido dos termos, toma-se como proposta especificar o sentido próprio de cada um dos três termos de maior peso teórico que foram comumente traduzidos para o português na edição standard das Obras completas de Freud como elaboração: *Bearbeiten*, *Verarbeiten* e *Durcharbeiten*. As duas primeiras serão desenvolvidas em sequência, o *durcharbeiten* terá um item específico mais adiante.

4.1.1 *Bearbeiten* – a elaboração secundária

O termo *Bearbeiten* designa genericamente a atividade de trabalho que se exerce sobre algum objeto ou pessoa evocando a idéia de que certa quantidade de trabalho está sendo aplicada. Deste termo depreende-se o conceito psicanalítico *sekundäre Bearbeitung* (elaboração secundária), normalmente empregado no contexto da teoria dos sonhos, indicando um trabalho sobre o material do sonho para dar-lhe uma forma apreensível (HANNS, 1996).

Trata-se, portanto, de uma remodelação do sonho que lhe dá uma apresentação relativamente coerente e compreensível, tirando-lhe a impressão de absurdo e incoerência, aproximando-o do pensamento diurno. Esta função, ademais, é caracterizada por Freud (1996/1900, p.523) como uma “função psíquica aparentada ao pensamento de vigília”, referindo a um segundo momento de trabalho do sonho, realizado após outras ações já terem atuado em sua configuração: a condensação, o deslocamento e a condição à figurabilidade. No entanto, a elaboração secundária não indica um trabalho feito de forma independente, desligado do próprio sonho, como que produzido em sua totalidade, em vigília. A elaboração secundária integra-se como mecanismo articulado à própria formação do sonho.

Este fato é demonstrado na primeira frase do texto do item I (Elaboração Secundária) do livro *A interpretação dos sonhos* (segunda parte), onde Freud escreve: “E agora podemos enfim voltar-nos para o quarto dos fatores implicados na formação dos sonhos” (FREUD, 1996/1900, p. 521). Tal colocação dá a entender que a elaboração secundária não se faz externa ao processo do sonho, mas caracteriza-se como um dos elementos que fazem parte da elaboração onírica. O

“trabalho secundário do sonho também deve ser responsabilizado por uma contribuição à intensidade plástica dos diferentes elementos do sonho” (Ibid., p. 532).

“A elaboração secundária é uma espécie de interpretação anterior à interpretação que empreendemos após o despertar” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 107) tendo a função, como os outros mecanismos do trabalho do sonho, de distorcer os pensamentos latentes, fazendo com que o sonho adquira um sentido bastante diferente do verdadeiro significado do mesmo que remonta ao conteúdo latente.

4.1.2 *Verarbeiten* – elaboração psíquica

O termo *verarbeiten* também é traduzido para o português como elaboração. Pode ser compreendido se relacionado ao aparelho psíquico freudiano, já abordado no primeiro capítulo deste trabalho, pois implica na transformação e transmissão da energia que nele é recebida. Para Laplanche e Pontalis, *Verarbeiten* é uma

Expressão utilizada por Freud para designar, em diversos contextos, o trabalho realizado pelo aparelho psíquico com o fim de dominar as excitações que chegam até ele e cuja acumulação corre o risco de ser patogênica. Este trabalho consiste em integrar as excitações no psiquismo e em estabelecer entre elas conexões associativas (LAPLANCHE; PONTALIS, 1998, p. 143).

Este é um desenvolvimento do termo *trabalho* que envolve diretamente o trabalho psíquico. Para os autores citados anteriormente, a *Verarbeiten*, utilizada num sentido mais amplo, poderia designar o conjunto das operações do aparelho psíquico. No entanto, Freud utiliza o termo em um sentido mais estrito, ligado ao domínio da energia que chega ao aparelho psíquico, referindo-se “a transformação do volume de energia que permite dominar esta energia, derivando-a ou ligando-a” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1998, p. 144).

Numa primeira visada, têm-se a impressão que a *Bearbeiten* distingue-se com mais facilidade da perlaboração do que a *Verarbeiten*, por conta de estar mais ligada ao contexto do trabalho dos sonhos. Basta aprofundar um pouco o exame dos termos para concluir-se que ambos referem sentidos próprios e, portanto, distintos da *durcharbeiten*, que

pode ser abordada a partir da clínica, enquanto esforço a ser empenhado frente às resistências.

Sendo assim, a *durcharbeiten* não se trata do processo ligado a formulação dos sonhos, tampouco refere-se estritamente ao funcionamento do aparelho psíquico e o modo em que a energia diretamente ligada ao mesmo é articulada, mas, sim, expressa a idéia de “trabalhar-se através (*durch*) de alguma tarefa”, ou, ainda, percorrer ou atravessar uma tarefa do início ao fim” (HANNES, 1996, p. 198), remetendo diretamente ao trabalho psíquico que gera as mudanças subjetivas esperadas no percurso de uma análise.

Cabe mencionar que, ao indicar a noção de *durcharbeiten*, que será desenvolvida logo adiante, está-se diante da noção central deste trabalho. Tal noção sustenta esta centralidade, pois é apresentada por Freud em 1914 como responsável pelo andamento da análise, através do enfrentamento das resistências e por relacionar-se diretamente ao tempo no dispositivo analítico. Em 1920, ela ganha outro sentido a partir da obra *Além do Princípio do Prazer*, com a introdução do conceito de pulsão de morte. Lacan ressalta esta noção, a *durcharbeiten*, e a localiza como um dos momentos constitutivos de seu *tempo lógico*.

Está-se diante de uma noção que, com o passar do tempo, muda seu lugar na teoria. Outros conceitos surgem, mas não definem a perlaboração como ultrapassada. Como já dito, o interesse nesta noção sustenta-se por sua ligação direta com o tempo na análise.

Segundo Freud, a repetição se acompanha, na análise, de um processo de perlaboração que permite desprender-se do domínio da repetição, integrando as interpretações e superando as resistências que elas suscitam. Repetição e perlaboração marcam a ação do tempo na análise, que Freud opõe à imediata ab-reação produzida sob hipnose, que não permite que a rememoração comporte um efeito duradouro. [...] Entretanto, essa referência ao tempo é bastante generalizada: “É preciso dar um tempo...” (POULICHET, 1996, p. 09).

Com efeito, se comparada à estrutura temporal desenvolvida por Lacan (o tempo lógico), a perlaboração mostra-se uma referência generalizada, ligada, inclusive, a uma espécie de indicação freudiana frente às dificuldades dos analistas em vislumbrar os efeitos da análise em seus analisantes. Não bastava apontar as resistências. Era preciso dar

tempo ao analisante. Cabe a este, por sua vez, fazer a parte que lhe compete e pôr-se a articular novas cadeias significantes, possibilitando o desprendimento do domínio da repetição. Mesmo a perlaboração sendo uma referência generalizada em relação ao tempo, não deixa de trazer implicações relevantes para a direção da cura, especialmente naquilo que concerne ao trabalho do analista e analisante, visto que o primeiro precisa salvaguardar a possibilidade de perlaborar do segundo.

A perlaboração, além de não desaparecer enquanto noção orientadora da clínica no percurso aqui proposto, mostra-se uma noção que acompanha a passagem, em Lacan, de uma clínica calcada na representação para uma clínica do real. A clínica muda. O lugar das noções e conceitos também. É neste sentido que se faz imperativo questionar qual o lugar da perlaboração numa versão da clínica que dá lugar privilegiado ao real. Antes, pois, é necessário avançar com a própria definição da *durcharbeiten*.

Para investigar a perlaboração é preciso considerar sua relação com a resistência e a compulsão à repetição, fato já apontado no artigo de 1914 (*Recordar, repetir e elaborar*) escrito por Freud. Vejamos, então, de forma mais pormenorizada ambas as noções, para depois desenvolver as particularidades do trabalho de perlaborar.

4.2 A RESISTÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM A REPETIÇÃO

O artigo *Recordar, repetir e elaborar* (1996/1914) inicia-se com uma exposição de Freud sobre o desenvolvimento da técnica analítica. Embora retomada em vários momentos de sua obra, reconhecemos os “artigos sobre a técnica”, dos quais este é o último da série, como lugar privilegiado para se examinar suas idéias sobre o tema. Lacan o confirma: “Em certo sentido, Freud nunca cessou de falar da técnica. Só preciso evocar perante vocês os *Studien über Hysterie*, que não passam de uma longa exposição da descoberta da técnica analítica”, e, continua, logo em seguida: “Na própria *Interpretação dos Sonhos*, trata-se o tempo todo, perpetuamente, de técnica. [...] não há obra em que Freud não nos traga alguma coisa sobre a técnica” (LACAN, 1986/1953-1954, p. 17).

O texto em questão recupera o momento inicial da técnica, remetendo às experiências de Freud com a hipnose, evoluindo até a versão onde a ab-reação (catarse) retrocede para o segundo plano e é substituída pelo dispêndio de energia que o analisante tem que fazer para superar suas censuras a partir da associação livre. Neste terceiro estágio da técnica o analista abandona a idéia de focalizar em um

momento da vida do paciente e trata de trabalhar com o que se acha presente no momento de sua fala. O trabalho do analista e do analisante, portanto, dá-se a partir do discurso. É neste campo que a fala do analisante denuncia aresistência. E é neste período da história da psicanálise que se materializa a contrapartida do analista à regra fundamental, a *escuta flutuante*.

Esta última versão da técnica, apontada no texto citado anteriormente, não versa sobre recordar os aspectos pontuais relacionados à causa de um sintoma, objetivo herdado das primeiras experiências com a hipnose, que, como se sabe, burlava as resistências através da sugestão. A condução do hipnotizador preponderava e, neste sentido, evitava o confronto com as resistências, não reconhecendo estas como centrais ao processo, por sua ligação com o conteúdo recalcado. A associação livre, por sua vez, põe em jogo a transferência e o enfrentamento das *resistências*.

As resistências são associadas ao recalque, que na segunda tópica é ligado a parte inconsciente do eu, que, por sua vez, liga-se ao isso. A resistência exerce papel relevante na manutenção do recalcado, dificultando sua emergência no domínio consciente. Na clínica, a resistência manifesta-se como um obstáculo a ser ultrapassado e que impede um “desenrolar tranquilo” do tratamento.

No *Dicionário de Psicanálise* (1998), Roudinesco & Plon apontam que desde os primórdios da técnica analítica Freud teve duas posições frente à questão das resistências na análise. A primeira delas versava sobre a resistência enquanto entrave ao trabalho analítico, especialmente pelo fato de ela infringir a regra fundamental. “Tudo que destrói a continuação do trabalho é uma resistência” (LACAN, 1986/1953-1954, p. 45). A atitude de Freud nesta primeira versão era de explicar o conteúdo da resistência ao analisante de forma insistente e com convicção. Sua segunda posição consistia no fato de considerar a resistência como um dado clínico, sendo ela um meio de acesso ao recalcado – a pedra angular de todo edifício psicanalítico, segundo Freud –, dando-se à interpretação, pois manifesta-se a partir da transferência.

No *Seminário I: os escritos técnicos de Freud* (1953/1954) Lacan empreende duras críticas à leitura de Anna Freud sobre o tema. Partindo da análise de seu livro *O Eu e os mecanismos de defesa*, ele comenta a função do eu atribuída pela autora, ligada preponderantemente à idéia de defesa. O eu só se manifesta pelas suas defesas na medida em que se opõe ao trabalho analítico, diz ela. É, claramente, uma abordagem que não leva em consideração os últimos avanços teóricos realizados por

Freud. Tais avanços não coincidem com a concepção de um eu autônomo, ligado à atividade de compreensão e que, na análise, dar-se-ia a conhecer pela interpretação da resistência que ocorre a partir da relação entre analisante e analista. Para Lacan, tomar o eu na perspectiva acima descrita implica, na prática analítica, estabelecer uma relação dual com o analisante.

É necessário distinguir “[...] a interpretação dual, em que o analista entra numa rivalidade de eu a eu com o analisando [analisante], e a interpretação que progride no sentido da estruturação simbólica do sujeito, a qual deve ser situada para além da estrutura atual de seu eu” (LACAN, 1986/1953-1954, p. 80). Analisar as defesas do eu implicava para Anna Freud, no comentário promovido por Lacan, em tomar as manifestações da resistência na análise como que direcionadas à pessoado analista, identificando-se, portanto, uma clara relação com a primeira posição de Freud em relação às resistências na análise, indicada por Roudinesco.

Se num primeiro momento Freud julgou ser possível transpor a resistência mostrando com insistência seu conteúdo ao analisante, depois passou a considerá-la um dado clínico e relacionado ao que estava recalcado. No contexto da segunda tópica, Freud identificou serem cinco as formas de resistência²², sendo a resistência com sede no

²² De forma mais pormenorizada, Freud especifica cinco tipos de resistências no texto *Inibições, sintomas e ansiedade* (1926), advindos de lugares diferentes – o eu, o isso e o supereu – indicando que uma delas – a proveniente do isso – apresenta-se na análise como passível de ser elaborada. Diz ele: “A investigação ulterior do assunto revela que o analista tem de combater nada menos que cinco espécies de resistência, que emanam de três direções – o ego, o id e o superego [o eu, o isso e o supereu]. O ego é a fonte de três, cada uma diferindo em sua natureza dinâmica. A primeira dessas três resistências do ego é a resistência da *repressão*, que já examinamos acima [...] e sobre as quais há o mínimo a ser acrescentado. A seguir vem a resistência da *transferência*, que é da mesma natureza mas que tem efeitos diferentes e muito mais claros na análise, visto que consegue estabelecer uma relação com a situação analítica ou com o próprio analista, reanimando assim uma repressão [um recalçamento] que deve somente ser relembrada. A terceira resistência, embora também uma resistência do ego, é de natureza inteiramente diferente. Ela advém do *ganho proveniente da doença* e se baseia numa assimilação do sintoma no ego. [...] Representa uma não disposição de renunciar a qualquer satisfação ou alívio que tenha sido obtido. A quarta variedade, que decorre do id, é a resistência que, como acabamos de ver, necessita de ‘elaboração’. A quinta, proveniente do *superego* e a última a ser descoberta, é também a mais obscura, embora nem sempre a menos poderosa. Parece originar-se do sentimento de culpa ou da necessidade de punição, opondo-se a todo movimento no sentido do êxito, inclusive, portanto, à recuperação do próprio paciente pela análise (FREUD, 1996/ 1925-26, p. 155, 156). Vale mencionar, no texto *Análise terminável e interminável* (1937), a questão da localização das resistências – se

isso que se relaciona diretamente com a compulsão à repetição e pode ser superada quando o sujeito integra uma interpretação (perlaboração).

No momento que a perlaboração é apresentada à clínica, em 1914, Freud não conta com o conceito de sujeito. Neste primeiro momento estabelecem-se os alicerces iniciais de uma clínica que se remodela em 1920. No que tange à resistência, esta não deixa de existir e seu enfrentamento na análise ainda constitui parte do trabalho do analista. No entanto, já não se trata mais de considerá-la como advinda do eu. Com sua nova tópica, Freud assinala claramente “que a resistência não é privilégio do eu, mas também do isso ou do supereu” (LACAN, 1998/1955, p. 336), sendo que a resistência provinda do isso, por sua ligação com o recalcado, é a que envolve maior interesse na clínica, pelo menos se se pensá-la articulada ao trabalho analítico. “A resistência do isso corresponde à compulsão a repetição. É esta resistência de ordem pulsional que torna necessário o trabalho dito de perlaboração” (BERNARDES, 2003, p. 61).

O recalque não se dá de uma só vez. Aliás, em nota de rodapé (nº 22) mencionada anteriormente, explicita-se as três fases do recalque, que vão da fixação, ou recalque primário até o retorno do recalcado. A teoria do recalque considera que há a necessidade de um dispêndio de energia constante para que o recalque não falhe ou mesmo para que não tenha a necessidade de ser repetido um número indefinido de vezes. Neste sentido, o eu tem de tornar segura sua ação defensiva dos conteúdos proveniente do isso através de um dispêndio permanente de energia. Na análise esta ação empreendida para proteger o recalque é verificada, sendo caracterizada como a resistência.

Em 1920, por intermédio da obra *Além do princípio do prazer* instaura-se na psicanálise uma virada na técnica analítica, com consequências decisivas para se entender o que se passa em um tratamento analítico. Antes desse momento “é pelo deciframento desse material que o sujeito recupera, com a disposição do conflito que determina seus sintomas, a rememoração de sua história” (LACAN, 1998/1955, p. 335). Depois, topa-se na análise com uma ordem de coisas que implicam no reconhecimento de que a resistência não provém somente do eu, mas está em jogo a compulsão à repetição, que envolve encarar a resistência proveniente do isso.

provenientes do id, do ego ou do superego – perde sua relevância. Sua distinção topográfica dá lugar ao exame das situações que evidenciam as pulsões enquanto causa.

Freud não duvida da existência da resistência por parte do eu. Mas, com o tempo, é possível para ele questionar se esta resistência abrange todo o estado de coisas com a qual se têm que lidar na análise, pois mesmo depois do eu abandonar suas resistências ele se vê impossibilitado de desfazer o recalque, levando-o a denominar o “período de ardoroso esforço que se segue, depois de sua louvável decisão [do eu abandonar suas resistências], de fase de ‘elaboração’ [perlaboração]” (FREUD, 1996/1926, p. 155).

O percurso da técnica parte de um momento em que se valoriza a interpretação como uma *arte interpretativa*. Vê-se, contudo, que tal procedimento não leva à consequências muito significativas, pois constata-se que o analisante resiste à esta tomada de consciência. Assim, descobrir e apontar ao analisante suas resistências passou a ser o procedimento abordado. A arte passou a ser apontar as resistências para que o “paciente”, tão logo as reconheça, possa abandoná-las. Tal método mostrou-se, com o tempo, infrutífero, e a resistência passou a ser entendida a partir da repetição, visto que exatamente o que não era possível de ser recordado, mesmo a partir do clareamento das resistências feito pelo analista para o paciente, tinha ligação direta com o recalcado e era o que de fato interessava, levando-se em consideração a direção do tratamento.

A resistência, a partir desta referência ligada à atuação (ou repetição) na clínica, ganha um outro estatuto, não sendo mais passível de ser decifrada e também não mais restrita ao fato de ser simplesmente apontada. Sua ligação com as pulsões, esta força desconhecida e indomável que habita o humano, torna-a esta espécie de “bússola”, que permite identificar a partir do retorno do recalcado aquilo que é proveniente do isso, trazendo assim, implicações para o entendimento da própria perlaboração, que se torna o trabalho da transferência que se dá *apesar e por causa da resistência*, abandonando a idéia de uma permanente superação ou mesmo eliminação da primeira pela segunda. Examinemos, pois, a resistência atrelada à compulsão à repetição.

4.3 A COMPULSÃO À REPETIÇÃO

O mesmo texto em que aparece pela primeira vez algo sistematizado sobre a perlaboração é também o lugar de estréia do conceito de *compulsão à repetição* que, por sua vez, mostra relação estreita com o inconsciente freudiano, auxiliando inclusive a defini-lo, pois revela o movimento da pulsão pela busca por satisfação. Aliás, é pelo entrelaçamento das noções de repetição, do inconsciente, da pulsão

e, pensando especialmente no dispositivo analítico, a transferência, que Lacan em 1964 dedica um seminário (Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, Seminário XI) para analisá-las.

O termo *compulsão* foi empregado por Freud em diversos momentos de sua obra, desde 1894, até ter o sentido abordado em 1914, no texto *Recordar, repetir e elaborar*, ligado a um processo inconsciente de reprodução de seqüências com caráter penoso, geradoras de sofrimento. A *compulsão à repetição* provém do campo pulsional e é “referida fundamentalmente ao caráter mais geral das pulsões: o seu caráter conservador” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1998, p. 83).

No texto de 1914, Freud anuncia com a noção de compulsão à repetição o encontro com o que Lacan viria a designar como o real na clínica da transferência, mesmo não dando conta de explicitar tal “achado” em toda sua complexidade. Somente em 1920 é que ele retoma a noção numa outra perspectiva que bem representa o título do próprio trabalho: *Além do princípio do prazer*. Diz ele que há algo que insiste mesmo à custa de desprazer. O sujeito humano não procura simplesmente evitar o desprazer. Para além disso, há algo que insiste em detrimento da busca de prazer.

Em 1923, por conta do lançamento do livro *O eu e o isso*, já se vê no prefácio do texto que com ele Freud pretendia dar continuidade a algumas idéias expostas no *Além do princípio do prazer*. Ao postular sua nova tópica, ele distingue o inconsciente do recalçado, alertando que tudo que é recalçado é inconsciente, mas nem tudo que é inconsciente é recalçado. O recalçado refere-se a uma das instâncias do aparelho psíquico na segunda tópica, o isso, sede das pulsões. Estas se presentificarão na análise, seguindo a senda aberta por Freud nestes dois textos, através da compulsão à repetição. Pode-se dizer que a repetição, por sua ligação com o recalçado, implica por si só numa vertente que remete diretamente à temporalidade, pois o que repete na clínica diz respeito a um tempo ligado ao infantil, a algo que se torna presente na cena analítica mas que envolve um outro tempo, afeito a atemporalidade do inconsciente apresentada por Freud.

Cabe aqui, para aprofundar um pouco mais esta “virada” teórica de Freud, ater-se aos idos de 1920. Neste momento ele coloca em questão uma idéia que até então se mantinha vigorando como própria em relação ao funcionamento psíquico. Qual seja? Que o princípio do prazer rege o funcionamento psíquico. Os “eventos” psíquicos geram tensão no aparelho. Tal tensão desagradável toma uma direção que visa sempre a sua redução, implicando na lógica de sempre evitar-se o

desprazer ou produzir prazer. Claro está que tal desenvolvimento teórico sobre o princípio do prazer se faz compreensível se o consideramos articulado ao aparelho psíquico freudiano.

Através de dados clínicos, Freud observa que aos processos psíquicos não se pode atribuir a dominância do *princípio do prazer*, pois, se assim fosse, eles conduziriam ao prazer ou pelo menos seriam mobilizados nesta direção. O princípio do prazer não age sozinho, sendo articulado ao *princípio de realidade*, responsável pela preservação do eu. Imbuído de tal tarefa, preservar o eu, o princípio de realidade adia a satisfação “imposta” pelo princípio do prazer, implicando num percurso mais “longo”, crivado pelo desprazer. Este adiamento, contudo, ainda assim mantém seu compromisso com a obtenção de prazer, que, no entanto, não pode desconsiderar a autoimagem que se forma a partir do eu, considerando-a através de sua preservação.

Vale tomar como nota os comentários feitos por Freud em *O mal-estar na civilização* (1930), os quais fazem o recorte dos termos aqui estudados, o princípio do prazer e o princípio da realidade, de uma forma específica. No capítulo I deste texto, ele discute sobre o *propósito da vida*, indicando que a religião se ocupa deste problema, dando sua própria solução para o mesmo. Sob outro prisma, pode-se pensar o problema do propósito da vida com a obtenção da felicidade. Tal empresa implica num aspecto negativo (evitar sofrimento e desprazer) e outro positivo (propiciar intensos sentimentos de prazer). Nesta visada, o que decide a questão do propósito de vida, no caso a felicidade, é o princípio do prazer. O alcance deste propósito, apesar da eficácia do princípio do prazer, encontra-se, desde sempre, fadado ao fracasso, em desacordo com as possibilidades encontradas, nas palavras de Freud, tanto no microcosmo quanto no macrocosmo.

Ora, o prazer e o desprazer aqui mencionados, articulam-se diretamente ao eu, visto que são sentimentos e, por conseguinte, passam pelo sentir e pela consciência. Freud retira daí uma importante consequência para a clínica, indicando “[...] que todo desprazer neurótico é dessa espécie, ou seja, um prazer que não pode ser sentido como tal” (FREUD, 1996/1920, p. 21). Esta idéia – o desprazer é um prazer que não pode ser sentido como tal – exprime, até certo ponto, a dinâmica envolvida entre o princípio do prazer e o princípio de realidade. Mas, Freud reconhece haver uma *outra função* ligada ao aparelho psíquico que, “[...] embora não contradiga o princípio de prazer, é sem embargo [obstáculo] independente dele, parecendo ser mais primitiva do que o intuito de obter e evitar desprazer” (FREUD, 1996/1920, p. 42-43).

Mais adiante, no mesmo texto, Freud vai além, indicando que não só tal função é independente do princípio do prazer, como o despreza. Quando elas atuam no sentido de opor-se ao princípio do prazer, “[...] dão a aparência de alguma força ‘demoníaca’ em ação” (FREUD, 1996/1920, p. 46). Como esta função dita “mais primitiva” articula-se com a compulsão à repetição observada na clínica?

A repetição, incessante, sempre presente na direção do tratamento, testemunha a materialização do infantil²³ independente de qual época da vida vive determinado sujeito humano. Freud, neste momento de seu percurso, apresenta a *pulsão de morte* ligada a este movimento de *retorno* caracterizado pela repetição.

Em suas palavras: “Parece, então que um instinto [pulsão] é um impulso [moção], inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças perturbadoras externas” (FREUD, 1996/1920, p.47). Este estado anterior de coisas remete à busca do objeto perdido, que em Freud está na base da constituição psíquica, e que justifica o movimento marcado pelo retorno.

A vida, neste sentido, mantém sua ligação direta com a morte. Todo movimento característico da vida, sua organicidade, por assim dizer, liga-se a um estado inorgânico das coisas. A vida dirige-se a um estado inanimado e as funções ligadas à manutenção da vida só fazem “garantir” que este percurso ao inanimado se cumpra. Tal concepção é nominada por Freud como *pulsão de morte* e liga-se à clínica, na medida em que a compulsão à repetição seria o próprio movimento (de caráter regressivo) em direção a um estado anterior de coisas, e em última instância ao repouso absoluto, caracterizado como inanimado.

A pulsão, “desde logo o elemento mais importante e obscuro da pesquisa psicológica” (FREUD, 1996/1920, p.45) torna-se presente na clínica através desta função que se dá de forma independente do princípio do prazer e do princípio da realidade, manifestando-se à revelia de ambos através da compulsão à repetição. Esta pulsão, a pulsão de morte, tem sido considerada ainda hoje uma das noções mais controvertidas desenvolvidas por Freud. Conforme sublinham

²³ O infantil remete diretamente a constituição do sujeito e ao próprio modo de funcionamento do inconsciente. Ele não se confunde com a infância, que é compreendida a partir da concepção genética e da cronologia. Aliás, subverte esta última, estando presente nas mais variadas épocas de vida do sujeito, pois retrata as inscrições que marcam o psiquismo, não se confundindo, portanto, com as perspectivas evolutivas e desenvolvimentistas da infância.

Laplanche e Pontalis, no interior mesmo da psicanálise muitos foram os críticos que sustentaram esta opinião, indicando que por um lado a noção de pulsão de morte “era inaceitável e, por outro, que os fatos clínicos invocados por Freud deviam ser interpretados sem recorrer a ela” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1998, p. 411).

Safatle argumenta no mesmo sentido, indicando que tal “ideia de uma tendência, interna a todo organismo, de retorno ao inorgânico, é um conceito freudiano extremamente criticado por mais parecer um entulho metafísico” (SAFATLE, 2009, p. 75), sendo que por fim ele complementa que tal noção é central em Lacan. Cabe ressaltar que a apreciação que se faz do conceito neste trabalho não é concordante com as críticas relatadas acima, mantendo a pulsão de morte como noção importante para se pensar a perlaboração.

Neste trabalho, o interesse central para se pensar a repetição é sua articulação com a clínica, e é concordante com Lacan (1998/1953, p. 319) quando este afirma que o automatismo de repetição “não visa outra coisa senão a temporalidade historicizante da experiência da transferência, o instinto [pulsão] de morte exprime essencialmente o limite da função histórica do sujeito”. Fica claro, portanto, que a compulsão à repetição põe limite ao simbólico e retrata este tempo pulsional.

O sujeito não recorda absolutamente o que foi recalcado, esquecido, mas, sim, atua-o na análise, repete-o. Desta forma, Freud (2010/1914, p. 201) assinala que “a transferência mesma é somente uma parcela de repetição, e que a repetição é transferência do passado esquecido [...]”. A repetição, assim, é esse movimento da pulsão de morte que sempre relança algo que não pode ser assimilado, não sendo simbolizado, portanto, não sendo passível de representação, indicando algo da ordem do *real*.

Para Bernardino (2004, p. 41) “[...] foi a partir da segunda tópica que Freud pôde dar ao conceito de inconsciente, e mesmo justamente adjetivá-lo, toda sua extensão: ao incluir a pulsão de morte como seu limite. Limite à simbolização, representado pelo automatismo de repetição”. É neste sentido que a compulsão à repetição substitui o impulso à recordação. Aliás, pode-se dizer que o analisante recorda através da repetição. Esta, por sua vez, torna-se o modo possível do analisante mostrar-se na análise. Freud, no mesmo texto, pergunta-se: o que repete ou atua ele de fato? E, responde: “ele repete tudo o que, das fontes do reprimido [recalcado], já se impôs em seu ser manifesto [...]” (FREUD, 2010/1914, p. 207), ou seja, têm-se notícias do recalcado, que envolve diretamente o pulsional, pela repetição.

Desde Freud, fato aproveitado posteriormente por Lacan, a relação da repetição com o inconsciente está assentada no pulsional. A repetição não se confunde com a “mesmice”, enquanto o eterno retorno do mesmo. Não é, portanto, a reprodução de um idêntico. Trata-se do movimento em busca do objeto perdido (*das Ding*) que está alhures do alcance do sujeito, sempre impossível de atingir, apenas postulado enquanto “meta” a ser atingida em nome da satisfação. Pacheco (1996) indica dois pontos relacionados à pulsão de morte discutidos por Lacan, que são importantes de serem mencionados. O primeiro diz respeito ao fato de só se estar submetido à pulsão de morte porque existe a cadeia da significante. O segundo considera que “há algo *mais além*, na origem da cadeia significante, que é *das Ding*, termo tomado ao ‘Projeto para uma psicologia’ de Freud. Dessa forma Lacan aponta para um inomeável que é o umbigo do que, sem falar, faz falar: *das Ding*.” (PACHECO, 1996, p. 47).

O recordar, a partir da história da psicanálise, remete à hipnose, na qual o sujeito recorda aquilo que lhe foi imputado pelo hipnotizador, através do poder advindo da sugestão, pois nesta situação há a ausência de resistência. Na análise, ao contrário, não se visa a afastá-las, mas sim a enfrentá-las. “Quanto maior a resistência, tanto mais o recordar será substituído pelo atuar (repetir)” (FREUD, 2010/1914, p. 201). Nesta situação onde a repetição prevalece ao recordar, “as resistências determinam a sequência do que será repetido” (FREUD, 2010/1914, p.202), pois indicam a presença do material recalcado que não somente resiste, mas insiste em aparecer.

Trata-se então de relacionar os três termos. É por conta do trabalho em *transferência* que a *resistência* se fará presente, preservando o sujeito de se ver frente a frente com seu desejo inconsciente. A resistência põe em ação o *atuar*, justamente pela impossibilidade de se proceder a recordação, de se “atravessar” a barra do recalque e acessar seu conteúdo, fato que colocaria em cena uma espécie de “governo” sobre as ações que visam acessar o recalcado, sendo que se trata justamente do contrário. No mesmo texto, *Recordar, repetir e elaborar* (1914), Freud se pergunta: o que de fato repete ou atua, respondendo que é tudo aquilo que já avançou do recalcado para o manifesto. O analisante atua, repete, *sem saber o que está repetindo*, permanecendo então “ignorante” em relação às causas de seus atos, e, portanto, protegido das verdades que os causam.

A resistência, portanto, articula-se com a repetição, pois materializa a realidade psíquica na transferência. Repete-se algo que é da ordem do infantil. Aqui, está claro, não se trata de algo do passado

efetivamente vivido pelo sujeito, algo que remonta a uma verdade realística, mas sim que se refere à ordem do desejo inconsciente e às fantasias conexas. As manifestações transferenciais viabilizam os acontecimentos que remontam à realidade psíquica e não à verdade factual. As repetições, portanto, não se produzem em seu sentido literal, enquanto a produção do mesmo, passíveis de descrição por uma fenomenologia. São reconhecidas a partir dos equivalentes simbólicos que marcam o sujeito do desejo calcado na ordem do infantil.

Tal construção teórica distancia a psicanálise de outras propostas terapêuticas, pertencentes ao universo *psi*. Falar implica, em qualquer dispositivo terapêutico, em efeitos que se dão pelo próprio desenrolar da fala, marcado pela eficácia simbólica, ou seja, a capacidade que o sujeito falante tem de ressignificar. Esta descoberta alude aos tempos anteriores à psicanálise. Falar implica em efeitos terapêuticos e, ao mesmo tempo e paradoxalmente, presentifica no próprio falar este elemento que lhe é exterior, pois não se articula à cadeia significativa, mas que está na causa das associações de palavras, causa esta evidenciada não somente a partir do princípio do prazer, que considera a articulação do excesso pulsional em busca da evitação de desprazer, mas, *para além*, evidenciada também pelo movimento que acontece independente deste, o princípio do prazer, relacionado à compulsão à repetição.

Com suas pesquisas, e o texto de 1914, “Recordar, repetir e elaborar” é emblemático neste sentido, Freud deixou de se preocupar na clínica com a rememoração, pois não era a lembrança de algo que de fato ocorreu que deveria ser objeto da investigação psicanalítica. Para além da realidade dos fatos, Freud remeteu-se à realidade psíquica²⁴ através da noção de fantasia. Assim, a repetição liga-se à transferência como movimento regressivo que se articula com a meta de satisfação da pulsão, sempre referida em algum objeto. A repetição coloca esta

²⁴ A expressão “realidade psíquica” é muitas vezes utilizada por Freud e versa sobre uma ordem de coisas que dizem respeito ao desejo inconsciente e às fantasias conexas. Para Laplanche e Pontalis (1998) a expressão não designa tão somente um campo específico com sua realidade própria e portanto suscetível de investigação. Para além disso, trata-se daquilo que para o sujeito assume valor de realidade em seu psiquismo. Na história da psicanálise, a ideia de uma realidade psíquica está diretamente ligada ao reposicionamento teórico de Freud em relação a sua teoria da sedução infantil, que implica na limitação do papel patogênico dos acontecimentos traumáticos reais e um maior peso as fantasias envolvidas.

realidade em jogo na transferência, campo privilegiado de acesso ao sujeito do desejo inconsciente.

Pode-se afirmar que na clínica a resistência relaciona-se diretamente com a repetição e com a transferência, atuando no resguardo do material recalcado, aquele que se dá a conhecer pela repetição, e que pode ser desvelado, marcando o que diz respeito ao desejo e propriamente o sujeito. Neste sentido, a compulsão à repetição caracteriza-se como a tentativa de “ligar o excesso de excitações ao campo das representações” (PACHECO, 1996, p. 31). Enquanto a energia que invade o psiquismo não for ligada ao trabalho de representação, ela trabalhará em favor do gozo da pulsão de morte.

O trabalho analítico refere-se aos efeitos propiciados pela relação transferencial entre analista e analisante. A forma que este trabalho se dá mudou radicalmente, acompanhando os desenvolvimentos teóricos realizados por Freud e, no caso do presente estudo, também por Lacan. Em Freud, a noção de pulsão de morte, aquela que não pode ser representada, implica em uma forma específica de entender a análise. A “possibilidade do novo pela emergência do puro pulsional prevalece, ficando a elaboração simbólica a ser feita posteriormente e como consequência da irrupção pulsional.” (PACHECO, 1996, p. 34).

Mesmo reconhecendo a resistência proveniente do isso, Freud afirma em 1937, estágio avançado de seu percurso teórico, que só “poderia fornecer alguns exemplos desse tipo de resistência; todo o campo de investigação ainda é desconcertantemente estranho e insuficientemente explorado” (FREUD, 1996/1937, p. 258). Neste texto, ele fala sobre a *adesividade da libido* e a *inércia psíquica*, duas noções que exprimem a dificuldade de um sujeito desligar investimentos libidinais de um objeto e deslocá-las para outro, alegando que este movimento do sujeito está ligado a uma “força” que vai contra o restabelecimento, apegando-se a “doença” e ao “sofrimento”. Tal movimento diz respeito à pulsão de morte.

Na análise, pode-se dizer que o trabalho não visa exclusivamente ao processo de simbolização, com vistas a um percurso que remeteria ao infinito, sempre afeito a novas possibilidades de articulações de cadeias significantes. Há um indizível em jogo na análise que promove o encontro com a falta, em última instância, com o real.

4.3.1 A repetição no contexto do seminário XI de Lacan

No Seminário XI, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964), Lacan trabalha com os conceitos de inconsciente,

repetição, transferência e pulsão, atribuindo a repetição duas vertentes: a repetição significativa, simbólica, chamada por ele de *autômaton* e a repetição ligada ao encontro com o real, *tiquê*, associada mais diretamente ao conceito de compulsão à repetição.

A noção de repetição encontrada em *Recordar, repetir e elaborar* ocupa o lugar do recordar no trabalho analítico. A repetição caracteriza-se como a presença de um passado esquecido, tornando-se uma forma de atualização no presente, enlaçando-se com a resistência, podendo ser “resolvida” a partir da transferência. Esta concepção coincide com o *autômaton*. É esta versão da repetição que implica na repetição do significativo, dando-se a partir do processo primário que se mostra a partir do princípio do prazer. Nesta repetição do mesmo, há uma diferença, devidamente marcada pela própria repetição. Essa diferença do mesmo articula-se diretamente com a perlaboração e é bem demonstrada a partir do sofisma do tempo lógico, articulada ao tempo para compreender, que será vista no capítulo 5. A perlaboração consiste no trabalho que avança na direção da repetição do mesmo, com o intuito de produzir a diferença nisso que repete compulsivamente.

No seminário XI, Lacan desenvolve uma outra concepção de repetição que se traduz como inassimilável, ligada à falha da representação, caracterizada por um encontro com o real. O *autômaton* é sacudido por esta presença de *tiquê*, que confronta o sujeito com a experiência do real. Este, por sua vez, denuncia que o encontro faltoso se dá por intermédio de um ato, sendo que este, por seu turno, implica sempre no novo, em alguma mudança de sua posição subjetiva. Lacan instrui neste seminário que o real “está para além do *autômaton*, do retorno, da volta, da insistência dos signos aos quais nos vemos comandados pelo princípio do prazer. O real é o que vige sempre por trás do *autômaton*, e do qual é evidente, em toda a pesquisa de Freud, que é do que ele cuida” (LACAN, 1998/1964, p. 56).

Pela *tiquê* se produz um encontro ao acaso, aparecendo intempestivamente, não sendo produzido pela busca incessante. A *tiquê*, deusa da fortuna no grego, proporciona, sempre, um encontro falho, que nem por isso pode se dizer fracassado. A exemplo do ato falho, o encontro denunciado por *tiquê* tem o seu alcance que envolve uma situação bem sucedida, pois por ele é semidita a verdade do sujeito (Harari 1990). O *autômaton* tenta estabelecer no terreno dos significantes alguma ligação do real ao simbólico. Mas, há sempre algo inassimilável.

4.3.2 Real, simbólico e imaginário

O trabalho teórico de Lacan é tematizado por seus comentadores através de épocas, em que cada período ele enfatizava um dos registros psíquicos. Então, vê-se com certa frequência as nomeações que mostram um Lacan da etapa do “imaginário”, do “simbólico” e do “real”. Claro está que tais momentos do ensino de Lacan só podem ser assim anunciados de forma regressiva, ou seja, o período posterior (etapa do simbólico, por exemplo) só passa a existir a partir do momento anterior (etapa do imaginário).

Então, tem-se que o chamado “primeiro Lacan”, até o final da década de 40, dá ênfase ao registro do imaginário, tendo o eu como conceito central. A partir de 1953 começa a se inaugurar um segundo momento da produção teórica de Lacan onde o simbólico é priorizado. A palavra vazia é oposta à palavra plena que veicula a verdade. Ao sujeito do enunciado opõe-se, nesta mesma lógica, o sujeito da enunciação, que aparece de forma fulgurante, descolado do enunciado. Já o “terceiro Lacan” começa a aparecer no final dos anos 50, através do privilégio das teorias das pulsões e, portanto, acentuando seu foco no registro do real. O campo do real, se referenciado aos termos freudianos, diz respeito ao território do trauma, não havendo representação que possa se ligar a ele.

Estas etapas das teorias desenvolvidas por Lacan não indicam propriamente a descoberta dos registros psíquicos elaborados por ele. Já no primeiro período de seu ensino as três categorias encontram-se presentes. Neste sentido, não se trata de eleger a última etapa em detrimento das etapas anteriores, mas, sim, acompanhar o desenvolvimento da teoria, que se dá pela articulação de novos conceitos a cada etapa, considerando as etapas anteriores.

No que tange especificamente aos três registros, eles existem se articulados uns aos outros, tornando-se indispensável a presença dos três. Para Roudinesco & Plon (1998), foi em 1953 que o conceito de simbólico – extraído da antropologia e que significava um sistema de representações baseado na linguagem – foi articulado ao quadro de uma tópica, formando uma estrutura através de sua integração com o imaginário e o real. No seminário RSI (1975), Lacan destrincha esta discussão articulando os três registros à topologia do nó borromeano, onde os três elos – real, simbólico e imaginário – devem permanecer enlaçados, representando a estrutura (nó).

Retomamos, pois, a direção do tratamento a partir das considerações feitas anteriormente, que constituem as etapas do ensino de Lacan e reafirmam a articulação dos registros, bem como os efeitos das intervenções em análise que devem levar em conta esses mesmos registros.

Conforme Rodrigué, o trabalho em análise diz respeito à resistência, a transferência, à repetição e, também, envolve um quarto elemento: a elaboração – ou perlaboração, conforme a opção terminológica adotada neste trabalho. “Elaboração é um ‘tempo de trabalho’ que o paciente precisa para vencer suas resistências. Elaboração é um trabalho de simbolização no qual se tecem laços associativos, permitindo um desprendimento relativo da repetição” (RODRIGUÉ, 1994, p. 243).

Dos quatro elementos citados por Rodrigué, três deles – resistência, transferência e repetição – já mereceram consideração no presente trabalho, inclusive, por conta de sua articulação com a perlaboração na direção da análise, não sendo possível abordá-la sem o entendimento possibilitado pelas noções anteriormente mencionadas.

4.4 A PERLABORAÇÃO NA CLÍNICA

É já nos *Estudos sobre a histeria* (1996/1895) que encontramos a idéia de que o analisante realiza na análise certo trabalho. No entanto, a noção de perlaboração só será apresentada na forma como a conhecemos hoje no artigo de 1914, *Recordar, repetir e elaborar*. Aliás, cabe apontar que este ano remonta a apresentação de uma série de “elaborações” teóricas da parte de Freud, sendo que algumas delas referem um considerável peso teórico, político e histórico para a psicanálise.

O “Homem dos lobos”, caso clínico que para alguns teóricos, inclusive Lacan, é ligado diretamente às idéias trabalhadas no texto *Recordar, repetir e elaborar* foi atendido por Freud de fevereiro de 1910 à julho de 1914 e no mesmo ano ele escreve o texto *História de uma neurose infantil* (1918 [1914]), baseado no caso. Em fevereiro deste ano ele publica *Sobre o narcisismo: uma introdução*, escreve *A história do movimento psicanalítico*, em meio às atribulações causadas pelos questionamentos efetuados por seus discípulos dissidentes, Jung e Adler, além de iniciar seus escritos sobre metapsicologia.

Neste ano, por assim dizer produtivo, Freud publica um texto que inova ao apresentar duas noções: a perlaboração e a compulsão à repetição. *Recordar, repetir e elaborar* é um dos ditos textos sobre a

técnica²⁵, espaço onde Freud articula com a teoria seu modo de operar na análise, apresentando, inclusive, alguns de seus principais balizadores da prática analítica.

O texto apresenta a perlaboração e já desde esse marco inicial liga esta noção a um paradoxo: ela é uma noção central para se entender o desenvolvimento da técnica analítica e no artigo de 1914 tem a atribuição de gerar as mudanças mais significativas esperadas em uma análise, fato que, por si só, apresenta toda sua relevância. A perlaboração é, inclusive, segundo Bernardes (2003), um dos nomes que Freud imprimiu para definir a psicanálise enquanto *práxis*, aquela responsável por tratar o real traumático pelo simbólico. Ao mesmo tempo, vê-se que Freud não dedicou muitas linhas para abordá-la em maior profundidade.

No artigo citado, encontra-se uma nota de rodapé, no final do texto, indicando que a noção de perlaboração está relacionada à inércia psíquica, e que Freud a debate em apenas três passagens de seus textos, levando-nos a questionar à que se refere essa “economia” relacionada à perlaboração. Na tradução brasileira das *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, publicada pela editora Imago, somente na penúltima página aparece o assunto perlaboração, logo após uma introdução de Freud que afirma que ele poderia deter-se naquele momento do texto não fosse seu próprio título, que considerava a *durcharbeiten*. Soma-se a esta constatação uma outra que revela a existência dos vários tipos de

²⁵ Resumidamente, Fochi (2012, p. 156) apresenta o seguinte recorte sobre os textos sobre a técnica, dando destaque ao texto Recordar, repetir e perlaborar: “Outra via para el armado de una trama que propicie una lectura, es ubicar el texto entre uno de los más prestigiosos de la serie de los llamados escritos técnicos. Freud, em “El uso de la interpretación de los sueños em psicoanálisis” intenta mostrar que el análisis no se reduce a la interpretación de los sueños, relevando com ello su importancia em tanto considera su excesiva presencia em términos de resistencia. Em *Sobre dinámica de la transferencia* mantiene esa tensión por el encuentro com las oscuridades de la satisfacción pulsional em la cura. Em *Consejos al médico sobre el tratamiento psicoanalítico* afirma la regla fundamental como columna vertebral del tratamiento psicoanalítico, sosteniendo que sólo su ejercicio a ultranza permitirá el distingo del psicoanálisis con cualquier tratamiento sugestivo. En *Sobre la iniciación del tratamiento*, entre otras cosas, nos provee de elementos para instalar el marco simbólico que posibilite el tratamiento, ofreciendo pautas sobre el espacio, el tiempo, el dinero, pero también, sobre la distribución de la palabra y los cuerpos. Ahora bien, en *Recordar, repetir y reelaborar* aparece muy otra cosa: un quiebre y una apertura respecto de cómo venía pensando el tratamiento psicoanalítico hasta entonces. Es um texto com uma extraña escritura, Freud usa un estilo en el que están borrados los nexos lógicos y las referencias, o si están presentes, aparecen solo de manera elíptica.”

“elaborações” existentes no vocabulário psicanalítico, já abordadas no início deste capítulo, que normalmente se prestam a muitas confusões. Em suma, é neste contexto que, em perspectiva, se apresenta como paradoxal e, mesmo contraditório, que a perlaboração enquanto noção teórico/clínica é gestada.

4.4.1 O termo *durcharbeiten*

O termo alemão *durcharbeiten* é um verbo e significa “elaborar”. Também usado, mas em menor número de situações, é o termo *Durcharbeitung*, um substantivo que pode ser traduzido como “elaboração”. Paulo César de Souza, tradutor das obras completas de Sigmund Freud para o português, ao consultar o dicionário *Duden Universalwörterbuch* (MANNHEIM; DUDENVERLAG, 1989) assevera que o termo *durcharbeiten* pode significar: “trabalhar sem pausa – a noite inteira, digamos; ler a fundo, estudar uma obra; fazer bem e minuciosamente um trabalho; abrir caminho trabalhosamente – numa multidão, numa selva, por exemplo. Os dois últimos sentidos seriam aqueles utilizados por Freud” (SOUZA, 2010, p. 208).

A palavra *durcharbeiten* pode ser decomposta em duas: *Arbeit* (trabalho) e *durch* (através). Laplanche e Pontalis, no *Vocabulário da Psicanálise* (1998), propuseram enquanto tradução o neologismo “perlaboração”. Dentre os argumentos que poderiam ser utilizados a favor desta opção, Paulo César Souza (2010) indica que a preposição latina *Per* corresponderia à alemã *durch*, além de dar a conotação de reforço da ação, a realização completa de um trabalho, como pode se observar também na expressão em castellano utilizada na versão da Amorrortu das obras completas de Freud, *reelaboración*.

A expressão equivalente na língua inglesa, inclusive utilizada por Lacan em 1966, é *working through*. De acordo com Bernardes (2003), no mesmo ano, ele viria a utilizar a expressão *trabalho analítico* e também *trabalho de transferência*. Dois anos antes, em 1964, utilizara simplesmente o termo *elaboração*.

4.4.2 É preciso tempo. A significância em questão

Em 1914 Freud desenvolve a idéia de que na clínica não se trata apenas de dirigir um processo no qual o analisante recorde as causas de uma eventual construção sintomática. Esta parte, recordar, articula-se com sua proposta de completar as lacunas de lembranças da história do analisante. Assim, o analista propicia o movimento de tornar consciente

o inconsciente através deste preenchimento das lacunas de memória, fato posteriormente questionado pelo próprio Freud, pois a psicanálise trabalha levando em consideração as resistências, tornando-se assim impedida de um recordar ideal, um recordar que era propiciado pela hipnose sob a condição de colocar de lado as resistências.

Junto a esta constatação, Freud reconhece a seguinte situação: na relação com o analista, o analisante repete, em ato, os modos de relação que explicitam posições subjetivas relacionadas aos seus sintomas. Neste sentido, a repetição no contexto da transferência torna-se um modo especial de recordar, pois o analisante não recorda o esquecido, mas vive-o novamente, reproduzindo-o não como uma recordação e sim como atuação.

Isto deveria ser “comunicado” ao analisante, ainda que, por si só, tal procedimento não conduza a mudanças mais significativas, pois ele *precisa de certo tempo para que conheça melhor esta resistência* com a qual acabou de se familiarizar. Depois, a comunicação perde sua capital importância frente à constatação de que o que efetivamente *realiza transformações é o saber advindo do próprio esforço do analisante*, acarretando no processo chamado de significância, que envolve “[...] a singularização fundada no desejo de um sujeito” (HARARI, 1990, p.92), ou seja, em como algo adquire um sentido e se torna significativo para alguém. Este tempo creditado ao sujeito em análise, ligado à este trabalho efetuado pelo analisante através da articulação de novos significantes recebe o nome de *perlaboração*.

O trabalho em análise realizado através do manejo da transferência torna-se um movimento que visa a enfrentar a compulsão à repetição transformando-a em um motivo para recordar. “La repetición situa así el borde fronterizo de las actividades del recuerdo y la elaboración, erigiéndose al mismo tiempo como su limite y su condición de posibilidad” (PUJÓ, 2012, p. 06). Tanto a recordação como a perlaboração remetem aos significantes postos em jogo na sessão e indicam que ambas funções relacionam-se ao discurso, tratando-se então do “discurso como trabalho” (FURTADO, 2008, p. 94). Um trabalho penoso e transformador do analisante sobre suas resistências, possibilitado pelo manejo da transferência realizado pelo analista.

Para Freud (1996/1914, p. 171), “esta elaboração das resistências pode, na prática, revelar-se uma tarefa árdua para o sujeito da análise e uma prova de paciência para o analista”. Em contrapartida, na sequência, ele assinala que “se trata da parte do trabalho analítico que efetua as maiores mudanças no paciente, e que distingue o tratamento analítico de qualquer tipo de tratamento por sugestão”. Neste momento,

Freud dá destaque a um trabalho que se passa do lado do analisante e é viabilizado pelo analista. Revelar as resistências ao analisante, objetivo da intervenção do analista para Freud em 1914, tratava-se desde este momento o passo introdutório e não a totalidade do trabalho. Depois de assim feito, para ele, o analista não tem mais o que fazer. Deve apenas esperar e deixar as coisas seguirem o seu curso, pois se fizesse o contrário, correria o risco de pôr-se a trabalhar pelo analisante. O analista “no tiene más que esperar y consentir un decurso que no puede ser evitado, pero tampoco apurado” (FREUD, 1998/1914, p. 157). Neste sentido, o trabalho do analista é possibilitar que o analisante se ponha a trabalhar.

A perlaboração implica em um “tempo dado ao paciente” (FREUD, 1996/1914, p. 170). “Es preciso dar tiempo al enfermo para enfrascar-se en la resistencia, no consabida para él; para reelaborarla {durcharbeiten}, vencerla prosiguiendo el trabajo em desafio a ella y obedeciendo a la regla analítica fundamental” (FREUD, 1998/1914, p.157). Após realizar as “comunicações” relacionadas ao enfrentamento da resistência é preciso esperar os efeitos que foram propiciados por ela. Por que dar um tempo? Para que o processo de simbolização possa ocorrer. Tal processo mantém estreita ligação com a associação livre, na medida em que as novas cadeias significantes é que guiam as narrativas do analisante, pondo-o a falar de si, através daquilo que gera questão e o faz sofrer. Esta é a ação do simbólico articulada ao significante.

Perlaborar é possibilitar que novas cadeias significantes surjam. É necessário tempo para que o analisante formule articulações tais quais lhe permitam dizer sobre seu sintoma de forma diferente. De significante em significante as novas versões surgem, sempre sem o fito e mesmo o poder de apresentar uma versão que seja a última, aquela que obturaria a falta.

A falta implica, a partir do trabalho em análise, em um processo de permanente historicização do sujeito, sempre na tentativa de alcançar o significante que diria toda a verdade do desejo, tarefa desde sempre fadada ao fracasso, pois o que se pode alcançar é uma meia verdade. Este é o terreno, por excelência, do simbólico. Dá-se um tempo, aquele que compreende ao movimento do próprio sujeito em transferência para que sua produção discursiva revele a fala plena²⁶, aquela que faz ato,

²⁶ A *fala plena* surge em oposição à *fala vazia*. Esta, sua vez, é caracterizada como a fala que não permite ao sujeito à assunção de seu desejo. Lacan teoriza sobre a fala plena a fala vazia no texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1998/1953).

pois endereça o sujeito ao reconhecimento de que é um sujeito desejante.

A perlaboração possibilita, em última instância, o reinventar da própria história²⁷, aquela que se relaciona, também, com eventos passados. Contar a própria história não é simplesmente rever fatos, mas deparar-se com a *impossibilidade* de se reconhecer *uma* versão verdadeira, implicando no fato de que os sentidos sobre sua própria história são cambiáveis de acordo com o ponto em que são olhados pelo próprio sujeito. É neste sentido que Lacan (1986/1953-1954, p. 184) adverte que o “passado e o futuro precisamente se correspondem. E não é em qualquer sentido [...] na análise, justamente porque a técnica é eficaz, isso caminha na boa ordem – do futuro ao passado”.

Com relação à perspectiva da história numa análise, Costa (1998, p. 114) apresenta a possibilidade de encarar na análise uma tarefa que permite que a “ficção cumpra a função de história”, visto que ela não se interessa pelo factual, da ordem da realidade dos acontecimentos, mas pela versão do real que o sujeito constrói. Mas, justamente por isso, ele se liga a história de um modo peculiar, não pelos fatos ocorridos em si, mas pelo lugar do sujeito nestes acontecimentos, que em última instância, determina a versão. Claro está que isso não quer dizer que o analisante não traga em suas narrativas memórias factuais das relações de sua história vivida. O ponto central é que estes fatos tornam-se presentes através dos significantes postos em jogo na análise, significantes que ele conta e ao mesmo tempo se conta. O sujeito não tem domínio sobre eles, pois se dão a partir da repetição na transferência.

Assim posto, sabe-se então que não se trata de ir a algum lugar do passado do sujeito em busca de um ponto específico que se articula a uma construção sintomática. Não se trata, portanto, de se verificar algo pontual que tem equivalência com o traumático e verificar qual sua

²⁷ A discussão sobre a *história* na análise envolve algumas particularidades. Aqui, cita-se duas indicações com base nas concepções de Lacan sobre o tema. No texto *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1998/1953), Lacan toma o termo história para se referir ao inconsciente. Ao descrever sua história, o analisante vacila. Aqui se apresenta a verdade na fala. O discurso não é verdadeiro e nem falso. Na fala presente se revela a verdade. Portanto, neste período, Lacan constata que não se trata de realidade, mas sim de verdade. Trata-se da assunção de sua história, feita pelo sujeito, o que é possibilitado pelo efeito da fala plena. Mas, há uma mudança de perspectiva sobre a história na teoria lacaniana, onde a verdade deixa de ter supremacia sobre o real. “Tendo chegado ao inconsciente real, trata-se de produzir sentido, uma boa história. [...] Busca-se medir o que faz função de verdade na análise, diante do real. Aqui há uma falha entre real e verdade.” (LIMA, SANTIAGO, 2012, p. 97).

implicação no presente. A ordem é inversa, do futuro ao passado, não somente porque se olha o passado de um ponto atual, mas *se o produz* de um momento presente.

O recordar freudiano toma um outro rumo, não mais afeito às possibilidades efetivadas com um encontro da realidade factual passada que constituiria o presente, mas com um recordar que se produz no próprio processo de recordação, algo equivalente à idéia de *reprodução no campo psíquico*. Esta reprodução psíquica implica no fato ao qual o “sujeito age cada vez menos no sentido da atuação, e cada vez mais repete elaborando, ou seja, rememorando no campo psíquico, portanto dizendo” (MOLINA, 1988, p. 193-194).

Esta versão relativa ao recordar é coerente com a ideia de Lacan (1998/1966) a qual não se fica curado porque se rememora, mas sim, rememora-se porque se fica curado, ou seja, na análise não se trata de privilegiar a rememoração na senda aberta pelo recordar ligado ao factual. Rememora-se no sentido do simbólico fazer frente ao real, da palavra contornar isto que se apresenta em última instância como indizível. Assim, na análise não se privilegia a *diacronia*, que envolve a sucessão, o passado enquanto aquilo que já passou. Dá-se privilégio ao inconsciente enquanto *sincronia*, aquilo que é simultâneo e que é oposto à diacronia.

A história, nesta perspectiva, faz “assentar unicamente sobre a navalha das certezas da data a balança em que as conjecturas sobre o passado fazem oscilar as promessas do futuro” (LACAN, 1998/1953, p.257). O trabalho psíquico alinhavado pela perlaboração assume o sentido de encarar a história a partir da verdade e não da realidade, reordenando as questões contingenciais do passado e promovendo sua íntima ligação com o futuro.

4.4.2.1 O trabalho da transferência permite o reconhecimento

Na análise, o analisante fala. A associação livre posta em prática coloca o sujeito sob o jugo do registro do processo primário, solto ao acaso de seu monólogo, permeável às associações que nele ocorrerem pelo próprio fato de se pôr a falar. São as palavras que permitem a simbolização de um real vivido. É através da fala que o sujeito encontra recursos para elaborar o material psíquico e integrá-lo ao seu sistema simbólico. A fala é o lugar da verdade e não a expressão fiel e fidedigna da realidade, por isso Lacan (1998/1966) foi levado a afirmar que a fala tem estrutura de ficção, na medida em que implica uma estrutura que

considera o Outro, através de sua articulação com a linguagem e, portanto, com o significante.

Já desde o *Seminário I*, Lacan afirma que a palavra é *mediação* entre o sujeito e o outro. Mas vai além, desprendendo-se do registro do imaginário e mostrando uma outra face da palavra, a *revelação*. “Revelação, e não expressão – o inconsciente só se expressa por deformação, *Entstellung*, distorção, transposição” (LACAN, 1986/1953-1954), indo às últimas conseqüências dizendo que se a palavra funciona como mediação é por não ter se realizado como revelação, notadamente, incluindo aí a dimensão inconsciente e sua direta ligação com o Outro, o elemento ternário.

A revelação implica no confronto com a verdade carreada pela palavra, veiculada pelo tropeço da articulação disposta conscientemente. As palavras que tropeçam são as palavras que confessam (LACAN, 1986/1953-1954). “É pela palavra que essa verdade faz sua emergência, e a transferência é o mecanismo pelo qual a palavra atual – que se dá na relação analista-analisando – articula-se com a palavra antiga, formando um mesmo tempo” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 14). É neste mesmo sentido que se pode afirmar junto com Lacan (1986/1953-1954, p. 276) que “o elemento-tempo é uma dimensão constitutiva da ordem da palavra”. Assim, a fala e a perlaboração mantém estreita ligação, pois admitem-se mutuamente, tornando-se dependentes uma da outra, visto que o trabalho em transferência se dá a partir dos significantes postos em cena pelo ato de falar²⁸ do analisante. Sob esta visada é lícito afirmar que a fala privilegiada na análise deve ser a do analisante.

O surgimento do sujeito em transferência é viabilizado pelo trabalho de transferência, nome dado em certo momento por Lacan à perlaboração. A transferência é “o conceito mesmo da análise, porque é o tempo da análise” (LACAN, 1986/1953-1954, p. 324), na medida em que realiza a cada análise a afirmação freudiana de que o inconsciente é atemporal. Dar lugar a esta atemporalidade, equivalente a dar lugar para as moções provenientes do isso, envolvem a transferência na constituição de temporalidades concordantes com as formações do inconsciente.

²⁸ Por-se a falar em análise permite ao analisante colocar em cena, também, o sujeito da enunciação, este que é marcado pelo recálque e tem íntima relação com a verdade que pode ser dita em análise. Safouanalerta para esta dimensão da palavra que contém, ao mesmo tempo, esta dupla possibilidade de caracterizar-se enquanto “um ato e o meio pelo qual o sujeito toma a responsabilidade por esse ato” (SAFOUAN, 1993, p. 45).

Neste ponto, cabe proceder uma digressão, útil e mesmo relevante para os propósitos deste trabalho de pesquisa. A transferência tomada enquanto trabalho coincide com o nome que Lacan deu a perlaboração, trabalho *da* (*de*) transferência. É corriqueiro se verificar nos textos sobre psicanálise que tanto analisante como analista trabalham *em* transferência. Esta diferença terminológica quanto à preposição permite realizar alguns questionamentos, sendo que o principal deles, visto a partir dos interesses desta pesquisa (pois envolve muito diretamente a noção de *perlaboração*), é se o trabalho *da* transferência implica no reconhecimento que ela por si só realiza algum trabalho de forma autônoma?

Ao se utilizar a preposição *em*, distingue-se com mais facilidade o “par” analista/analisante e a transferência. Eles não se confundem. Mas ao utilizar a preposição *da*, corre-se o risco de apresentar a transferência como um ente, que a revelia do analista e analisante, de forma autônoma e independente do “par”, realizaria um trabalho. Este não é o entendimento proposto nesta dissertação. Para Costa (1998, p.14), o tempo para compreender, instância temporal do tempo lógico coincidente com a perlaboração freudiana, “pode ser pensado como o tempo onde propriamente acontece a transferência na análise”. O trabalho da transferência expressa a tensão existente entre um *saber* produzido em análise e o *real*, sendo a perlaboração uma maneira de lidar com este real em jogo na análise. Este trabalho faz menção a “fazer falar o “não-dito”, recalcado, para fazer o contorno do impossível de dizer.” (BERNARDES, 2003, p. 18).

Cabe, junto com Lacan, utilizar a expressão “trabalho da transferência”, caso consideremos a experiência analítica dependente da noção de transferência. Aliás, no texto *Recordar, repetir e elaborar* (1914), Freud tece alguns comentários sobre a noção de neurose de transferência, enquanto uma “região intermediária entre a doença e a vida real, através da qual a transição de uma para a outra é efetuada” (FREUD, 1996/1914, p. 170), possibilitando que o sintoma se presentifique pela repetição em transferência e por isso esteja acessível à intervenção.

Neste sentido, a transferência faz oposição à relação intersubjetiva, dando lugares diferentes aos habitualmente exercidos pelos envolvidos na análise: o analista é convocado a não responder como sujeito desejante, ponto que alude ao desejo do analista, e o analisante não se prende aos papéis sociais que habitualmente exerce. Resumidamente, o trabalho em transferência realizado pelo analista e o

analisante propicia o trabalho da transferência, transformada em noção teórico/clínica por Lacan.

É este trabalho que possibilita o reconhecimento do sujeito em sua emergência pontual. Precisamente se trata de *reconhecê-lo e não de conhecê-lo*. Trata-se de reconhecer sua forma irruptiva de surgir à revelia do discurso articulado consciente. Mas tal diferenciação não exime o surgimento de algumas confusões em relação a estes termos, pois a separação daquilo que é da ordem inconsciente da consciência não é demarcada de forma estanque. Não se pode através do conhecimento separar o que pertence a um ou outro sistema. Pode-se, sim, reconhecer algo disruptivo no discurso que foi provocado pelo próprio sujeito, episódio este, que ao ser reconhecido, tem todo valor de determinação, na medida em que direciona os seus atos.

Ao chegar à consciência, o material advindo com o retorno do recalado é experimentado com a angústia, pois o eu não reconhece esta manifestação como advinda de si. O estranhamento característico deste momento se mostra como estranhamento daquilo que se dá a reconhecer. A manifestação de algo da ordem do inconsciente não aparece no sentido de ampliar a consciência, conhecer mais sobre si, ampliar a gama de conhecimentos sobre os seus próprios sintomas. Contrariamente a isso, o sujeito do inconsciente dá-se a reconhecer pelo seu caráter disruptivo, fraturando os sentidos cristalizados já existentes. O sujeito anuncia-se pelo desconhecimento radical que promove no eu sobre si próprio. Quando de seu reconhecimento, ele marca uma cisão com a ordem bem estabelecida das idéias que o sujeito humano tem de si e das coisas.

Este caráter disruptivo, de quebra, cinde uma sequência bem articulada de significantes e abre uma nova cadeia. Uma formação do inconsciente – ato falho, sintoma, lapso, sonho, chiste – é sempre uma emergência pontual, impossível de ser prevista e de caráter enigmático. Apresenta-se sempre como um S1(significante mestre, aquele que funda uma cadeia), portanto, funda seu aparecimento no corte de uma cadeia de significantes, não sendo provocada, tampouco produzida, nem mesmo formulada através do esforço do analista ou do analisante.

A cadeia significante inicia-se por um S1. Este, por sua vez, sendo o primeiro significante, aquele que abre uma nova cadeia, não porta nenhum sentido. A presença do sujeito “mais se faz sentir no próprio não-senso” (SAFOUAN, 1993, p. 18). O sentido, por sua vez, pode ser articulado a partir do S2, ou seja, o sentido não se apresenta pronto. O primeiro significante não é a expressão de uma verdade já pronta. Dá-se o efeito de significância no *só-depois*, como efeito

retroativo da própria cadeia, no sentido que segue na direção do posterior para o significante anterior.

Sabe-se, portanto, dos efeitos do surgimento do sujeito *só-depois*, posteriormente. Poder-se-ia dizer: só depois de se reconhecer seu próprio surgimento. A perlaboração possibilita que novos S1 (significante mestre) existam, mas o saber produzido em análise, que deve ser diferenciado do conhecimento ligado à produção cognitiva, produz-se no S2 em diante. Assim, pode-se afirmar com o auxílio de Molina (1988, p. 198), que a perlaboração “é o deslanchar do significante”.

A *práxis* psicanalítica consiste em se defrontar com o real pela via do simbólico e é este trabalho “cotidiano” da análise, envolvendo a fala do analisante e sua escuta por parte do analista, que coincide com a perlaboração. Lacan (1953-1954/1986) utiliza a expressão “recolocar o trabalho cem vezes no tear” para que certos franqueamentos²⁹ subjetivos sejam realizados. Tal expressão – franqueamento – designa alguns significados que bem expressam a idéia de enfrentamento das resistências: desimpedir; facilitar a passagem; facilitar a entrada; passar além de; expandir-se. Neste sentido, a perlaboração está ligada ao “progresso” da análise, apontado por Lacan através desta mesma expressão no *Seminário I*.

O progresso na análise não indica um caminho que bem representaria a idéia de desenvolvimento ou evolução, direcionadas a um futuro promissor, embora isso possa ocorrer transitoriamente (HARARI, 1990). Uma análise abarca movimentos inevitáveis de ida e volta, ditados, inclusive, pela resistência. A perlaboração representa a idéia de progresso, pois mostra simplesmente que há trabalho em análise. Frente às resistências a perlaboração “se ubica allí como um proceso intermediário; un tiempo de trabajo penoso y transformador del próprio sujeto sobre sus resistências inducido por la interpretación, capaz de suprimir la insistencia repetitiva de su posición al integrarla em el conjunto del entramado asociativo” (PUJÓ, 2012, p. 06).

²⁹ De acordo com o dicionário on-line Priberam de língua portuguesa a palavra franqueamento envolve uma gama extensa de sentidos, sendo que vários deles permitem que sejam considerados no contexto da análise. Seus sentidos são: 1. Tornar franco, desimpedir; 2. Facilitar a passagem por; 3. Facilitar a entrada em; 4. Isentar (de ónus, ou tributos); 5. Descobrir, patentear, pôr à disposição de; 6. Fazer cessar o monopólio de; 7. Passar além de; galgarv. *intr.*; 8. Fazer franquezas, liberalidades; 9. Gastar muito (com outrem)v. *pron.*; 10. Prestar-se, oferecer-se; 11. Abrir-se, expandir-se.

Ora, acompanhando os argumentos postos acima, que marcam a presença do inconsciente (e seu sujeito) de forma fulgente – posto que não é constante e não obedece a uma lógica linear que daria a possibilidade de construção de um método que produziria o próprio sujeito, ao gosto do analista – cabe considerar que esta “espera ativa” das manifestações do sujeito envolvem a aposta em uma específica temporalidade na prática clínica, pois, como indica Lacan (1998/1953, p. 314), o “inconsciente, profere-se num tom tão mais entendido, quanto menos se é capaz de justificar o que se quer dizer, o inconsciente demanda tempo para se revelar”, sendo que tal aposta envolve diretamente o analista. Em sequência, ver-se-á tal envolvimento a partir do tempo oportuno.

4.4.2.2 O tempo oportuno e a intervenção do analista

O sujeito é marcado pelas repetições que sempre ocorrem na clínica. A compulsão à repetição marcará os modos de o sujeito manifestar-se em transferência. Aliás, remonta a este período a mudança de enfoque da concepção da própria transferência: baseada na repetição. No entanto, a repetição não se dá sempre da mesma forma. Repete-se, mas sempre diferente, conforme já abordado em item anterior neste capítulo que trata do tema repetição. Entre uma repetição e outra comparece a diferença. Este é o lugar da perlaboração. Perlaborar é trabalhar entre, entre uma repetição e outra, demarcando a diferença que há entre elas.

As repetições não se traduzem como a expressão do mesmo. Elas próprias dão-se a aparecer pela marca da diferença, não se caracterizando como a reprodução do mesmo. Não há repetição que não presentifique a diferença. “A repetição demanda o novo” (HARARI, 1990, p. 90), pois evoca o encontro com o real, não dependendo da perlaboração para assim se apresentar. O novo se dá pela condição de não representabilidade atribuída ao real. A presença do real sempre acarretará na presença do novo. A perlaboração é o trabalho da transferência que ocorre entre uma repetição e outra, do lado do significante, no sentido do simbólico ganhar terreno frente ao real. É este trabalho que permite a demarcação da diferença, que só pode ser assim reconhecida pela palavra.

O analista sabe que ao se aproximar de um núcleo patógeno a resistência marcará aí toda sua presença. Ela aumentará na medida em que se aproxima do material recalcado. Com relação a isso, Freud sugere o seguinte manejo:

Via de regra, adiamos falar-lhe de uma construção ou explicação até que ele próprio tenha chegado tão perto dela que só reste um único passo a ser dado, embora esse passo seja, de fato, a síntese decisiva. Se procedemos doutra maneira e o esmagamos com nossas interpretações antes que esteja preparado para elas, nossa informação ou não produziria efeito algum ou, então, provocaria uma violenta irrupção da resistência que tornaria o avanço de nosso trabalho mais difícil ou poderia mesmo ameaçar interrompê-lo por completo (1996/1938-1940, p. 192).

Assim, o analista certifica-se de que suas intervenções, que contam também com a tarefa de enfrentar as resistências, não tenham o efeito de fechamento do inconsciente. Caso intervenha demasiado cedo, pode contribuir para o aumento da resistência, visto que ao analisante não seria possível acompanhá-lo. Também não cabe a ele esperar ao ponto de uma intervenção não mais fazer questão para o analisante, fato coerente com a idéia de fechamento do inconsciente. Deste modo, trata-se sempre do compromisso com uma medida justa, que evidencia o tempo oportuno articulado à intervenção.

Em *Sobre o início do tratamento* (1913) Freud comenta que sua experiência clínica o havia ensinado que uma comunicação prematura do analista ao analisante colocava a análise em risco, em muitos casos, através de um fim intempestivo, pelas resistências, mas também pelo alívio que as falas desta ordem provocavam no analisante. No artigo, Freud liga o alívio à ideia de solução que a fala do analista trazia consigo. Ora, pois hoje se sabe que a intervenção do analista não visa a solucionar. Freud reconhece em seguida, no mesmo texto, que tal caminho pautava-se numa visão intelectualista da situação.

Sabe-se, no entanto, que este tempo não é deliberadamente calculado, visto que, por vezes, também ocorre pautado num certo improviso. Em que se basearia o tempo oportuno? Na escuta do analista. E esta escuta, antes de qualquer outra coisa, precisa não inviabilizar o aparecimento do sujeito, aumentando as resistências do analisante. É necessário esperar para que o tempo oportuno se produza. É preciso aguardar o surgimento do sujeito. Não se trata de uma simples espera. Trata-se, com base em Freud, na própria contrapartida à regra fundamental, a escuta flutuante. No entanto, não é demais frisar que há “um contraponto básico entre a regra de abstinência e a lei de livre associação. O analista abstinente está a serviço do processo secundário,

e o paciente, na sua vocação de dizer tudo, submetido ao acaso de seu monólogo, no registro do processo primário.” (RODRIGUÉ, 1995, p.240).

O analista, portanto, não se apressa e não se atrasa, a não ser que isso se sustente em sua estratégia e vise a produzir efeitos que se sustentam na transferência. No texto *A direção da cura*, encontrado na versão brasileira dos *Escritos* (1998), Lacan lembra que o analista se envolve com sua pessoa na cura na medida em que a empresta para que algo da ordem da transferência possa se produzir na análise. Tal feito pode ocorrer na prática clínica com a condição do analista aí não se enredar enquanto sujeito (desejante). Ele assim o faz enquanto *vacilação calculada da neutralidade* (HARARI, 1990), sendo que o cálculo que interessa é o do próprio efeito de tal vacilação. A neutralidade, neste sentido, não pode justificar um jeito protocolado de sustentar a transferência por parte do analista. Dele se espera atos que se demonstram não pelo esperado, mas pelo que comportam em termos de surpresa.

Nesse caso está-se na justa medida, pois que o fazer do analista seria produzido em transferência. Aqui, a medida justa seria o reconhecimento do caráter pulsátil da manifestação do inconsciente. Como advento pontual, o inconsciente dá-se a reconhecer em transferência em um movimento de abertura e fechamento, sendo este o momento oportuno, o momento mesmo em que se faz reconhecer.

A lacuna produzida no discurso encadeado conscientemente produz o acontecimento que revela a presença do inconsciente. Ele se dá a partir do reconhecimento desta hiância na cadeia significativa e ao modo de uma pulsação temporal, ou seja, implicando na abertura do inconsciente seguido de seu fechamento.

A intervenção do analista resguarda este compromisso com o sujeito, e, portanto, com o tempo oportuno. Safouan (1993) avalia que a interpretação psicanalítica não tem seu valor de verdade assentado na verdade que diz ou no sentido escondido que ela diz sobre o desejo. “A interpretação psicanalítica é ‘verdadeira’ por endereçar-se ao sujeito em sua relação com os significantes de seu discurso, isto é, ao próprio sujeito do inconsciente” (SAFOUAN, 1993, p. 33). Em sequência, no mesmo texto, este autor complementa dizendo que o critério da interpretação verdadeira deve estar ligado ao seu efeito, que consiste em fazer o sujeito se colocar a dizer a verdade.

Lacan trabalha a questão do tempo desenvolvendo a *função da pressa*³⁰ no dispositivo analítico através de seu tempo lógico. No entanto, no que tange à participação do analista, a pressa não implica em apressar. A pressa se relaciona com um desfecho que também se dá a partir da escuta, no imprevisto – na medida em que não é deliberadamente calculada –, ao modo de conclusão (momento de concluir, uma das instâncias do tempo lógico). Portanto, para que a função da pressa cumpra seu papel no dispositivo, há que se reconhecer a importância da espera do tempo oportuno. “É justo por isso que a função da pressa em psicanálise é a espera” (MOLINA, 1988, p. 185).

Para Goldenberg (2010, p. 125), cabe ao analista ser paciente, desde que em seu manejo tenha “a manha de induzir certa impaciência nos seus analisantes. Paciência para esperar o bom momento de incomodá-los, a ponto se sacudir a sua inércia sintomática. No fim das contas, saber esperar a boa ocasião faz o bom político, e o bom analista também”.

A pressa articula-se ao objetivo de fazer precipitar o momento de concluir, um dos três momentos constitutivos do tempo lógico lacaniano, seja da sessão ou da própria análise. Mas tal função não se dá por deliberação do analista e sim pelo próprio movimento lógico do sujeito do desejo. Neste sentido, torna-se imprescindível considerar os outros dois momentos do tempo lógico, sendo um deles a própria perlaboração, nomeada por Lacan em sua teoria do tempo lógico de *tempo para compreender*. Assim, o tempo oportuno compromete-se com a perlaboração na medida em que implica no não atravessamento do analista em transferência, considerando que seu trabalho não se confunde com o trabalho do analisante.

4.4.2.3 A perlaboração é o trabalho do analista ou do analisante?

O saber oferecido através da nomeação por parte do analista de nada adianta. O que efetivamente conta é o saber advindo do próprio esforço do analisante. É preciso que o analista possibilite surgir este tempo específico, ditado pelo trabalho do analisante em transferência. É justamente neste ponto que Lacan empreende duras críticas à análise das resistências empreendida pela escola inglesa de psicanálise. Suas críticas fundamentam-se na ideia de que a referida escola não respeitava

³⁰ No próximo capítulo, será melhor desenvolvida a função da pressa na análise, pois ela remete diretamente à noção de tempo lógico desenvolvida por Lacan.

esse tempo de perlaboração, pois estava sempre apressada demais em revelar ao eu suas defesas. Como consequência, tem-se que a perlaboração está do lado do analista e não do lado do analisante, indicando o trabalho que lhe é próprio.

A perlaboração foi alvo de diversas interpretações pelos pós-freudianos, fato comum em se tratando de como aqueles que continuam uma obra o fazem a partir de suas apropriações específicas da teoria. Para Bernardes (2003), tanto os analistas da “psicologia do ego”³¹, como os da análise das resistências e também muitos outros autores ingleses, dentre os quais Melanie Klein, consideram a perlaboração um trabalho do analista. O *working through*, para estes, remete as reiteradas intervenções do analista durante o tratamento.

A mesma autora exemplifica, a partir da análise das resistências, que o analista “demonstra” ao paciente que a mesma atitude defensiva que foi superada está presente e ativa em diferentes contextos. É esta demonstração repetitiva, feita pelo analista, que caracteriza o *working through*. Como já apontado, neste caso, a perlaboração está do lado do analista. Esta concepção não é coincidente com a adotada no presente trabalho, visto que neste se defende que a perlaboração se dá em forma de trabalho, em transferência, do analisante. Por conta deste trabalho ocorrer do lado do analisante, sendo realizado de modo a permitir a “aplicação” da regra fundamental, onde o sujeito se põe a falar de um modo não habitual, vê-se a fundamentação da ideia de uma duração “incompreensível” (SOLER, 2008) da análise.

Aproveitando ainda as colocações feitas por Bernardes (2003) em relação à análise das resistências, é possível afirmar que o saber

³¹ A Psicologia do Ego, ou *Ego Psychology*, é uma das grandes correntes do freudismo norte americano. Desenvolveu-se a partir de 1939 [ano da morte de Freud] no interior da IPA (International Psychoanalytical Association). Esta corrente representada pelos emigrados aos EUA Rudolf Loewenstein, Ernst Kris, Erik Erikson, David Rapaport e Heinz Hartman, comunga com as outras correntes do freudismo norte americano a ideia de uma possível integração do homem numa sociedade. Ela privilegia o eu [ego], o self ou o indivíduo, em detrimento do isso, inconsciente ou sujeito. No plano técnico apresenta uma ortodoxia que implica na manutenção de um *setting*, devidamente caracterizado por aspectos burocráticos, que consistiam na cronometragem da duração das sessões, na sua frequência e até mesmo na indicação dos analistas. Além disso, há o privilégio conferido à análise das resistências em detrimento das interpretações de conteúdo e a função do analista na análise liga-se ao fato de ocupar o lugar de “eu forte”. Lacan toma como exemplo tais características, criticando-as severamente, para fundamentar um modo próprio de se entender e conduzir uma análise (ROUDINESCO; PLON, 1998).

adquirido na análise nesta perspectiva refere-se a um tempo que envolve a ação de compreender no sentido cognitivo do termo. As demonstrações feitas pelo analista da presença da resistência que foi superada em outros contextos, implica, com o tempo e trabalho deste, na aquisição de um saber em sua versão cognitiva, por parte do analisante. A insistência do analista leva o analisante a compreender a significação de uma atitude defensiva resistente.

Ora, o tempo “para conhecer melhor a resistência” (FREUD, 1914), na acepção lacaniana, visa a um tipo de saber distinto deste saber produzido na análise das resistências, pois não se trata de algo da ordem do intelectual ou do conhecimento. É um saber que se produz pela sua ligação com a experiência que se faz dele (BERNARDES, 2003), onde a própria análise se oferece como “laboratório”, e não pelo conhecimento adquirido. Esta é a conclusão de Freud no texto de 1914. Não basta que o analista “comunique” algo que remeta à resistência. Faz-se necessário que o analisante produza suas próprias articulações, através do trabalho da transferência na *experiência* analítica. Tal noção, a experiência, articulada a *Durcharbeitung*, dá-se pela expressão no original, em alemão, *Erleben* (fazer a experiência ou experiência vivida). Assim, diferencia-se de modo claro a *concepção subjetiva de tempo*, que remete ao modo que o sujeito entende e sente sua experiência com o tempo, aludindo a um processo que indica o próprio da compreensão e a *experiência subjetiva de tempo*, possível pelo manejo da transferência, em análise.

Para Harari (1990), os anglo-saxões, partidários do *insight* – espécie de acontecimento que possibilitaria compreender-se algo sobre o que se passa internamente ao sujeito –, advogam a perspectiva segundo a qual o tempo necessário ao inconsciente para se dar a conhecer ocorre numa perspectiva cronológica. Neste sentido, a sessão carece de tempo estendido em minutos para que o inconsciente se manifeste. Assim, não é possível trabalhar com a noção de tempo variável, especialmente as sessões com menor tempo de duração, pois ao analisante não foi possibilitado compreender o que na sessão se passou. Isso equivale a uma “ideia obsessiva, simétrica, domesticadora: a de que tudo, na análise, deve ser compreendido” (HARARI, 1990, p. 60).

Na perspectiva lacaniana trabalha-se com a noção de tempo lógico, acarretando para esta discussão que envolve o tempo de duração da sessão uma consequência direta: os efeitos da sessão não se restringem ao tempo de duração da mesma. Os efeitos não se articulam somente ao seu tempo cronológico, mas, sim, à sua extensão, que transcende o seu tempo (contado pelo relógio) de duração. O corte da

sessão, que visa a escandir, abre a possibilidade da continuidade da sessão para além do tempo cronológico da mesma. Assim, o tempo de compreender é estabelecido justamente pelo corte, que viabiliza o surgimento de novos significantes mestres.

4.4.2.4 A perlaboração implica numa específica temporalidade?

Com a *Durcharbeitung* Freud introduz a questão temporal na análise. Para melhor vislumbrar tal feito freudiano, é necessário, neste momento, retomar a afirmação freudiana posta no texto de 1914 e que nos convoca a empreender a presente pesquisa: “deve-se dar tempo ao paciente”, para que se pergunte se esta aposta no tempo dado ao analisante, coincidente com o termo que a nomeia, a *perlaboração*, envolve alguma especificidade relacionada ao tempo. *Pode-se, assim, reconhecer uma tal especificidade que seja própria ao edifício teórico psicanalítico e, mesmo, a clínica que daí decorre?*

A colocação freudiana “deve-se dar ao paciente tempo” é coincidente com a assertiva lacaniana “o inconsciente demanda tempo para se revelar”? Levando em conta o percurso empreendido até aqui com a presente pesquisa, parece que sim.

Ao discutir a duração da análise, Lacan afirma que ela só poderia ser antecipada para o sujeito como indefinida. Isso por duas razões: a *primeira*, por não ser possível prever no sujeito qual será seu tempo para compreender. Veja-se o detalhe de tal afirmação: prever *no* sujeito e não *com* o sujeito. O tempo para compreender é ele próprio uma função que está envolvida na produção do sujeito. E, *segunda razão*, pela inviabilidade de fixar-se um término de antemão, pois, assim feito, o prazo de sua verdade poderá ser previsto, verdade esta que deve ser produzida pelo próprio movimento de enunciação do sujeito, fato desde sempre imprevisível. A verdade dada com antecedência impede sua própria produção (LACAN, 1998/1953), que é o próprio, característico da *Durcharbeitung*.

Tanto em Freud quanto em Lacan a questão reside no “tempo para”. É preciso tempo para que o sujeito surja em transferência, tempo este que se estende, e que não se resume ao cronológico. O *tempo para* que os acontecimentos em transferência produzam os efeitos de uma análise burla a prisão em que se encontram os “sujeitos sociais”, presos às demandas impostas pelo tempo que passa. O sujeito do desejo subverte esta lógica, produzindo em sua enunciação uma outra temporalidade não coincidente com o tempo que passa, fugidio, mas como já anunciado neste trabalho, com todo rigor de determinação.

Para que este tempo se produza em análise, é necessário que o manejo da transferência assim o possibilite. Uma das questões centrais que aí se apresentam é o silêncio do analista. Para que o tempo “dado”, ou mesmo para que o inconsciente tenha tempo para se revelar, é necessário que o analista imprima o silêncio na sessão, priorizando os significantes que são articulados pelo próprio analisante em sua fala. Toda fala tem um endereçamento, considera um outro atrelado a si própria que seria o destinatário dos enunciados. A fala traz a figura de seu ouvinte ideal. “Se o analista atuar como um *espelho vazio* – ou seja, como alguém que não ‘responde’, mas apenas permite, graças a um não-agir calculado, a projeção dessas imagens no interior da relação analítica – então a análise poderá começar” (SAFATLE, 2009. p. 36).

Entretanto, silenciar não significa “apenas que ele não faz barulho, mas se cala em vez de responder” (LACAN, 1998/1955, p.353). O silêncio comporta a fala, visto que toda fala é endereçada a alguém. É justamente por não assumir “um alguém” específico, portanto, pelo fato do analista silenciar-se enquanto sujeito, que a aposta na revelação do inconsciente tem seus efeitos.

Ao se posicionar assim, o analista firma seu trabalho como aquele responsável por fazer o analisante trabalhar. O trabalho do analista envolve um não saber que estrutura a experiência. Lacan (1998/1955) tratou deste não saber como *douta ignorância*, a via na qual a análise encontra a sua medida. Esta, por seu turno, relaciona-se com a boa medida anunciada pelo tempo oportuno da intervenção (que compete ao analista) e pela *Durcharbeitung* (que compete ao analisante).

A partir desta senda aberta por Freud – ao mencionar que a perlaboração enquanto trabalho de enfrentamento das resistências é o que distingue a análise dos tratamentos por sugestão – é possível reconhecer que o tempo dado a cada um na análise tem lugar na direção do tratamento. Esta constatação mostra alguma aposta fundamental que sustenta a experiência analítica? Dito de outro modo, numa análise, pautar o tratamento no tempo que cada um leva para modificar sua posição frente a um sintoma traduz-se como um dos fundamentos da prática analítica?

Pode-se ver em Freud – o tempo dado a cada um na análise – e em Lacan – é preciso tempo – a importância dada ao tempo a partir do trabalho em análise de cada analisante. Lacan, no *Seminário Livro I: os escritos técnicos de Freud*, comenta que o progresso freudiano que resultou na psicanálise era fiado na forma com que o fundador da psicanálise tomava os casos em sua singularidade. Afirma ainda que “a

experiência analítica com Freud representa a singularidade levada ao seu extremo” (LACAN, 1986/1953-1954, p. 31). Seria o tempo, em sua versão da perlaboração, uma forma de assinalar a singularidade anunciada no caso a caso?

Apostar no um a um, no caso a caso, advento criador da análise, foi demonstrado por Freud teoricamente e na forma com que relatou os casos que conduziu, transformando-se numa ideia orientadora da prática analítica. O caso a caso implica em reinventar a psicanálise a cada nova análise, colocando a teoria à prova da prática, certificando ou mesmo refutando as noções teóricas a partir da clínica. Implica em apostar no ritmo em que cada analisante se põe a trabalhar. Significa topar com um tempo que lhe é próprio, não no sentido de já estar dado com antecedência – a exemplo de um ritmo biológico que seria próprio a cada ser vivo ou mesmo às horas que comportam a afirmativa de alguma convenção social – mas um tempo que se produz em seu próprio aparecimento, tempo que lhe é possível pelo percurso de articular novas cadeias significantes em torno de algo que não pode ser de todo nomeado e bem representa a falta constituinte do sujeito humano, sujeito do desejo.

Reconhecer a singularidade no caso a caso significa tomar a técnica por uma via que não é a da burocracia. Diz respeito a topar com a impossibilidade de prever algo direcionado ao tempo de trabalho. Remete a apostar no que está por vir. Sousa (2007) trabalha a questão do tempo que pressiona os sujeitos sociais em seus modos de conduzir suas vidas. Diz ele: “Desburocratizar o amanhã é fundamentalmente abrir brechas nesta antecipação cruel do tempo. [...] A burocracia tem o poder de naturalizar e acinzentar as idiossincrasias individuais. Toma a todos como o mesmo” (SOUSA, 2007, p. 36). A análise possibilita que tais brechas sejam abertas pelo trabalho de transferência. Em contraponto à burocracia, a análise compromete-se com o reconhecimento das idiossincrasias individuais, e, por que não dizer, visa justamente a produzi-las, transformando as atitudes dos humanos em atos que levam à assinatura de seu autor.

Aqui se está num ponto limite que carece de outros elementos para se seguir na pesquisa em relação ao tempo na direção da análise. Mesmo já apresentado em vários lugares do presente texto, o real ganha importância central neste ponto, pois aqui ele se articula diretamente à questão temporal. O tempo da perlaboração de 1914 ganha um outro estatuto com as articulações freudianas de 1920, mas é em Lacan que podemos desdobrar suas maiores consequências, entendendo-o enquanto parte da estrutura temporal da análise nomeada por ele de tempo lógico.

Pode-se, então, responder à indagação que dá início a este item: sim, a perlaboração evoca uma temporalidade específica que se sustenta no reconhecimento e, mesmo, na produção da diferença que implica na singularidade. Para Kehl (2002, p. 104), “cada sujeito é singular não em seu desejo [desejo de submissão ao Outro] mas em sua relação com o enigma do desejo, ou seja, nas soluções que o sujeito inventa para os destinos da pulsão”. A singularidade do caso a caso mantém relação direta com o enigma do desejo, sempre em questão na direção da análise.

Mas, também, se faz necessário reconhecer os limites de tal afirmação. Se se pode afirmar que a perlaboração (e as formas de se apropriar do tempo na experiência psicanalítica, citadas no parágrafo anterior) envolvem um específico entendimento da questão *tempo*, pertinente ao campo da clínica psicanalítica, não se pode abalizar que tais tempos estruturam o dispositivo analítico. Eles, de fato, estão presentes e dão o tom da experiência ali produzida, aliás, batizada pelo nome de *experiência analítica*. Articulam-se, portanto, ao que se faz em análise e aos efeitos que dela se pode esperar, mas, no entanto, não dão conta de apontar a estrutura que implica no surgimento do sujeito. Isso coube a Lacan com o tempo lógico. A perlaboração foi assim aproveitada por ele que a subsumiu num conjunto de três instâncias que traduziriam o processo, a partir de escansões temporais, de como o sujeito é produzido em análise.

Freud é quem deixa o legado teórico fundamentando a ideia de que a análise carece de um tempo imprevisível para que possa ocorrer. Este preceito fundamenta-se no tempo particular de cada analisante e, ligado diretamente a este, de cada surgimento do sujeito no dispositivo analítico. Mas somente com Lacan é que a estrutura da temporalidade própria ao tratamento analítico foi produzida e demonstrada. O próximo capítulo trata de abordar esta temática para no final retomar a perlaboração à luz do tempo lógico.

5 A ANÁLISE E O TEMPO LÓGICO

A relação analítica e o que acontece nela,
 está tanto dentro do Tempo quanto além
 do Tempo.
 Está também fora do tempo.
 (King, 1996)

Se a análise visa a elaboração de um saber,
 ela visa também alguma
 coisa para além disso e que está em
 relação com o modo de
 satisfação que o sujeito consegue com o
 seu sintoma.
 Aposto-se na possibilidade de
 transformação no modo de
 se satisfazer. Ofício impossível?
 (Ângela Bernardes, 2003)

A análise sob o prisma do tempo lógico convida a pensar sobre o tempo de forma específica. Na análise, a partir de Lacan, é o tempo lógico e não o cronológico que prepondera na cena analítica. Do cronológico, sai de cena *Chronos*³², ficando o lógico. O tempo cronológico, tempo ininterrupto, aquele que passa e não retorna dá lugar à prioridade do tempo lógico, que implica no movimento de asserção do sujeito, sendo o próprio tempo de sua realização, visto que sua estruturação é lógica e pode ser apreendida a partir de seu reconhecimento através do encadeamento de significantes.

Considerando a preponderância do tempo lógico na análise, qual é o sentido de referir a uma análise por seus anos de duração? A afirmação de um analisante sobre os muitos anos de duração de sua análise traz que elementos para se pensar na experiência que ali ocorreu? É claro, porém, que se faz necessário tempo para fazer o luto

³² Os gregos tinham duas palavras para representar o tempo: *chronos* e *kairós*. Este último diz respeito a um momento indeterminado no tempo em que algo especial acontece. Já *chronos* remete ao tempo cronológico, sequencial. Na mitologia grega *chronos* era o Deus do tempo. Da união de *chronos* com sua companheira *Ananke* (a inevitabilidade) surgiu o universo. Uma das representações mais constantes de *chronos* é a que o retrata devorando seus filhos. Como criador do tempo, *chronos* é o criador de tudo que pode ser reconhecido e relatado. Neste sentido, a figura de *chronos* devorando seus filhos representa a impossibilidade de fugir ao tempo, sua irreversibilidade.

transferencial que indica um fim de análise. Mas, sobre que análise transcorreu num processo sustentado transferencialmente por analista e analisante, não é o tempo cronológico que pode auxiliar com as coordenadas mais significativas. Está-se aqui reafirmando a particularidade de se considerar a análise a partir da ótica promovida pelo tempo lógico.

Afirmar que o tempo da análise é (prioritariamente) lógico e não cronológico, não elimina a cronologia. Apenas não a considera como referência substancial e primeira para o processo. O tempo cronológico propicia o encontro. Por isso o relógio é um utensílio dos mais úteis, pois propicia, com seu próprio funcionamento, o momento comum entre pessoas, acarretando em encontros, no estabelecimento de relações e na constituição de laços. Mas, para a análise, é reservada uma especificidade quanto ao encontro: a análise é o lugar do encontro faltoso. Um encontro com a falta, que remete ao desejo inconsciente. Tal especificidade convoca a entrada em cena de uma temporalidade que apresente recursos para se entender a falta e sua relação com o desejo, bem como seus lugares na análise. Um tempo que na clínica não se conta aos minutos, mas aos cortes no discurso do analisante, e que fazem precipitar o reconhecimento do sujeito do desejo.

5.1 O TEMPO LÓGICO

Foi a partir da teoria desenvolvida por Freud que descobriu-se a necessidade de se ter um tempo imprevisível para a análise, pois ela remete ao trabalho em transferência, feito de forma particular e num ritmo peculiar por cada analisante. Já em Lacan, foi possível caracterizar uma estrutura da temporalidade própria ao tratamento analítico. Ele o faz através de um conceito específico, o *tempo lógico*, e, para realizar os objetivos a que esta pesquisa se propõe, é imprescindível discuti-lo.

Para Teixeira (2008), Lacan criou uma *máquina do tempo* utilizando recursos teóricos próprios de sua época, exaltando a importância de várias acepções sobre as temporalidades relacionadas à subjetividade e que se demonstram provocadoras de consequências relevantes para a clínica. Dentre as várias apreensões realizadas sobre o termo feitas por Lacan, a autora destaca: “O tempo da sessão é lógico, e não cronológico; ele defende a análise finita, formulando algumas concepções de seu final; a transferência, ou seja, a suposição e dessuposição de saber ao analista, é o tempo da análise; cria uma nova divisão subjetiva para o tempo” (TEIXEIRA, 2008, p. 105), entre outras proposições. De todas, será privilegiada a discussão sobre o

tempo lógico, que, de modos diferentes, relaciona-se de forma direta com todas as outras proposições indicadas pela autora.

Com relação ao *tempo lógico*, é necessário explicitar quais as intenções do uso deste conceito. Aqui, ele terá a função principal de auxiliar na compreensão de como o trabalho em análise, na sua versão *durcharbeiten*, articula a direção do tratamento. Leva-se em consideração que o próprio conceito de tempo lógico implica em um avanço na compreensão do papel da perlaboração, visto que Lacan articula-a à sua teoria de tempo como uma das instâncias de tempo depreendidas do sofisma dos prisioneiros, a se dizer, o tempo para compreender.

O tempo lógico mostra-se “fundamental para a clínica e essencial no ensino de Lacan” (FINGERMAN, 2009, p. 06). Sua primeira exposição textual deu-se em 1945, por conta da publicação em uma revista de arte chamada *Cahiers d’Art*. Sua versão reformulada foi publicada nos *Écrits*, mais de 20 anos depois, em 1966, com algumas modificações em relação ao primeiro que, inclusive, não são devidamente assinaladas pelo autor. O *tempo lógico* foi objeto de múltiplas reinterpretações, servindo a Lacan de suporte em várias de suas formulações teóricas (PORGE, 1998).

Esta “invenção lacanianiana” não somente acompanha o raciocínio de Porge (1998) por seu valor próprio enquanto tema, o qual alude diretamente sobre o problema da constituição do sujeito, mas, também, por seu entrelaçamento com outras questões teóricas desenvolvidas pelo próprio Lacan, como por exemplo, as mudanças ocorridas na interpretação do estágio do espelho, atribuídas por Porge (1998), ao desenvolvimento da teoria do tempo lógico. O mesmo autor, no mesmo artigo, menciona a estima que Lacan tinha por este texto, como parece demonstrar o fato de que ainda em 1962 ele o chamava de “meu pequeno sofisma pessoal”. Uma estima que se pauta em sua importância no conjunto de seus estudos?

Outro exemplo de como o tempo lógico vai se enredando na trama conceitual desenvolvida por Lacan com o passar dos anos, em 1945, data da primeira publicação, ele não utiliza as categorias de simbólico e imaginário. Quase dez anos depois, por conta da argumentação construída no *Seminário II*, e que visa a dar conta das questões relacionadas à palavra e à linguagem, implicando, portanto, na distinção de imaginário e simbólico, Lacan retoma o sofisma com estas noções já desenvolvidas, tratando-se já de ser uma releitura, com o auxílio de outras noções teóricas.

Mais tarde ainda, na década de 60, é a categoria do real – remete ao encontro com o inesperado, com o inapreensível, com o irreduzível, pois volta sempre ao mesmo lugar – que se engendra na interpretação do sofisma, articulando-se ao ato que implica na saída dos prisioneiros. Na versão de 1966 ele faz valer a articulação entre simbólico e real, fato não possível de ser feito na versão anterior.

O percurso teórico de Lacan, desde muito cedo, relaciona articulações que envolvem a temática do tempo. É possível encontrar alusões a esta questão já em sua tese de doutorado, *Da psicose paranóica e suas relações com a personalidade* (1932), onde Lacan, ao trabalhar o caso Aimée, tece considerações teóricas sobre o efeito de apreensão subjetiva do tempo, chamando-o de sentimentos do tempo. Seus dois últimos seminários, *O momento de concluir* (1978) e *O tempo e a topologia* (1979), em seu próprio título, trazem a questão temporal, levando ao entendimento de que o tempo é algo caro à teoria e à clínica lacaniana. Porge, em seu livro *Psicanálise e tempo: o tempo lógico de Lacan* (1998) mostra no anexo 1 que as referências explícitas ao tempo lógico no ensino de Lacan, em seus trabalhos publicados, iniciam-se em 1945 e se estendem, através de 19 publicações, até 1978, já na época final de seu ensino.

O tempo, então, de temática que pode ser articulada com alguma “teoria psicológica” e, portanto, dizer algo sobre a subjetividade humana, transforma-se em uma noção constituinte de um tipo de clínica *psi*, pois articula-se à definição do próprio sujeito do qual esta clínica se ocupa. Galvão (2008, p. 137) argumenta que se a subjetividade humana “se plasma numa certa temporalidade que se plasma no humano, então a clínica deve incluir como um de seus elementos passíveis de manejo o próprio tempo – não há clínica lacaniana sem uma séria reflexão sobre a incidência do tempo”.

Este tempo específico aqui mencionado foi desenvolvido a partir do sofisma dos prisioneiros. *Sofisma*³³ é um raciocínio vicioso, aparentemente correto e concebido com a intenção de induzir em erro.

³³ De acordo com o dicionário Houaiss (2009) sofisma é: “1. Argumento ou raciocínio concebido com o objetivo de produzir a ilusão da verdade, que, embora simule um acordo com as regras da lógica, apresenta, na realidade, uma estrutura interna inconsistente, incorreta e deliberadamente enganosa 2. Argumentação que aparenta verossimilhança ou veracidade, mas que comete involuntariamente incorreções lógicas; paralogismo 3. qualquer argumentação capciosa, concebida com a intenção de induzir em erro, o que supõe má-fé por parte daquele que a apresenta, cavilação 4. Mentira ou ato praticado de má-fé para enganar (outrém); enganação, logro, embuste.”

Para ser possível acompanhar o desenvolvimento do conceito de tempo lógico, faz-se necessário apresentar o sofisma desenvolvido por Lacan, que introduz todo o raciocínio que implicará na questão tempo.

5.2 O SOFISMA

Um diretor de presídio requisitou a presença de três presos (A, B e C) e anunciou, sem explicar a razão, que iria libertar um deles. Para decidir qual, eles teriam que participar de uma prova, caso estivessem de acordo. O vencedor se beneficiaria da medida liberatória.

Com o aceite, foram apresentados aos três presos cinco discos que só diferem em sua cor: três brancos e dois pretos. Foi colado um disco branco nas costas de cada um dos participantes sem que eles saibam de qual disco se tratava. Era possível ver os discos presos às costas dos outros dois participantes, mas excluído a mesma possibilidade para o disco encontrado nas próprias costas. Tampouco era permitido comunicar aos outros o resultado de suas inspeções. Aliás, não haveria interesse algum em realizar esta comunicação, pois, assim, outro tomaria proveito da informação e acessaria o direito de sair.

Cada um dos três prisioneiros tinha um disco nas costas e cada um deles vê somente os discos pertinentes aos dois outros prisioneiros e não o seu. Com estas condições, o primeiro que conseguisse responder qual a cor do disco encontrado em suas próprias costas, fundamentando sua resposta em motivos de lógica e não apenas de probabilidade, deveria transpor uma porta, onde seria julgado por sua resposta.

Depois de certo tempo, os três sujeitos deram juntos alguns passos e cruzaram simultaneamente a porta indicada. Cada um justificou-se com uma resposta que se assemelhava a dos outros. Lacan aponta o que chama de solução perfeita, ao passo que continua a considerá-la um sofisma, expressa da seguinte maneira nas palavras de um dos três presos:

Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que se eu fosse preto, cada um deles poderia ter inferido o seguinte: 'Se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto'. E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Senão estavam fazendo nada, é que eu era branco como eles. Ao

que saí porta afora, para dar a conhecer minha conclusão (LACAN, 1998/1966, p. 198).

Quais as implicações dessa solução para a teoria do tempo desenvolvida por Lacan? Vejamos de forma pormenorizada como os presos chegaram a tal resultado para poder avançar em relação ao questionamento posto acima.

5.2.1 A solução

O que aqui interessa a Lacan – e a aqueles que querem pensar o tempo na clínica psicanalítica – é o valor lógico do sofisma, que se articula, na proposta do autor, à verdade que remete ao sujeito e pouca relação mantém com a realidade objetiva. As operações envolvidas na solução do problema “se dão em referência aos outros (semelhantes, imaginários), ao Outro (da linguagem, das leis, da cultura, da referência simbólica), e ao real das escansões” (BERNARDINO, 2004, p. 50). O processo que culmina com a solução do problema sinaliza que o sujeito pode assentir algo que remete à “verdade” por conta de sua *falta de saber*. A solução do sofisma, ademais, articula-se com o movimento que implica na *certeza antecipada e não numa certeza objetiva*, calcada na objetividade dos fatos, que seria possível somente se os dois outros prisioneiros tivessem discos pretos em suas costas.

Ele demonstra que o valor está ligado não ao que os sujeitos vêem – o que destacaria a preponderância da *estrutura espacial* –, mas, sim, ao que eles descobriram positivamente pelo que não vêem, a saber, o aspecto dos discos pretos, em que a *estrutura temporal* se mostra com mais clareza. Para melhor entender este aspecto é preciso discorrer sobre os momentos lógicos do sofisma e suas consequências para o sujeito.

A própria solução do sofisma indica uma espécie de escalonamento, ou, mesmo, dimensões do tempo que Lacan circunscreveu em três: *instante de ver*, *tempo para compreender e momento de concluir*. Mas, tal divisão só se apresenta a partir da perspectiva lacaniana de análise, que acarretará na formulação de seu *tempo lógico*. Neste sentido, com esta construção particular, vê-se que a solução do sofisma *não é uma questão de tempo*, aquele suficiente para que o permanente raciocínio sobre o problema possibilite chegar ao resultado, e, sim uma *questão temporal*, que comporta em si os tempos próprios de solução e, portanto, implicam na asserção sobre si. É ele mesmo quem diz que as três dimensões merecem ser notadas, pelo fato

mesmo de elas nunca terem sido distinguidas antes (LACAN, 1985/1954-1955).

Vale mencionar o comentário feito por Barbosa (2006) sobre o tempo lógico, o qual diz que a apreensão da dimensão lógica do tempo parece menos uma descoberta e mais a consequência de um certo posicionamento ético; que, ao invés de considerar a perspectiva de *progresso contínuo* no tempo que acumula dividendos, por conta das determinações temporais que se articulam à linguagem como condição e limite para qualquer progresso, consideram a irrupção do novo *atrelado à descontinuidade* e pela via do inesperado.

A solução delinea-se a partir do reconhecimento da existência de dois discos brancos nas costas dos dois outros prisioneiros. Caso a observação distinguisse dois discos pretos nas costas dos outros prisioneiros não haveria dúvida alguma, pois dois era o número total de discos pretos. Logo, o disco em suas próprias costas seria branco. Para esta solução, caso os discos fossem pretos, bastaria vê-los. Em um instante estaria resolvida a questão sem necessidade de considerar outros tempos. Contudo, não se trata dos dois discos pretos, e, sim, brancos. É justamente aquilo que não se vê que desempenha papel decisivo no percurso que considera a observação e dar o passo em direção à saída da sala. Vejamos por quê, adiante.

Antes, cabe mencionar que o sofisma é adotado e mantido por Lacan para mostrar seu raciocínio sobre o tempo, pois assegura em sua proposta, desde que garantida a presença das duas escansões suspensivas que constituem o percurso da resolução, todo o rigor coercitivo de um processo lógico. De que se tratam as duas escansões suspensivas, ou moções suspensas?

As moções suspensas (intervalos de hesitação) têm papel crucial para o processo lógico investigado por Lacan, afirmando-se como centrais por se caracterizarem como um fato intrínseco à ambiguidade lógica. As *três possibilidades lógicas de combinação* entre os discos são: dois pretos e um branco (sendo excluída desde o início, pois incorreria numa certeza objetiva); um preto e dois brancos; e três brancos. Estas três possibilidades, no sofisma, são transformadas em *três tempos de possibilidade*, baseadas não por sua direção, mas por seus *tempos de parada*. Estes, por seu turno, caracterizam as moções suspensas que denunciam *não aquilo que os sujeitos veem*, mas aquilo que *descobriram pelo que não veem* e se liga, no raciocínio que implica na resolução, ao aspecto dos discos pretos.

A *primeira moção suspensa* (ou *escansão suspensiva*) caracteriza-se por ver que os outros dois têm discos brancos. O próprio

sujeito deve pensar que os outros dois devem ver, ou dois outros discos brancos, ou um disco branco e um disco preto. Aí se estabelece algo da reciprocidade, pois trata-se de cada um dos três sujeitos estabelecer o mesmo tipo de raciocínio, qual seja: se ele próprio for preto, cada um dos dois vê um preto e um branco, e poderia assim pensar: “Se eu fosse preto, o branco já teria pego o rumo da saída, e já que ele não se mexe, é que sou, eu também, branco, e saio” (LACAN, 1985/1954-1955, p.360).

O fato dos outros dois (B e C) moverem-se no mesmo momento que o sujeito (A) em questão faz com que a segurança deste seja abalada. Ele, portanto, detém-se para refletir e ver se não está equivocado. Tal atitude considera que os outros dois, com o mesmo raciocínio, também parem com este objetivo. Com isto, A se pergunta: “por que eles se detém? Por que não saem antes de mim?”, pois se tivessem certeza de que A é preto poderiam adiantar-se frente a A e dar por acabada a tarefa. Se assim não fazem é porque não tem certeza e também hipotetizam a partir dos outros. Sendo assim, “não sou preto” – afirma A. E, torna a partir.

Esta certeza fundada na expectativa de B e C o faz partir com a ideia de que o disco em suas costas é branco. Mas, ao partir, A se dá conta que os outros dois fazem o mesmo, voltando a provocar a dúvida, abalando sua certeza. E, então, A faz mais uma parada. Essa é a *segunda moção suspensa (ou escansão suspensiva)*. Nesta segunda parada, pode-se afirmar que existiu um progresso lógico, pois A reflete que B e C não deveriam ter parado novamente, levando-se em consideração todo o raciocínio construído que excluía a A de ser visto com o preto em suas costas pelos outros. Assim, reafirma-se a ideia de A segundo a qual ele não é preto.

Ao deparar-se com a imobilidade dos outros dois sujeitos, o sujeito (A) constata que não basta chegar ao resultado do raciocínio, havendo uma urgência em concluir o problema, pois existe um tempo de atraso para a própria conclusão que se deu pelas duas paradas que se baseavam na expectativa de A em relação aos outros dois, fazendo com que o mesmo mantivesse suspensa sua dedução sobre o problema em relação a esta expectativa. Visto isso, o sujeito passa da hesitação para a pressa, conclui e sai. A conclusão se dá de forma provisória, mas com a função de permitir o sujeito lançar-se, a partir desta asserção subjetiva, mesmo sem garantias (PORGE, 1998).

É justamente pela vacilação, pela imobilidade dos outros que o sujeito julga estar em posição equivalente, que o sofisma implica na conclusão de ter o disco branco em suas próprias costas. Isso ocorre somente num terceiro tempo. Vê-se então, que as moções suspensas

desempenham sua função lógica nos tempos lógicos que são por elas constituídos, a partir das escansões e suas respectivas paradas. Pode-se, no entanto, verificar tal função após a conclusão do processo lógico, anunciada pelo ato que, desde o início – mesmo que verificável posteriormente – está suspenso pelas próprias moções.

Logo que o tempo lhe permite compreender e chegar ao resultado é necessário precipitar seu movimento, pois também se torna pertinente que os outros dois possam ter chegado ao mesmo resultado, o que lhe colocaria sob o risco de os outros lhe tomarem a dianteira. “Logo, se ele os deixar tomar nem que seja um mínimo de dianteira, ele vai recair em sua incerteza do tempo anterior. É de sua própria pressa que depende que ele não esteja enganado” (LACAN, 1985/1955, p. 360).

Com esta suposição, e justamente pelo fato de agir em vez de continuar em seu raciocínio na busca por uma compreensão, que se caracteriza algo de fundamental importância para o entendimento e, mesmo, conceituação do tempo lógico: *tudo depende de algo que não dá para apreender*. Eis que surge a necessidade da ação. “O sujeito tem nas mãos a própria articulação através da qual a verdade que ele depreende não é separável da própria ação que dela testemunha” (LACAN, 1985/1955, p. 361).

Aqui pode-se identificar *a pressa*. Não basta que a verdade se manifeste através do raciocínio. É preciso que ela se materialize pela ação, implicando na correta solução do sofisma, possibilitando o acesso ao que foi prometido. A verdade manifesta-se pela aceleração que se precipita em ato, no movimento em direção à saída. Assim, a manifestação da verdade no sujeito, através do ato, dá-se por sua ligação com a não manifestação dos outros dois.

Cabe aqui uma rápida alusão à questão da pressa. A *função da pressa* na análise, introduzida pela lógica imprimida pelo tempo lógico desenvolvido através do sofisma dos três prisioneiros, não se confunde com o *tempo de pura pressa*. O primeiro alude ao tempo da certeza antecipada, implicando no corte com as identificações imaginárias com os outros. O segundo, remete à um tempo característico das formações subjetivas na atualidade. A função da pressa implica no encontro do neurótico com o seu desejo. O tempo de pura pressa caracteriza-se pelo adiamento deste encontro faltoso, em que o sujeito realiza as tarefas da vida no tempo do Outro, preterindo seu desejo em troca da demanda do Outro.

5.3 AS TRÊS INSTÂNCIAS TEMPORAIS

O tempo lógico não corresponde a uma estrutura homogênea. É desdobrado em três instâncias temporais, que correspondem a três modos de subjetivação dos personagens: instante (de ver), tempo (de compreender) e momento (de concluir), que, no sofisma proposto por Lacan, se articulam de modo a propiciar uma solução, dada por intermédio do ato. Tais modulações do tempo apresentam-se enquanto momentos de evidência que implicam na gênese do movimento lógico implícita ao sofisma. Para demonstrá-los, todos os três tempos, far-se-á sua exibição a partir do próprio sofisma.

O primeiro tempo, o *instante de ver* (ou instante de olhar), recorre ao seguinte momento do sofisma: *estando diante de dois pretos, sabe-se que se é branco*. O instante do olhar subjetiva o fato de não ver dois pretos e sair. Tal constatação se dá a partir da apresentação dos próprios dados do problema e da imediata possibilidade da observação, indicando o valor instantâneo que o constitui. Poder-se-ia dizer: basta olhar. Dá-se pelo seu tempo de fulguração, em um golpe, não implicando em extensão. Esta primeira modulação do tempo lógico consiste numa modulação do tempo que insta (que está próximo a acontecer). O instante opõe-se à duração, sendo o instante do olhar caracterizado como um tempo que urge. Para Quinet (2007), o sujeito em questão neste tempo é o sujeito impessoal, que ainda não consegue realizar uma hipótese formal sobre o problema, sendo que sua constatação se dá pelo próprio fato de olhar para os discos.

O segundo tempo, o *tempo para compreender*, equivalente a *perlaboração* freudiana, implica na seguinte evidência: *se eu fosse preto, os dois brancos que estou vendo não tardariam a se reconhecer como sendo brancos*. Esta intuição implica na objetivação feita pelo sujeito que vai além da simples constatação pautada no olhar. Esse tempo supõe a duração de certo tempo de meditação que tem a propriedade de se estender no tempo cronológico. Neste tempo, o sujeito em questão é o sujeito indefinido, recíproco aos outros dois. Esta reciprocidade vem marcada, no sofisma, pela presença da dúvida, vista a dificuldade de estabelecer limites claros entre aquilo que é próprio (individual) e aquilo que é do outro (coletivo). A relação com o outro sempre remete a um engajamento particular feito por cada um, sendo tal engajamento responsável pela dúvida que transita entre o próprio e o que vem do outro.

É em relação a este percurso que se *estende no tempo* que algo pode adquirir sentido, ou, mesmo, manifestar efeito de sentido. É a

instância temporal que se mostra quando o raciocínio do(s) sujeito(s) se repete no sofisma. Para Soler (2008, *apud* Kehl, 2009, p. 115), “o tempo para compreender é um tempo não-lógico, pois impede a previsão do tempo que será necessário para terminar uma análise, tempo obscuro que cada um necessita para fazer o luto de sua transferência”. Para a autora citada, sem o tempo para compreender, este tempo necessário para historização do sujeito, não haveria análise.

Já o terceiro tempo, o *momento de concluir*, é designado a partir desta parte do sofisma: *apresso-me a me afirmar como branco, para que esses brancos, assim considerados por mim, não me precedam, reconhecendo-se pelo que são*. O sujeito que se depreende do momento de concluir é aquele que se exclui da relação de reciprocidade e, portanto, desprende-se do registro da identificação com os outros presos do sofisma. Algo da ordem da independência em relação ao que o outro sabe sobre ele ocorre neste momento. Esta é a asserção sobre si baseada numa decisão que se explicita em ato. É certo tempo de demora do sujeito em relação aos outros dois que apresenta logicamente a urgência de concluir.

A distinção dos três tempos se faz necessária, tanto quanto sua articulação. Para Vegh, os três tempos:

Instante do olhar, tempo de compreender, momento de concluir falavam da pontualidade do primeiro, da indefinição do segundo e do intervalo delimitado do último; instâncias que cediam em cada variante à incidência das outras: no resplendor do olhar, o jogo da palavra, a conclusão de um corte” (VEGH, 2001, p. 19).

Quinet (2007) indica que Lacan propõe um tipo de sujeito para cada um dos três momentos do tempo lógico. No instante do olhar, trata-se do sujeito impessoal; no tempo para compreender observa-se o sujeito indefinido, recíproco em relação aos outros dois; e no momento de concluir vê-se que o sujeito é aquele que declara ser. O momento de concluir é o tempo do advento do sujeito propriamente dito, aquele que através da asserção sobre si porta o juízo que implica na conclusão do sofisma, ao contrário das relações estabelecidas pelo sujeito impessoal e o sujeito indefinido recíproco. O sujeito que advém da conclusão é aquele que rompe com a reciprocidade a partir do estabelecimento da posse de uma certeza nunca inteiramente garantida a respeito de si

mesmo. A certeza lógica não produz a conclusão, mas o contrário: o ato de conclusão é que produz uma certeza.

A conclusão se dá pelo *momento de concluir o tempo para compreender*. Isso ocorre na urgência do movimento lógico, implicando, no sofisma, na precipitação simultânea de um juízo e de sua saída. Lacan (1998/1966) afirma que o sujeito, em sua asserção, atinge uma verdade que será submetida à prova da dúvida, mas que não poderia passar pelo crivo da verificação se não atingisse primeiramente a certeza.

É imprescindível, pois, retomar o ponto mesmo que dá a particularidade do raciocínio de Lacan sobre o tempo lógico: *o sujeito conclui pela impossibilidade de saber sobre si*. Neste sentido, o momento de concluir não se dá em continuidade ao tempo para compreender e este não segue necessariamente em sequência cronológica com o instante de ver. É necessário que o sujeito se ponha ao trabalho (perlaboração) e como consequência direta deste, fato cotidiano da análise, implique, pela impossibilidade de compreender, na experiência que conclui.

Ater-se apenas à solução perfeita proposta por Lacan consiste num erro, pois são as objeções à solução perfeita, às hesitações (moções suspensas), repetidas duas vezes, que a fazem existir como solução. Portanto, é no momento de hesitação dos prisioneiros, quando seu saber é posto em suspensão, que se precipita em ato uma decisão, produzindo a asserção do sujeito. É essa precipitação que esclarece a função da pressa no interior do dispositivo analítico, indicando que o sujeito chega ao momento de concluir diante da evidência subjetiva de um tempo de atraso que o apressa a sair.

São, portanto, estas três instâncias temporais – instante de ver, tempo para compreender e momento de concluir – apontadas no sofisma, que constituem a estrutura temporal da análise, pois são elas, através da lógica demonstrada pelo seu próprio surgimento, que constituem o sujeito. A análise promove tal acontecimento, qual seja: faz coincidir o tempo do sujeito ao qual se ocupa com o tempo da análise, acarretando em implicações práticas envolvidas na duração da sessão e da análise como um todo.

5.4 O TEMPO LÓGICO E O SUJEITO

O tempo lógico apresenta uma temporalidade própria ao dispositivo analítico que é coerente com a proposição lacaniana de sujeito, pois o tempo lógico precisa o momento em que o sujeito surge.

Sujeito e tempo lógico: desde onde remonta esta relação? Claro está que no presente texto esta relação se dá prioritariamente no contexto evidenciado pela estrutura da análise. Mas, pode-se tomá-lo sob outros prismas. A constituição do sujeito, que remete ao *infans* e seu processo de humanização, é uma dessas possibilidades.

A constituição psíquica, tomando-se aqui o bebê como figura para o exemplo, remete à discussão que toma o tempo marcado pela *normatização cronológica*, própria à ideia de desenvolvimento aplicada ao *infans*, onde as etapas indicam aquisições próprias das idades e pelo *tempo do desejo* (inconsciente). Ambas dimensões do tempo de um bebê ou criança se contradizem, ou mesmo, se desconhecem mutuamente. Julieta Jerusalinky (2002) chamou a relação destes diferentes registros do tempo, em que se reconhece ambas como constitutivas do sujeito humano, de *destempo*, afirmando a impossibilidade de homogeneizar os tempos envolvidos na constituição psíquica em um e mesmo tempo. Ela discute os tempos constitutivos do sujeito a partir das categorias de imaginário, simbólico e real. Toma o *tempo imaginário* como aquele que, ao se articular a normatização cronológica do desenvolvimento, produz formações imaginárias acerca do que se deve esperar da criança em cada etapa de desenvolvimento.

Tais *formações imaginárias* têm o tom de antecipação ao que deve acontecer com o bebê. O *tempo real* comporta a ideia de um tempo que se esvai, sem retorno. Sua presença indica que a passagem do tempo tem efeitos diretos para o organismo, dando-se a reconhecer como o tempo que demarca um antes e um depois. Já o tempo simbólico é aquele envolvido mais diretamente na constituição do psiquismo, apresentando-se como contraponto mais direto ao tempo dos estágios que representam o desenvolvimento da criança. O *tempo simbólico* indica que a constituição do sujeito psíquico não se dá pelo desenvolvimento, nem tampouco pela sucessão de etapas, mas, sim, implica no tempo lógico que permite que inscrições psíquicas aconteçam, caracterizadas pelos movimentos de antecipação e retroação.

No entanto, o foco deste trabalho implica em pesquisar o sujeito na análise. Assim, toma-se a questão do sujeito articulada à direção do tratamento, implicando diretamente o trabalho do analista e do analisante, na medida em que o discurso comum é transformado em manifestação do inconsciente a partir da pontuação do primeiro e da associação livre do segundo. Ora, faz-se necessário retomar a questão do sujeito, abordada no correr do texto da dissertação desde o primeiro capítulo, a partir do tempo lógico, pois este apresenta novas possibilidades de articulações pertinentes à discussão.

O texto do tempo lógico possibilita a Lacan mostrar como o sujeito é produzido em análise pelas cadeias significantes. Para Castro (2008), Lacan produziu uma costura entre sua teoria do sujeito do significante com a teoria freudiana sobre a memória inconsciente, na medida em que o tempo é posto como condição lógica de qualquer operação simbólica. Assim, o tempo, desde Freud até Lacan, considerando a retomada deste último dos desenvolvimentos do primeiro, faz existir o sujeito da psicanálise. Para Kehl (2009, p. 113), o texto sobre o tempo lógico “faz recordar ao leitor de Freud que o sujeito da psicanálise não advém de um *lugar*, ou seja, de uma relação com o espaço, mas de um *intervalo*, isto é, de uma lógica temporal”, que no sofisma dos três prisioneiros explicita a relação entre o saber possível do sujeito (do desejo inconsciente) e a experiência subjetiva do tempo.

Assim, torna-se relevante mencionar que o tempo lógico desenvolvido por Lacan versa sobre *lógica e tempo* e não de uma *lógica do tempo* (PORGE, 1998), pois não se trata, no sofisma, de identificar os processos lógicos em função do tempo, mas, sim, de tomar o tempo como acontecimento lógico, que culmina com a asserção sobre si (envolvendo diretamente o sujeito), a partir da certeza, engendrada no próprio acontecimento lógico.

Tendo isso claro – o que marca a relação do tempo lógico e o sujeito – vê-se, então, que não se trata do tempo lógico justificar as sessões curtas. Trata-se do tempo lógico marcar a presença de um sujeito a partir da lógica. Do ponto de vista teórico seria incorreto afirmar que o tempo lógico visa diretamente ao tempo de duração da sessão. O tempo lógico é o tempo do inconsciente. Neste sentido, em Lacan, não se trata de se ter um compromisso com um tempo curto de duração das sessões. Existem sessões de duração curtas ou longas. Esta, precisamente, é a questão: o tempo de duração não é fixo e não se conta em minutos. Deve ser “contado” pelos cortes no discurso propiciados pelo analista. O corte, para Lacan, tem efeito de interpretação, precipitando o momento de concluir. Assim, nesta perspectiva, não se trata de *encurtar as sessões*, o que no plano fenomenológico pode ser assim apresentado, mas, sim, de *cortar as sessões*, mesmo sabendo que o corte no discurso do analisante não implica, necessariamente, no fim das sessões. Tal corte mantém sua íntima ligação com o legado descoberto por Freud e que alude ao sujeito do desejo.

O corte das sessões baseia-se no movimento que alude aos tempos de parada e escansão bem marcados no sofisma. “De que essas instâncias do tempo são constituintes? Do processo do sujeito de pura lógica” (PORGE, 1998, p. 90). No sofisma, o sujeito que advém com a

conclusão é um sujeito dessubjetivado, na medida em que rompe a ligação de suas possibilidades com os outros, através de um ato, não sendo mais possível identificá-lo a um dos três prisioneiros, visto que todos concluem juntos e ao mesmo tempo. Poder-se-ia dizer que esse é um sujeito acéfalo, que não se identifica com o *um* (que lembra a ideia de indivíduo social), mas do *um a mais*, que remete ao objeto a, ou seja, que está fora da cadeia de significantes e implica na causa de desejo, ou, mesmo, do *um* significante que representa um sujeito (que não é necessariamente um dos três presos, mas o efeito sobre os três, produzido pela asserção sobre si) para outro significante. O *um* aqui não coincide com o um pessoa, indivíduo ou mesmo unidade orgânica.

O conceito de sujeito passa por um processo de formalização constante e modifica seu estatuto conforme Lacan avança com sua teorização. Nos anos 50 é o sujeito articulado à fala, designado pelo registro do simbólico, ou seja, o sujeito é aquele que fala para outro sujeito mediado pela linguagem enquanto lugar do Outro. Depois, no início da década de 60, o sujeito é aquele que é representado por um significante para outro significante. Nesta definição, o sujeito se torna um termo lógico (Porge, 1998), não sendo mais definido a partir da relação sujeito a sujeito, e, sim, caracterizado sempre como suposto, impedindo sua substantificação. De todo modo, o percurso de Lacan mostra que a categoria de sujeito é por ele encarada de um modo específico, em que, a partir do tempo lógico, “o sujeito só é sujeito quando é capaz de experimentar, em si mesmo, algo que o ultrapassa, algo que o faz nunca ser totalmente idêntico a si mesmo” (SAFATLE, 2009, p. 79). A asserção sobre si é acéfala, tornando o registro do real presente no próprio movimento de produção do sujeito.

O que somos para o Outro da linguagem escapa à linguagem e nosso ser de gozo permanece assim indefinido. Somos o primeiro x, operador eficiente, mas não sabido, de tudo que podemos saber. O que podemos fazer, o que podemos dizer, nossos pensamentos, permanecem assim para nós mesmos sempre surpreendentes, porque o lugar de onde nossos atos partem, nosso centro mais íntimo, é também o que não conhecemos (POMMIER, 1990, p. 25-26).

Pensar a psicanálise a partir das etapas do desenvolvimento teórico freudiano e lacaniano leva à constatação de que o campo pulsional, com o passar do tempo, ganha privilégio na teoria

psicanalítica. Por conseguinte, o registro do real ganha destaque, visto sua indissociabilidade da pulsão. Ambas as noções passam a estar no centro das possibilidades de se pensar a experiência psicanalítica.

5.4.1 A lógica do ato

O sofisma é concluído por intermédio de um ato. Que quer dizer tal afirmação? É necessário, pois, avançar em relação ao ato, cuja relevância se evidencia no comentário de Gonçalves (2008, p. 163), para quem não se pode pensar o texto *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada* “sem se referenciar o ato, que só se dá pela intervenção do analista, quando descentra a demanda em relação ao que a causa, ficando do lado da relação do sujeito com o objeto ‘a’”. O objeto a, estando fora da cadeia significativa, remete ao ato, na medida em que a função do analista relaciona-se com o objeto que torna presente a pulsão, o objeto a, causa de desejo. Tem-se então, como consequência direta, que a solução do sofisma não se dá por intermédio da intersubjetividade, mas da relação dos sujeitos com o objeto a.

Nesta perspectiva, o corte enquanto ato caracteriza a presença do analista. É este, com o seu manejo, que possibilita a atualização da “realidade transferencial”, não no sentido de repetição significativa (autômaton), onde o analista encarna os Outros que constituem a série pertinente ao analisante, mas o encontro faltoso, tiquê, que se articula diretamente com o objeto a. “O Ato é um dizer que responde neste ponto, onde o Outro faz falta; origina-se pois do real, mesmo que seus efeitos estejam, às vezes, no simbólico” (SOLER, 1991, p. 67). A análise não possibilita dissolver o vínculo do sujeito com os objetos que causam desejo, mas pode modificar algo em relação a tais vínculos, permitindo que deem sustentação a experiências que não se restrinjam à repetição significativa.

Segundo Quinet (2007), no “corte da sessão, o analista testemunha a função do objeto a como agente da certeza antecipada do tempo lógico” (p. 70). Sendo assim, a interrupção do discurso do analisante mantém relação estreita com a transferência e é da ordem da interpretação, pois visa ao objeto causa de desejo. Este momento implica no encontro do analisante com o seu desejo. Neste sentido, é possível dizer em acordo com Fingermañ (2008) que na análise extrai-se da repetição Kairós, o momento oportuno, aquele característico pela manifestação do sujeito do desejo.

No que diz respeito à direção da análise, esta discussão aumenta sua relevância. O corte torna presente a finitude, implicando em um

modo de operar na análise (por parte do analista) e nos efeitos que se pode esperar de tal experiência. Sobre isso, Lacan (2003/1967, p. 251), ao falar da análise enquanto constituição de uma experiência original, menciona que deve-se “levá-la ao ponto em que nela figura a finitude, para permitir o *a posteriori*, efeito de tempo que, como sabemos, lhe é radical”.

“O tempo é um real com o qual a psicanálise tem particularmente de se haver. A tal ponto que, parece-me, se deveria, como Lacan nos sugeriu no fim de seu ensino, encarar o tempo como uma das presenças do objeto a.” (NOMINÉ, 2008, p. 14). Cabe aqui tal advertência, visto que a discussão do tempo lógico considera a noção teórica lacaniana *objeto a*, mesmo levando em conta que não são as contribuições teóricas de Lacan de seus últimos anos, que tira as maiores consequências do objeto a na clínica, que serão privilegiadas neste estudo. Lembramos, pois, conforme já apontado no capítulo II, que o recorte proposto neste trabalho é o Lacan da década de 1950 e início da década de 1960. Depois deste período pode-se testemunhar um longo percurso de Lacan em relação aos seus desenvolvimentos teóricos, incluindo, o conceito de objeto a.

Conforme o sofisma apresenta, não há subjetivação do ato no momento mesmo em que ele acontece. Ao contrário, neste momento se apresenta o sujeito dessubjetivado. O ato se dá de forma independente de qualquer sentido, sendo possível subjetivá-lo somente depois, ou seja, o ato pode ser entendido como um tempo sem pensamento. O momento de concluir apresenta o ato como definidor do rumo em que os sujeitos se articularam para resolver o problema. A asserção sobre si decorre do ato, que, como já dito, é acéfalo, “pois o sujeito não é agente de seu ato, ele é agido” (QUINET, 2007, p. 105), remetendo à ideia de que o sujeito é onde não pensa, ou se pensa não age. O ato existe fora do significante, por isso o sujeito não é agente do ato.

Ele é agido, pois não é o percurso realizado até o ato que o garante como um resultado que dali decorre. O ato se impõe, cortando o próprio processo, que no sofisma se traduz pelo raciocínio, e seus avanços, estabelecido pelos prisioneiros. Neste sentido, o ato é promotor de ultrapassamento, visto que o sujeito sofre modificações que implicam no fato de nada continuar a ser como antes. Assim, o ato não é uma ação qualquer, apresentando um caráter de acontecimento inaugural (PORGE, 1998).

No item anterior pôde-se verificar que o sofisma não versa sobre uma lógica do tempo, e sim sobre lógica e tempo. Agora, é possível afirmar que se trata da lógica de uma ação que, pela antecipação no

movimento dedutivo, conclui-se como um ato, permitindo apontar que não se trata de uma lógica do tempo, mas sim, uma *lógica do ato* (PORGE, 1998). O tempo lógico trata da lógica do ato. A verificação trazida pelas escansões não é externa ao movimento lógico. Sendo assim, a certeza constituída na resolução do problema implica numa lógica da ação sobre o próprio problema, que culmina no ato. Por isso, antes o ato e depois a certeza da asserção, caracterizada pelo próprio movimento dos três prisioneiros, a partir dos três tempos, implicando na saída deles da sala.

O corte no discurso do analisante remete ao manejo do tempo na transferência. Parar o fluxo discursivo em momentos específicos, pontuais, e, por isso mesmo significativos, indica a ação, através do corte, de marcar uma diferença que se caracteriza por um antes e um depois, pondo o analisante a trabalhar em busca da significação. Vê-se, portanto, a indissociabilidade dos tempos promulgados por Lacan com seu tempo lógico. A intervenção do analista visa a precipitar o momento de concluir, que se dá pelo tempo para compreender e é sucedido por ele, na medida em que o sujeito novamente se põe a trabalhar, caracterizando o próprio da *perlaboração*.

Com o tempo lógico têm-se algumas consequências diretas para a condução da análise. Lacan incluiu na experiência analítica o tempo como instrumento, articulando-o à intervenção do analista. Dentre estas, na perspectiva do corte da fala, ele interrompia a sessão antes dos 50 minutos estipulados pela Associação Psicanalítica Internacional (IPA), fato este que contribuiu, inclusive, para sua expulsão desta associação. A IPA tomou as regras ditadas por Freud – já anunciadas, pelo próprio fundador da psicanálise, com o argumento que elas assim estavam postas, pois lhe convinham, não se posicionando contra outras perspectivas de atuação desde que fundadas nos princípios teóricos da psicanálise – como normas de padronização.

É relevante considerar, então, que as “ditas sessões curtas” de Lacan não se prestam a se tornar uma outra formatação de norma padronizada. “No se trata de situar una preeminencia de la sesion corta en la tecnica analitica. Cualquier postulado técnico en relacion al tiempo implica una prescripcion y lo transforma en standard” (IZCOVICH, 2008, p. 40). Como contraponto às regras ditadas pela IPA, corre-se o risco de erigir outro conjunto de regras que formatariam os modos de se proceder na análise, no caso, que cristalizariam as sessões em sessões curtas.

O interesse desta discussão para o presente estudo não se evidencia pelo fato de tomar como foco a duração das sessões, mesmo

reconhecendo que tal fenômeno tem implicações para a discussão sobre o tempo na direção da análise, pois, inclusive, marca uma forma de conduzir a sessão, especialmente seu fim. O que interessa mais diretamente aos objetivos da pesquisa é a improcedência de pautar a condução da análise em um tempo standard, um tempo fixo, burocratizado pelos ponteiros do relógio, tomando este como ordenador do manejo da transferência. Se tudo se passa em torno de instantes que têm o rigor de definir posições subjetivas, instantes estes que não podem ser previstos, portanto, que ocorrem de golpe, causador da sensação de surpresa, torna-se improcedente articular tal “realidade”, que assim se funda, na realidade do tempo do relógio. Esta discussão envolve, portanto, a relação do corte com o sujeito e como isso se dá por intermédio de um ato.

A perspectiva do corte tem, pois, relação intrínseca com o manejo da transferência e esta remonta à “realidade” do inconsciente. Ora, nesse sentido, toda questão técnica pauta-se em uma ética, aqui, no caso, a ética do desejo inconsciente. “A escansão das sessões, sua frequência, a duração das análises se referem não à técnica, mas à ética que comanda a operação da transferência: ‘relação essencialmente ligada ao tempo e ao seu manejo’” (FINGERMAN, 2008, p. 09).

Com o sujeito dessubjetivado apresentado pelo sofisma do tempo lógico, tem-se uma proposição que não se articula somente ao simbólico, sujeito constituído a partir da relação do sujeito ao campo do Outro. Aliás, o momento de concluir caracteriza-se pelo fato de interromper a sucessão de significantes marcada pelo saber suposto ao Outro. O ato que produz o momento de concluir, ao interromper a diacronia da associação livre, põe em suspensão este Outro. Esta é a lógica do ato em ação na análise.

5.5 O TEMPO LÓGICO E A DIREÇÃO DA ANÁLISE

O tempo na direção da análise está de acordo com o tempo do inconsciente. No entanto, sabe-se, desde Freud, da inalterabilidade do recalcado e de que o inconsciente é atemporal. O tempo “marca uma ruptura no ser temporal e histórico no a-temporal do sujeito do inconsciente” (CHATELARD, 2008, p. 10). Como entender esta específica temporalidade? Como articular o tempo da análise ao tempo do inconsciente se o tempo deste último marca-se pela atemporalidade? Com relação a isso, Fingermann (2008, p. 34) argumenta que onde

“Freud descobre a intemporalidade, Lacan produz a a-temporalidade³⁴, que ele põe em função na direção da cura com o ‘tempo lógico’”.

É importante ressaltar um detalhe relacionado aos dois termos utilizados na afirmação da autora: Freud *descobre* a intemporalidade e Lacan *produz* a a-temporalidade na direção da análise. Freud *descobre*, pois funda o campo que se sustenta na ideia de inconsciente, e aquilo que provém do recalçado não coincide com o que pode ser apropriado pela consciência. Ou seja: o tempo referenciado na ideia de recalque é específico. É um tempo próprio, que na experiência analítica implica no próprio tempo do inconsciente. A intemporalidade descoberta por Freud demonstra-se nas manifestações do inconsciente, que sempre rompem com a metonímia significativa. Seu caráter intemporal fundamenta-se na dificuldade de se identificar uma continuidade, inviabilizando a perspectiva de uma história linear. Como já dito, a manifestação do inconsciente tem caráter irruptivo, de descontinuidade.

Já Lacan *produz* a atemporalidade através do ato analítico e do confronto do sujeito com o real. Escrito desta forma, com o “a” separado (a-temporalidade), liga-se a ideia de atemporalidade ao conceito de objeto a, causa de desejo. Neste sentido, a atemporalidade é produzida em transferência a partir da função do analista, considerando o tempo lógico, justamente por ser o tempo que demonstra a *produção* do sujeito.

Para Nasio (1993) o *objeto a* é um dos mais notáveis exemplos da álgebra lacaniana, que ao invés de resolver um problema, frente à impossibilidade de fazê-lo, dá-lhe um nome. O objeto a designa uma ausência, uma impossibilidade, ficando de fora do conjunto significativo. A ordem simbólica implica que todos os significantes são regidos pelas leis da lógica significativa. O objeto a escapa a essa lógica. O objeto a, “[...] o objeto da psicanálise, é o único que ex-siste e insiste em dar a volta em torno da falta estruturante” (CHATELARD, 2008, p. 204).

O ato do analista, seu corte do discurso do analisante, causa efeitos de sujeito, possibilitando o desprendimento do sujeito em sua suposição no Outro. Este tipo de manejo na clínica analítica envolve um modo particular de encarar a atemporalidade do sujeito do inconsciente. Freud marca toda sua imprevisibilidade e sua falta de articulação com as intenções conscientes. Lacan, com sua concepção de sujeito ligada a linguística, ao discurso e a fala, fundamenta justamente através da fala e

³⁴ Até agora tem-se utilizado ambos os termos – atemporalidade e intemporalidade – sem diferenciá-las, entendendo-as, portanto, como sinônimos.

seu corte, a produção do sujeito. O corte tem relação com o objeto a, na medida em que ele é o objeto desejado pelo sujeito e que se furta a ele a ponto de não poder ser simbolizável e que ao ser articulado com a transferência confere-lhe seu aspecto real. O objeto a remete ao objeto de desejo que se esquivava e que ao mesmo tempo é a causa do desejo.

O tempo na direção da análise diz respeito justamente ao enfrentamento da atemporalidade do inconsciente, incorrendo, com isso, na produção de um novo, inédito, que se baseia não na superação da atemporalidade, mas na articulação com o que daí advém, de outras posições subjetivas e novas possibilidades relacionadas ao sintoma. Sobre a ligação do conceito de inconsciente e o tempo na análise, Soler designa que:

O inconsciente não conhece o tempo, insistência indestrutível, que ele se manifesta, contudo, em uma pulsação temporal que lhe é própria (o tema é freudiano), que, entretanto, ele quer tempo para se manifestar na sessão (tema pós-freudiano) ou que, ao contrário, trabalhador jamais em greve, ele tem todo o tempo, pois não conhece os muros da sessão (tema lacaniano). É que a concepção que se faz do inconsciente é solidária com a do tempo analítico (SOLER, 2008, p. 07).

A experiência psicanalítica serve-se da palavra para operar “a cura” no transcorrer de uma análise. Tal operação identifica-se com efeitos produzidos a partir da escuta do inconsciente, carecendo estar atrelada à função do tempo e, portanto, a cadeia significativa e aos efeitos de significação. Ao realizar a operação de corte na fala, às vezes ligado ao término da sessão, o analista visa quebrar uma ordem estabelecida que implica na estagnação dos sentidos. O corte produz um hiato na fala contínua e permite que se produza o efeito criador do significante.

O corte no discurso é fruto da escuta do analista. É ele que, aliado ao tempo oportuno, propicia este tipo de intervenção envolvida na causação do sujeito. Reconhecido isso, é possível afirmar que a direção da análise relaciona-se com o fato de topar com uma temporalidade produzida na própria análise, coerente com os tempos de acontecimentos singulares produzidos em transferência, pelo manejo dela pelo analista e pelo trabalho do analisante. “A transferência é um tempo de realização dos acontecimentos psíquicos. Ela lhes dá presença em todas as suas ressonâncias temporais” (LE POULICHET, 1996, p. 09). Portanto, a

temporalidade da análise evoca a presença dos acontecimentos psíquicos em transferência.

O andamento “de uma análise do começo até o fim resulta do seu ‘tempo’, recortando instantes que isolam sequências, que produzem consequências. O ‘Tempo’, conduzido pela batuta do desejo do analista, produz o tempo de uma análise, a medida de sua duração” (FINGERMAN, 2008, p. 33). Este tempo é retratado no sofisma. O sofisma apresenta o surgimento do sujeito que conclui a partir de sua falta de saber. Na sessão analítica é isso que ocorre. “Toda a questão é saber como concluir onde há falta de saber” (GONÇALVES, 2008, p.163). O tempo cronológico perde importância na direção da cura. A conclusão se dá orientada por um acontecimento, um ato, onde há falta de saber e é coerente com o tempo lógico, ao permitir que após o momento de concluir uma subjetivação possa se realizar.

São, portanto, os instantes (de ver e de concluir) que cortam a articulação significativa (tempo para compreender), produzindo novos direcionamentos para os discursos em curso na análise. O tempo para compreender desdobra-se na construção de significações. Estas, por sua vez, dão-se somente através do suporte do Outro. O momento de concluir implica no rompimento instantâneo com tal suporte. O instante rompe com a continuidade, apresentando o caráter de inovação nas possibilidades de o sujeito significar. Interessa, pois, ressaltar que o instante pode propiciar este “novo” somente enquanto contraponto, portanto, necessariamente articulado à continuidade metonímica. Senão, há que se considerar a inviabilidade do efeito de corte, pois seria corte de quê?

Ao dar destaque ao instante, Lacan enfatiza a relação do tempo com a finitude. Ele não é destacado por seu atributo processual, que bem poderia ser caracterizado por etapas que em última instância constituiriam o próprio processo, mesmo considerando-o como um movimento dialético, marcado pelo ir e vir e as conclusões que daí decorrem. Ainda assim, considerando este caráter processual, o que está em jogo para Lacan com a teoria do tempo lógico é o rompimento marcado pelo instante e não o processo que teve como consequência um resultado. Neste sentido, quebra-se com a ideia de uma continuidade.

Como contraponto que pode ilustrar esta concepção de tempo posta em jogo na análise a partir de Lacan, cabe aproveitar os estudos de Gondar, em seu texto *Winnicott, Bergson, Lacan: tempo e psicanálise* (2006) onde esta autora compara o tempo na clínica na perspectiva de Winnicott e Lacan, concluindo que existem diferenças marcantes que

fundamentam a ideia de que se tratam de duas clínicas (psicanalíticas) distintas.

Abordar o tempo de formas diferentes incorre em estratégias clínicas diferenciadas. No entanto, não é demais alertar que tal atitude frente às várias clínicas psicanalíticas pode incorrer numa perspectiva hierarquizante, que desconsidera a pluralidade e pode apresentar de forma tendenciosa uma clínica como verdadeiramente psicanalítica, em detrimento de outras.

Retomando, pois, as diferenças entre Winnicott e Lacan sobre a abordagem do tempo, tem-se que o primeiro, um psicanalista inglês e portanto imerso numa tradição empirista³⁵, diferente da tradição racionalista francesa, enfatiza uma concepção processual de tempo, marcando os acontecimentos que constituem o próprio processo, valorizando a *continuidade*. Neste sentido, o trabalho em análise é caracterizado por um conjunto de acontecimentos que deixam transparecer uma perspectiva de tempo que valoriza as situações que passam. Aqui, fica demarcado o tempo enquanto extensão.

Em sua pesquisa, Gondar (2006) alerta que Winnicott não escreveu de maneira explícita sobre o tempo, sendo necessário, portanto, desentranhá-lo da teoria winnicotiana. Ela alude especialmente à combinação de duas ideias feitas pelo autor, a *continuidade*, marcando o privilégio da duração em relação ao instante, fundamentando a concepção de estágios de desenvolvimento emocional, e a *heterogeneidade*, a diferença. A passagem pelos estágios, segundo o autor, não se dá por rupturas ou momentos críticos, mas, sim, por uma relação de continuidade, marcada por um ambiente suficientemente bom que dará sustentação ao processo de desenvolvimento. Vê-se que tal ideia é coerente com uma concepção processual de subjetividade, sendo que as diferenças possibilitadas pelo processo não se dão entre lugares, pois eles se caracterizam como os pontos de chegada do processo. As

³⁵ Na história da filosofia, o *empirismo* surge como contraponto ao *inatismo*. Os empiristas apregoam a ideia de que a razão, a verdade e as ideias são adquiridas através da experiência. Antes da experiência, a razão é uma “tabula rasa”. Na história da filosofia muitos filósofos defenderam a tese empirista, mas os mais conhecidos são os filósofos ingleses do século XVI ao XVIII (Chauí, 1998). Os empiristas ingleses mais “famosos” são: Francis Bacon, John Locke, George Berkeley e David Hume. Winnicott é ligado à esta tradição por Jô Gondar em seu artigo. Enquanto empirista, Winnicott não está preocupado com leis universais, transcendentais à subjetividade, que constituiriam e organizariam o campo subjetivo. Nesta perspectiva a constituição da subjetividade não considera, por exemplo, o campo do Outro. Ela se dará no campo de experiências.

diferenças se dão no próprio processo, pois há um contínuo diferenciarse.

Está em jogo, portanto, a preponderância do processo (Winnicott) ou do instante (Lacan). Como se prioriza a segunda perspectiva neste trabalho, cabe retomar a mesma autora citada anteriormente, sobre o aspecto do instante que pauta o tempo em sua relação com a finitude:

A finitude faz um apelo, convoca o sujeito a se posicionar, a dizer quem ele é. Se me dou conta de que sou finito, de que não tenho todo o tempo do mundo, é melhor me posicionar de uma vez, dizer a que vim, afirmar logo o meu desejo. Para Lacan, não sou finito porque vou morrer um dia e admito que esta morte seja certa – pois isso só diria respeito ao meu ser, independente de minha relação com os outros. Sou finito porque preciso do outro para me posicionar, porque não me totalizo, porque não tenho todos os sexos ou todas as cores: alguns carregam discos pretos nas costas enquanto outros carregam discos brancos, e devo me responsabilizar e me arriscar pela minha parte. De fato, não sei qual foi a cor do disco colocado às minhas costas, pois isso não dependeu de mim; porém depende de mim afirmar a minha condição. E afirmar a minha condição é afirmar a condição da minha liberdade. Assim, é enquanto sujeito finito, sexuado, incompleto que me afirmo (GONDAR, 2006, p. 112).

O tempo lógico, esta estrutura temporal da certeza antecipada, ao ser introduzida na prática analítica, contrapõe o tempo do neurótico (QUINET, 2007), pois este vive sempre em descompasso com a hora de topar com a verdade que diz respeito ao seu desejo. Seja cedo demais ou postergando, o neurótico vive o contínuo desencontro com seu desejo por sua própria estrutura: o desejo é o desejo do Outro. Na análise, a partir da temporalidade lógica anunciada por Lacan, esta suspensão ao tempo do Outro é cortada quando o sujeito declara ser, a partir da asserção sobre si.

Esta clínica, que considera o corte no manejo do analista, valorizando o instante, revela um panorama em relação à situação analítica bem diferente daquele identificado nos idos de 1914, época em que Freud apresentou à clínica a perlaboração. Se então ela se articulava com a ideia de enfrentamento das resistências, nesta clínica mais

contemporânea, qual a razão de sua existência? Se é que a intervenção não visa à contínua produção de novas versões evidenciadas pela proliferação de sentidos, que poderiam correr ao infinito, como identificar a perlaboração numa clínica que visa se encontrar com o finito? Tais questões serão abordadas no próximo item.

5.6 PARA ALÉM DA PERLABORAÇÃO?

O momento de criação, que envolve a produção do novo, dá-se no regime de urgência. No sofisma isso se explica pela função da pressa e pelo momento de concluir. Neste sentido, o sofisma, mesmo considerando a articulação dos três tempos, prioriza o momento de concluir em relação ao tempo para compreender. Aliás, a própria intervenção do analista visa a cortar as hesitações do sujeito fazendo-o topar com seu desejo através da precipitação que implica num efeito de verdade.

A perlaboração, remanescente da clínica que evidencia a arte da interpretação, ligada à descoberta do sentido latente dos dizeres do analisante, é uma das instâncias constituintes de uma temporalidade, o tempo lógico, que introduz uma clínica onde o real passa a orientar a intervenção do analista, visto que a interpretação do sentido latente inclui a perspectiva de se considerar um núcleo de real que sempre se presentifica na transferência e que não pode ser simbolizável. *Junta-se à interpretação, no que diz respeito ao fazer do analista, sustentar o lugar de causa.*

A função simbolizadora em jogo numa análise está no cerne dos processos de interpretação. Mas, Lacan insiste que o processo de simbolização não deve apenas completar lacunas de uma história, ideia que remete ao modo de operar para Freud em 1914. “A simbolização deve levar o sujeito a se reconhecer lá onde o desejo está sempre *em falta* em relação aos objetos e representações, ela deve permitir uma subjetivação da falta-a-ser do desejo.” (SAFATLE, 2009. p. 50).

As palavras têm limites para evidenciar a verdade, restando sempre algo que não pode ser dito. Topar com esta constatação, só possível a partir do conceito de real, implica em bancar a cada sessão a finitude, através da valorização do instante, e implica, também, em reconhecer um fim de análise possível, que traz sua marca em cada sessão, pois o limite do dizível se apresenta em cada sessão e também no final da análise. Mas, cabe asseverar que o fim possível não é previsível, justamente pelo indeterminado característico do tempo para compreender. Aliás, todas as tentativas de Freud em fixar um tempo

para análise fracassaram e algumas tiveram consequências de grande monta, visto o caso do homem dos lobos³⁶.

Sobre a duração da análise vale até os dias atuais a resposta dada por Freud: “Ande”. Neste ponto do trabalho poderíamos tomar esta indicação de Freud e considerá-la próxima do sentido conceitual adquirido pela perlaboração na análise. Dizer “ande” é coerente com dizer: “trabalhe”. “Associe livremente”. “Fale”. Tais indicações podem ser diretamente referidas ao trabalho da transferência. A *Durcharbeitung*, neste sentido, vem marcar a importância da transferência, enquanto lugar onde a realidade do inconsciente é posta em ato.

“O tempo de uma análise é o de uma transferência que se conta em tempo lógico. Talvez a implicação decisiva de se investigar o tempo em análise seja a determinação de momentos de passagem” (GONÇALVES, 2008, p. 162) que caminham na direção do momento de concluir, que se dá com o Outro, e, através do ato, apresenta o sujeito só. Falar do Outro remete à transferência. É na transferência que a atualização da “realidade” inconsciente permite identificar que o sintoma, e outras formações do inconsciente, se desdobram através da repetição e que são, com efeito, atualizações dos modos de relação que o sujeito estabeleceu com o Outro.

É na transferência que se inscrevem estes modos de criação e repetição da relação do sujeito com o Outro. O *tempo para compreender* enquanto tempo do trabalho historicizante do sujeito, que remete ao campo da diacronia, do S2, da metonímia, versa sobre a experiência

³⁶ O caso do Homem dos Lobos tornou-se célebre por sua relevância teórica, sendo considerado, segundo texto da tradução das Obras completas de Sigmund Freud para o português (1996), o mais elaborado e o mais importante de todos os casos clínicos de Freud. Sua popularidade, no entanto, deveu-se também as consequências clínicas da condução do caso, que implicaram na ligação deste jovem russo com a psicanálise durante toda sua vida, recebendo por isso, a alcunha de “paciente da psicanálise”. Lacan toma o caso para discutir o tempo para compreender (perlaboração) e defender a imprevisibilidade do fim de uma análise. Ao assegurar que a duração da análise “só pode ser antecipada para o sujeito como indefinida (LACAN, 1998/1953, p.311) por uma limitação do próprio campo (psicanalítico), visto que o “fator psicológico” constituinte do próprio campo, o qual alude ao inconsciente, escapa do controle do analisante e analista. Fixar um prazo para o término da análise, manobra realizada por Freud no caso do Homem dos Lobos, só serve para alienar o sujeito de si próprio, pois o prazo de sua verdade já se encontra dado. Como fixar um prazo se o que caracteriza tal verdade é o imprevisível? Para o analista, sancionar um prazo com sua autoridade, instala a análise “[...] numa aberração, que será impossível de corrigir em seus resultados” (LACAN, 1998/1953, p. 311).

dessa repetição (autômaton), enredada no campo do Outro. No entanto, há que se considerar o núcleo real da repetição, tichê, que corta a continuidade do tempo significativo, confrontando o sujeito com o real, com o tempo regido pela pulsão.

A análise, dispositivo que visa a transformações ligadas à posição subjetiva do analisante, carece de um tempo instaurador de passagens que implicam em transformar as formações imaginárias – caracterizadas por sua cristalização, ou seja, pelo fixo que representam – em movimento que vai além dos impasses narcísicos existentes na análise, permitindo ao analisante realizar a “travessia” que implica no próprio fim da análise. Tais tempos instauradores de passagem não se dão com o passar do tempo, mas nos tempos acionados pela análise (LE POULICHET, 1996). É a mesma autora quem afirma tratar-se “de abrir no tempo os tempos da transferência, que são tempos de transposição e de transformação” (LE POULICHET, 1996, p. 08), que privilegiam os acontecimentos psíquicos. Aliás, é na transferência que tais acontecimentos encontram seu lugar. Neste sentido, a transferência é “um tempo de realização dos acontecimentos psíquicos” (LE POULICHET, 1996, p. 09).

Nesta *experiência subjetiva* chamada análise (BERNARDES, 2003), o analisante, através de suas palavras e a forma que as anuncia, coloca em cena a realidade do inconsciente, a qual vez por outra dá-se a reconhecer através das formações do inconsciente. Uma forma de entender tal situação envolve diretamente o termo tempo, pois a fala conexa é atravessada a todo momento por temporalidades que a interrompem, e mesmo, se escutadas, colocam em cena as condições de possibilidade de novas articulações, que implicam no surgimento de novas narrativas sobre si. “Cada acontecimento psíquico é então constitutivo de um tempo de transferência em que ele encontra seu lugar de ressonância e de transformação, entre o analista e o analisando” (LE POULICHET, 1996, p. 28). A transferência é o tempo em que as temporalidades dos acontecimentos psíquicos têm vez.

Freud anuncia em relação ao fim da análise: “Ande”. Cabe ao analisante fazer este percurso direcionado pelos cortes no seu discurso. Antes e depois do corte está a perlaboração, trabalho marcado pela fala implicada do analisante e que o conduz a topar com seu desejo. Ande? Sim, ciente de serem múltiplos os outros fatores em jogo nesta resposta de Freud, diz-se sim, ande, e sabe-se que o ritmo desse passo é cadenciado pelas articulações significantes que ocorrem no tempo para compreender.

Uma análise se dá pela palavra e, ao mesmo passo, pelo limite que ela tem. Se para se reconhecer o sujeito são necessários os significantes, e, portanto, a fala do analisante, sabe-se que sua causa, encarnada em transferência pelo analista (semblante de objeto a), é exterior à cadeia de significantes. O sexual e a linguagem tornam-se estas duas dimensões que estão a todo momento presentes na análise, remontando a própria constituição do sujeito a partir do campo do Outro.

Aliás, a pulsão “é precisamente essa montagem pela qual a sexualidade participa da vida psíquica, de uma maneira que se deve conformar com a estrutura de hiância que é a do inconsciente” (LACAN, 1998/1964, p. 167). Dito de outro modo, considerando a relação entre o sexual e a linguagem, vê-se que a pulsão “deve ser concebida como efeito da demanda do Outro, da linguagem. O movimento pulsional só é compreendido *se e quando* referido à lógica do significante, que dá a estrutura formal do inconsciente freudiano (PACHECO, 1996, p. 50).

A certeza que implica no ato analítico tem consistência apenas lógica, bem representada pelo sofisma dos três prisioneiros. A clínica psicanalítica, a partir da perspectiva do ato, sustenta-se através da lógica, onde o corte do discurso faz surgir o intervalo entre os significantes, propiciando uma escansão não do significante, mas de seu intervalo. Tal intervenção aponta para o não sentido, morada do real, coincidente com o objeto a. Quinet aponta para este “ser de lógica”, indicando que “o paradoxo da psicanálise consiste em chegar a esse ser pela via da linguagem: ele é o que resta do processo como impossível a ser dito” (QUINET, 2007, p. 72).

O tempo lógico valoriza a descontinuidade e o instante. Com a teoria do tempo lógico, Lacan apropria-se de forma diferenciada do *Nachträglich* freudiano, incorporando-o ao tempo de surgimento do sujeito, tempo que se anuncia pelo ato, e, na análise, pelo corte propiciado pelo analista. Se para Gondar (2006, p. 112), Lacan erigiu o *Nachträglich*, ou *après-coup*, “como a temporalidade própria da psicanálise”, para Bernardino (2004, p. 49), “ele concebe uma maneira original de considerar este outro tempo, cujo modelo ele aproxima justamente do registro da linguagem: seria antes num processo retroativo (encontra aí o *Nachträglich* freudiano) que o efeito de significação surgiria, seria um processo lógico”. É a certeza veiculada pelo ato que possibilita novas articulações narrativas com marcas de autoria feitas pelo analisante. Posteriormente é que se pode produzir novos sentidos sobre o que diz respeito ao sujeito, que se produz na

análise de golpe, a partir da descontinuidade do fluxo discursivo que intenta sempre produzir as conexões significantes habituais.

Lacan instituiu o *après-coup* como a temporalidade própria da análise, pois o instante que marca a diferença carece de um segundo momento para que possa articular novos sentidos, fundamentando-o a partir do tempo lógico. O *après-coup* lacaniano remete ao reconhecimento de que “[...] se o ato analítico não visa o sentido, ao contrário visa um núcleo real, sem sentido, isso requer entretanto que se passe pelo sentido, pela associação de ideias” (BERNARDES, 2003, p.154). Dito de outro modo, é a partir do simbólico que se tem acesso ao objeto, portanto, a causa do desejo.

Na análise, a intervenção do analista não visa à subjetivação. Visa ao não saber que acarreta, posteriormente, numa subjetivação. Aqui está marcado um paradoxo em relação à intervenção do analista? Se ainda podemos identificar a presença prescricional na noção freudiana de perlaboração, que implica em “dar tempo ao analisante”, vê-se que suas consequências voltam-se contra a própria prescrição, pois implicam justamente em encarar uma temporalidade que abarca o imprevisível. Lacan, com o tempo lógico, fundamenta este imprevisível no privilégio do instante e no ato, que é incalculável e incontrolável.

Pelo percurso empreendido até aqui com a presente pesquisa, poder-se-ia dizer que Lacan revigora, a seu modo, a aposta na singularidade anunciada no caso a caso? Sim. Em Freud, dar o tempo que cada um precisa na análise diz respeito a aposta feita no trabalho realizado pelo analisante, envolvendo este com o seu quinhão na análise, caracterizando sua “tarefa” que propicia os efeitos analíticos.

Em Lacan, esta aposta se mantém em vigor, com um adendo: está em jogo o tempo que cada um precisa para ser tomado, de assalto, por um tempo que anuncia o momento de concluir. Ou seja, o tempo de cada um, encarado a partir da lógica na leitura lacaniana, e, testemunhado na clínica, comporta o seu próprio limite, anunciado por um ato, que poderá ser “compreendido”, somente depois.

O momento de asserção do sujeito sobre si, que envolve seu desprendimento das formações imaginárias e sua ligação com os outros através da intersubjetividade, implica, em si, o encontro com a diferença. Este sujeito, advindo de sua relação com o real, implica diretamente na pulsão enquanto causa. “O corpo pulsional não é um desvio do corpo natural (animal), assim como a pulsão (*trieb*) não é um desvio do instinto (*instinkt*). Pulsão não é desvio do instinto, é diferença (KEHL, 2002, p. 195).” Neste sentido, a singularidade do caso a caso se relaciona com a diferença produzida na análise.

Em seu texto *A questão da análise leiga* (1996/1926), Freud lança mão da metáfora bélica para comparar a travessia de um terreno por um exército em época de guerra – portanto, com resistência – e o cumprimento da mesma distância por um trem expresso em época de paz. Este último faria o percurso num período de tempo muito menor. Seu exemplo ilustra o argumento de que na análise, por conta das resistências, o analisante precisa de tempo. A perlaboração freudiana envolve a aposta que responsabiliza o sujeito por seu “destino”. As “respostas” que lhe são fundamentais e que evidenciam novas posições subjetivas, cabem a ele próprio e a mais ninguém. Por isso é necessário “dar tempo ao analisante”.

Aproveitando a mesma metáfora, e considerando que a análise não é o terreno em que reina a paz, poder-se-ia dizer, a partir do tempo lógico desenvolvido por Lacan, que o tempo necessário para enfrentar as resistências, que não pode ser deliberadamente reduzido ou eliminado, é definido por instantes que surgem *só e pelo* próprio caminhar neste terreno. São justamente tais instantes que mudam o rumo da “travessia do terreno em época de guerra” e permitem transpor as linhas em que o “inimigo de guerra” tem a função de interromper a passagem. Em vez do apego ao suposto cálculo feito para proceder à travessia, realizado na alienação ao campo do Outro, há a preponderância do desapego que evoca o contingencial e o aceite de estar exposto ao real e ao seu efeito de ruptura.

Tomando a metáfora da travessia como sendo a própria análise, é possível reconhecer que a travessia nunca se completa de todo, na medida em que “sempre é época de guerra”. “O final da análise não é o sujeito realizado, mas o sujeito advertido daquilo que impede sua realização” (VEGH, 2001, p. 70). A travessia na análise, que compreende um final (possível) que implica na mudança de posição do sujeito em relação a algo do real que não se move, não permite desfazer a divisão do sujeito, mas permite que ele não responda cegamente ao desejo inconsciente, que é desejo do Outro. Responsabilizar-se por seu próprio desejo é o que é possível no final da análise. Isso implica justamente em reconhecer que não é possível satisfazer plenamente o desejo, restando a tarefa de realizá-lo através do simbólico.

Lacan utiliza por diversas vezes a expressão “ex-siste” para nomear o real. O real ex-siste. O que existe precisa ter nome, portanto carece da ação do simbólico. O real é justamente o que ainda não foi incorporado pela palavra. Claro está, que o simbólico não consegue nomear tudo, portanto sempre sobre um resto de real que não sofreu a ação do simbólico. O ato analítico não tem relação direta com todo este

resto. Ele atinge a experiência residual que se tornou um obstáculo para o analisante. A análise “concentra-se” naqueles “fragmentos do real que podem ser considerados como tendo sido traumáticos” (FINK, 1998, p.45). O traumático sugere fixação, aquilo ao qual a vida do analisante gira em torno, justamente sem poder ser nomeada. A intervenção do analista, atingindo a causa, permite através da linguagem nomear tal significante, deslocando dessa fixidez.

A análise é o percurso que valida ao sujeito, a partir do ato, a “escrita” com as próprias palavras das versões de sua própria história a partir do encontro faltoso com o real, que lhe permite lidar com a liberdade de reconhecer que suas escolhas feitas conscientemente são definidas a partir de uma ordem que implica em um outro tempo. A experiência analítica que ocorre a partir da associação livre, ou *tudo dizer*, encontra-se, na análise, com o *impossível de dizer*. “A virada do saber para a posição da verdade implica no meio-dizer como condição do Bem dizer” (BERNARDES, 2003, p. 165).

O tempo lógico implica de forma direta em várias noções desenvolvidas por Freud relacionadas ao tempo. Foco da presente pesquisa, aponta-se em primeiro lugar a perlaboração, que no percurso lacaniano torna-se uma das instâncias de sua estrutura temporal. Mas sabe-se que a ressonância do tempo lógico não se restringe à perlaboração. Vê-se que seu alcance é maior. Implica também na atemporalidade do inconsciente, pois refere ao recalcado e às pulsões provenientes do isso, bem como às resistências que daí provém e não permitem o abrandamento das resistências do eu serem as grandes responsáveis pelos efeitos esperados numa análise. Além disso, o tempo lógico implica também no *Nachträglich*, a *posteriori*, o tempo da análise, na medida em que é o tempo que permite o reconhecimento por parte do sujeito, através da perlaboração, da asserção sobre si, movimento do tempo lógico.

Vendo tais ligações das teorizações de Lacan e Freud, cabe perguntar, no final deste percurso empreendido na presente pesquisa, se o processo de teorização de Lacan sobre o tempo lógico não revela um forma peculiar de abordar aquilo que ele mesmo nomeou de seu retorno a Freud? Esta expressão diz respeito aos seus esforços de tomar as “descobertas freudianas” em seus valores de raiz, naquilo que lhes confere todo o tom de especificidade. O tempo lógico, conceito criado por Lacan, cumpre esta condição?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Fale!”. O convite para falar é renovado a cada nova análise, envolvendo a aposta em uma ética que foi inaugurada por Sigmund Freud. Esse convite não vem assessorado por nenhuma outra indicação. Não se trata de falar sobre determinados assuntos. Também não é falar coisas que o analista, este outro presente na análise, quer ouvir. Não é falar de si (pois falar é sempre falar de si), nem de coisas importantes, tampouco de passagens significativas em sua própria vida, ou mesmo acontecimentos históricos que considere relevantes. É um convite a uma fala que não visa a passar pela própria crítica antes de ser proferida, não envolvendo uma preocupação com a sintaxe ou coerência das palavras. Simplesmente, fale. Tarefa impossível de ser realizada? De todo, como um ideal, sim. Mas tal proposta, que se sustenta na direção da análise, propicia desde Freud, um tipo de laço social específico.

Este laço social dá lugar a um sujeito também específico. Este sujeito, o sujeito dividido (considerando a barra do recalque), caracteriza-se por ser diferente, e em alguns aspectos oposto ao sujeito cartesiano, o sujeito da representação, racional por excelência. Um sujeito que existe fundado na possibilidade dele mesmo dominar as ideias e as representações que produz. O sujeito psicanalítico rompe com esta definição, caracterizando-se por sempre se apresentar de forma pontual, evanescente, que fratura a conexão das representações conscientes, tornando-se presente a partir de sua característica de não-todo, anunciando uma verdade que é sempre meia verdade. Em Lacan, a manifestação deste sujeito é baseada na cadeia de significantes. É entre significantes que o sujeito pode manifestar-se e, assim, ser reconhecido. Este movimento, que implica em seu reconhecimento pontual, articula o sujeito à cadeia de significantes e à questão temporal.

Por que o sujeito remetido à cadeia de significantes é articulado ao fator temporal? Quinet (2007), ao discutir o tema, afirma que é justamente isso que Lacan faz quando utiliza a linguística, especificamente o algoritmo de Saussure (significante e significado): ele introduz a temporalidade no algoritmo saussurreano. Este permitirá reconhecer o sujeito a partir do encadeamento de significantes, sempre de forma retroativa. O sujeito que é produzido pelo desenrolar da cadeia de significantes, pois nenhum significante isolado pode dizer o que ele próprio é, de forma retroativa, será o efeito de uma pontuação na própria cadeia de significantes. O sujeito, portanto, é o efeito de orientação no tempo na cadeia de significantes.

Existe, no entanto, um *segundo aspecto* sobre a questão temporal, que foi objeto de estudo na presente pesquisa, e é fruto dos desenvolvimentos teóricos feitos por Lacan. Ele articula teoricamente a produção do sujeito na sessão analítica, permitindo um “cálculo” de sua produção, através da função da pressa. Tal função é descrita no sofisma dos três prisioneiros e é parte teórica constituinte de sua discussão sobre o tempo lógico.

Pela discussão do tempo lógico, Lacan sustenta serem três as instâncias constituintes desta estrutura temporal: o instante de ver, o tempo para compreender e o momento de concluir. Este último é o ponto que caracteriza a asserção do sujeito sobre si, o momento ao qual o sujeito declara ser através de um ato. É este, por seu turno, que possibilita a certeza subjetiva que atinge a verdade, podendo, esta última, ser verificada somente depois de sua própria declaração. É, portanto, na urgência do movimento lógico que o sujeito faz precipitar seu ato, indicando ser justamente essa a função da pressa.

Ora, a discussão do tempo lógico interessa muito diretamente à direção da análise, pois o movimento que implica no momento de concluir relaciona-se diretamente ao que fazem na análise tanto analisante e analista, portanto, ao trabalho de ambos. O trabalho realizado pelo analisante – que implica diretamente na articulação de significantes, na historicização implicada em sua fala e que mantém ligação direta com o efeito de significância produzido na análise, onde a flecha do tempo é invertida (o presente define o passado) – é uma das instâncias temporais constituintes do tempo lógico, o *tempo para compreender*.

O tempo para compreender deve ser entendido através do movimento lógico e não pelo cronológico, que assim se apresentaria simplesmente por se estender no tempo, implicando no fenômeno da duração. Na estrutura do tempo lógico, ele é a instância que se estende no tempo, mas que não pode ser entendida sem as outras duas instâncias. Tanto o instante de ver como o momento de concluir são as instâncias que se caracterizam pela instantaneidade, dão-se de golpe e podem ser reconhecidas de imediato. O tempo para compreender, não. É ele que inviabiliza qualquer tentativa de previsão em relação à duração da análise. Com Lacan, seria ele que impossibilitaria também a previsão quanto à duração de cada sessão. A função da pressa, transportada para o interior da sessão analítica, neste sentido, estaria irremediavelmente articulada à esta instância temporal responsável pela produção de novos sentidos, de novos S1 (significantes mestres), os quais possibilitariam novas cadeias de significantes.

Lacan declara que numa análise “é necessário tempo”. Também se referia a esta aceção do tempo através de alusão feita a frase Boileau, poeta francês: “Recolocar nosso trabalho cem vezes no tear”. Ou, “é preciso tempo para desfazer com a palavra o que se fez com a palavra”. Estas afirmações dizem respeito a um tempo, que na análise, envolve o trabalho de analista e analisante, especialmente este último. *Este tempo não pode ser abreviado.*

A duração de uma análise tem relação direta com o trabalho da transferência, implicando no movimento do analisante frente à resistência. A abreviação deste tempo tem como exemplo o caso do *Homem dos lobos*, relatado por Freud, e que bem demonstra as consequências de se prever o término de um processo analítico, que, segundo Lacan (1998/1953), deixa o sujeito na alienação de sua verdade, sempre meia verdade, por não considerar o tempo para compreender do sujeito em questão.

O tempo para compreender coincide com a noção apresentada por Freud em 1914, chamada de *perlaboração*. Já nesta época, ele discute a necessidade de se dar tempo ao analisante na análise. Um tempo que implica no reconhecimento de seu próprio trabalho (analisante) e nos efeitos que daí advém. Em 1914, Freud atribui à perlaboração as maiores mudanças que podem ocorrer na análise, sendo este trabalho que diferenciaria a análise de outras abordagens que se dão pela sugestão. A perlaboração é a inserção do fator temporal na direção da análise.

No entanto, vê-se que este momento em 1914 traduz um modo de se atuar na clínica diferente do apresentado por Lacan pouco mais de meio século depois. Mesmo não adotando uma perspectiva desenvolvimentista, aliás, justamente por isso, colocamo-nos a pesquisar a perlaboração ao lado de outros conceitos estruturantes da prática analítica, apresentando, para este fim, algumas mudanças no corpo teórico e prático da clínica psicanalítica. Portanto, averiguar o termo perlaboração, seus sentidos, e a lógica que imprime a uma prática, envolveu examiná-la nesta pesquisa, em dois momentos diferentes.

O tempo para compreender, instância temporal constituinte da teoria do tempo lógico lacaniano já existe em Freud, e recebe o nome de perlaboração. Na presente pesquisa, partiu-se desta noção apresentada por Freud em 1914 e procurou-se retomá-la a partir de alguns textos de Lacan das décadas de 1950 e 1960 no intuito de verificar qual o estatuto desta noção criada por Freud vista a partir do tempo lógico. Para tanto, foi necessário empreender um percurso que, considerando estes dois momentos, Freud em 1914 e Lacan em 1966, implicou em reconhecer

que se tratavam de períodos que apresentavam duas formas distintas de se entender o que se passa na experiência analítica.

A análise pensada a partir das contribuições de Lacan na década de 1960 permite identificar uma forma específica de se apropriar da relação daquilo que ele próprio convencionou chamar de *sujeito e direção da análise*. O sujeito e a direção da análise, neste contexto, consideram o *registro do real*.

O tempo para compreender envolve duas consequências diretas em relação ao seu próprio limite: em primeiro lugar, não se o vislumbra de antemão. O tempo para compreender é a instância do tempo lógico que se estende e por isso não é previsível. Em segundo lugar, é o seu limite, anunciado de golpe pelo momento de concluir, que permite a asserção do sujeito sobre si.

A teoria do tempo lógico ratifica o lugar dado por Freud à perlaboração e ao mesmo tempo o modifica. Ratifica, pois é ela que caracteriza a temporalidade própria de ação do simbólico, e o modifica, pois há a constatação de que o simbólico perde terreno para o real. Considerar o real na clínica remete a rever o lugar do simbólico. De posse de ambos os conceitos, vê-se que o tratamento analítico avança através da ideia de tratar o real traumático pelo simbólico e esta constatação implica em topar com o próprio limite do simbólico. Há um real que aparece na cena analítica e não pode ser considerado tratável, pois as palavras não alcançam, barrando aquilo que se denominou de eficácia simbólica.

Estas constatações trazem implicações para a prática do analista. Depois do tempo lógico lacaniano, não se trata somente da temporalidade do *tempo para compreender* (perlaboração), necessário para que o sujeito integre uma interpretação, mas um momento de surgimento do novo, produzido pela função da pressa. A “espera” do analista, em Freud, estava ligada ao tempo necessário para o analisante integrar uma interpretação, portanto, era a medida de seu próprio trabalho em análise. Em Lacan, o tempo para compreender é uma das instâncias do tempo lógico, tempo que estrutura o ato analítico, que se dá justamente pelo corte com a metonímia característica do tempo para compreender. Os efeitos da análise a partir do ato analítico não se remetem mais diretamente ao tempo para compreender, reconhecendo-se, no entanto, que o ato analítico não existiria sem ele.

Lacan faz um movimento semelhante ao de Freud, considerando o texto *Recordar, repetir e perlaborar*, de 1914, e a retomada do conceito de compulsão à repetição em sua relação com a pulsão de morte, em *Além do princípio do prazer*, de 1920, demarcando a

centralidade da pulsão para se pensar o sujeito do desejo e a própria análise. Qual a semelhança em relação à Lacan? Ele também leva tempo para dar este lugar central à pulsão.

Num primeiro momento, ele fundamenta a direção da análise a partir da linguística, fato fundamental para se entender a lógica inerente às formulações freudianas. O psicanalista francês retoma os preceitos freudianos e ao articulá-los aos fundamentos da linguística moderna consegue apresentar a categoria de sujeito como puro efeito de linguagem, um sujeito sem substância. Mas, com o tempo, verifica a insuficiência de seus achados teóricos, tomando como mote a constatação de que o inconsciente estruturado como uma linguagem não pode ser causa de si mesmo. Há algo que não se inscreve e remete ao traumático. Este real torna presente a centralidade da pulsão e sua condição de causa, sabendo-se, pois, que ela está situada fora do domínio do simbólico.

Na teoria lacaniana, a pulsão ficou no ostracismo por certo tempo, sendo referida apenas como efeito da causa significativa, negligenciando-se, em certa medida, a participação da pulsão na criação de novos significantes. Depois, Lacan a toma em seu lugar central. Contudo, somente a partir do trabalho evidenciado pela articulação significativa é que se pode identificar o que é impossível de ser apreendido (pelo simbólico), permanecendo como elemento externo à cadeia de significantes, funcionando como causa.

O tempo lógico acompanha estes desenvolvimentos teóricos. Em sua primeira versão considera a primazia do simbólico. Em 1966, vê-se um texto com significativas mudanças, que intentam dar conta destas novas possibilidades apresentadas pelos avanços teóricos de Lacan. O sujeito da asserção sobre si, acéfalo, causado pelo objeto externo a cadeia significativa (objeto a) é um sujeito produzido pelo pulsional enquanto causa. Este é o próprio do momento de concluir. É a partir da conclusão que novos significantes podem ser produzidos, envolvendo, novamente, o tempo para compreender e o simbólico.

O percurso do presente trabalho permitiu reconhecer que tanto Freud quanto Lacan, do início ao fim de seus desenvolvimentos teóricos, se preocuparam com a questão tempo, abordando-a de diversas formas, sendo que várias destas discussões tiveram implicações diretas para a direção da análise. Coube a Lacan, no entanto, a formular um conceito relacionado ao tempo (tempo lógico) que estruturaria o ato analítico.

Pesquisar sobre o tempo na direção da análise é, em certa medida, perguntar-se pelo lugar que a psicanálise ocupa socialmente. É

questionar sobre a efetividade da proposta de tratamento criada por Freud nos dias de hoje. É refletir sobre por que pessoas tornam-se analisantes, dispondo seu tempo, que contemporaneamente é premido pela aceleração, para falar de suas questões e com isso produzir efeitos que implicam numa certa liberdade em relação às demandas que advêm do campo do Outro. Com isso, aqueles que se deitam no divã, perdem ou ganham seu tempo? Os dois?

Manoel de Barros, poeta brasileiro, em seu *Livro sobre nada* (1996) escreve: “As palavras me escondem sem cuidado”, para logo após declarar com sua poesia: “Aonde eu não estou as palavras me acham”. Isso leva tempo. Na psicanálise, um tempo que não se conta em horas. Apenas: se conta.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Tuila Martins Melo. **O sujeito “banido do calendário”:** considerações sobre tempo e história em psicanálise. / Tuila Martins Melo Barbosa. Orientado por Anna Carolina Lo Bianco. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2006. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Rio de Janeiro, 2006.

BERNARDES, Ângela Cavalcanti. **A segunda regra fundamental:** um comentário sobre o Ferenczi de Lacan. Agora: estudos em teoria psicanalítica. Rio de Janeiro, v.5, n.2, junho/dezembro de 2002. Não paginado. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000200007>. Acesso em: 19 jun. 2012.

BERNARDES, Angela C. **Tratar o impossível:** a função da fala na psicanálise / Angela Bernardes. – Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BERNARDINO, Leda Mariza Fischer. **Inconsciente e tempo.** In: As psicoses não-decididas da infância: um estudo psicanalítico. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Área Técnica Saúde do Idoso. – Brasília, 2010. 44 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006, v. 12).

CALLIGARIS, Contardo. **Sociedade e indivíduo.** In: PSICANÁLISE e sintoma social / organização Mario Fleig. – 2ª ed. São Leopoldo : Ed. UNISINOS, 1997.

CASTRO, Julio Eduardo de. **A psicanálise e o tempo.** Psicanálise & Barroco em Revista. Juiz de Fora, v.3, p.60 – 74, 2008.

CHATELARD, Daniela Scheinkman. **Do tempo**. In: ANAIS eletrônicos do V encontro internacional da IF – EPFCL – Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Os tempos do sujeito do inconsciente: A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise, 2008.

<<http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/anais.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2012 p. 10 – 11.

CHATELARD, Daniela Scheinkman. **O tempo do sujeito na psicanálise: considerações sobre o objeto e a nomeação**. In: ANAIS eletrônicos do V encontro internacional da IF – EPFCL – Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Os tempos do sujeito do inconsciente: A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise, 2008.

<<http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/anais.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2012 p. 202 – 204.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

CÍCERO, Marco Túlio, 103-43 A.C. **Saber envelhecer e A amizade** / Marco Túlio Cícero; tradução de Paulo Neves. – Porto Alegre: L&PM, 2011. 160 p. 18 cm. – (Coleção L&PMPOCKET).

COMTE-SPONVILLE, André. **O ser-tempo**: algumas reflexões sobre o tempo da consciência / André Comte-Sponville; tradução Eduardo Brandão. – 2ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2006.

COSTA, Ana Maria Medeiros da. **A ficção do si mesmo: interpretação e ato em psicanálise**. / Ana Maria Medeiros da Costa. – Rio de Janeiro : Companhia de Freud, 1998.

DESCARTES, René (1637). **Discurso sobre o método**. / René Descartes; tradutores, Márcio Pugliesi; Norberto de Paula Lima. – São Paulo : Hemus – livraria editora LTDA, 1978.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**; editado por Michael Schröter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica, Andréa Daher. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FIGUEIREDO, Luís Claudio Mendonça. **Matrizes do pensamento psicológico**. Rio do Janeiro : Editora Vozes Ltda, 1989.

FIGUEIREDO, Luís Claudio Mendonça. **Psicologia, uma (nova) introdução**; uma visão histórica da psicologia como ciência / Luís Claudio Mendonça Figueiredo e Pedro Luiz Ribeiro de Santi. – 2 ed. – São Paulo : EDUC, 2006.

FINGERMANN, Dominique. **Os tempos do sujeito do inconsciente**. In: ANAIS eletrônicos do V encontro internacional da IF – EPFCL – Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Os tempos do sujeito do inconsciente: A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise, 2008.
<<http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/anaais.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2012, p. 09.

FINGERMANN, Dominique. **O “tempo” de uma análise**. In: ANAIS eletrônicos do V encontro internacional da IF – EPFCL – Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Os tempos do sujeito do inconsciente: A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise, 2008.
<<http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/anaais.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2012, p. 33 – 35.

FINGERMANN, Dominique. **O tempo na experiência da psicanálise**. Revista USP. São Paulo, nº 81, março – maio 2009, p. 58 – 71.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano**; entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FOCHI, Patricia. **Recordar, repetir y reelaborar**. Lecturas de um fragmento. Psicoanálisis y el Hospital: Publicación semestral de practicantes en Instituciones Hospitalarias. Año 21, nº 41. Buenos Aires: Ediciones del Seminario, 2012 p. 155 – 161.

FREUD, Sigmund (1896). **A etiologia da histeria**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. III, 1996. p. 185 – 216.

FREUD, Sigmund (1900). **A interpretação dos Sonhos**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. IV e V, 1996. p. 01 – 652.

FREUD, Sigmund (1905 [1904]). **Sobre a psicoterapia**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. IX, 1996. p. 131 – 143.

FREUD, Sigmund (1908 [1907]). **Escritores criativos e devaneios**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. VII, 1996. p. 241 – 254.

FREUD, Sigmund (1910 [1909]). **Cinco lições de psicanálise**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XI, 1996. p. 17 – 66.

FREUD, Sigmund (1911). **Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (Dementia Paranoides)**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, 1996. p. 13 – 90.

FREUD, Sigmund (1912). **Recomendações ao médico que pratica a psicanálise**. In: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”) : artigos sobre técnica e outros textos (1911 – 1913) / Sigmund Freud ; tradução e notas Paulo César de Souza. – São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund (1913). **Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I)**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, 1996. p. 137 – 160.

FREUD, Sigmund (1913). **O início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I)**. In: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”) : artigos sobre técnica e outros textos (1911 – 1913) / Sigmund Freud ; tradução e notas Paulo César de Souza. – São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund (1914). **Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II)**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, 1996. p. 159 – 172.

FREUD, Sigmund (1914). **Recordar, repetir y reelaborar (Nuevos consejos sobre la técnica Del psicoanálisis, II)**. In: Las obras de Sigmund Freud: edición castellana. Buenos Aires : Amorrortu editores S.A., v. XII, 1998. p. 145 – 157.

FREUD, Sigmund (1914). **Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II)**. In: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”) : artigos sobre técnica e outros textos (1911 – 1913) / Sigmund Freud ; tradução e notas Paulo César de Souza. – São Paulo : Companhia das Letras, 2010. p. 193 – 209.

FREUD, Sigmund (1914). **A história do movimento psicanalítico**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, 1996. p. 13 – 74.

FREUD, Sigmund (1915). **O inconsciente**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, 1996. p. 165 – 224.

FREUD, Sigmund (1917). **Uma dificuldade no caminho da psicanálise**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, 1996. p. 145 – 156.

FREUD, Sigmund (1918 [1914]). **História de uma neurose infantil**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII , 1996. p. 15 – 132.

FREUD, Sigmund (1923). **O Ego e o Id**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX , 1996. p. 15 – 82.

FREUD, Sigmund (1925 [1924]). **Um estudo autobiográfico**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XX , 1996. p. 11 – 79.

FREUD, Sigmund (1926). **A questão da análise leiga**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XX , 1996. p. 174 – 248.

FREUD, Sigmund (1926 [1925]). **Inibições, sintomas e ansiedade**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XX, 1996. p. 80 – 170.

FREUD, Sigmund (1930 [1929]). **O mal-estar na civilização**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, 1996. p. 65 – 148.

FREUD, Sigmund (1933). **Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XXII, 1996. p. 13 – 180.

FREUD, Sigmund (1940 [1938]). **Esboço de psicanálise**. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, 1996. p. 153 – 221.

FUKS, Lucía Barbero; FERRAZ, Flávio Carvalho. **O sintoma e suas faces** / [organização de] Lucía Barbero Fuks, Flávio Carvalho Ferraz. – São Paulo : Escuta/ Fapesp 2006.

FURTADO, Luis Achilles Rodrigues. **Desdobramentos do trabalho analítico como discurso**. Revista mal-estar e subjetividade. Fortaleza, v.VIII, n.1, mar/2008, p. 89 – 102.

GALVÃO, Gonçalo Moraes. **Tempo de entrada – reflexões acerca da entrada em análise**. In: ANAIS eletrônicos do V encontro internacional da IF – EPPFCL – Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Os tempos do sujeito do inconsciente: A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise, 2008.
<<http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/anais.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana** / Luiz Alfredo Garcia-Roza. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Introdução à metapsicologia freudiana** / Luiz Alfredo Garcia-Roza. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol. 2, 1991.

GOLDENBERG, Ricardo. **Cada um tem o analista que merece.** Ver. Assoc. psicanal. Porto Alegre, Porto Alegre, n. 39, p.124 – 131, jul/dez. 2010.

GONÇALVES, Delma Maria Fonseca. **O Tempo Lógico e a Duração da Sessão Analítica.** In: ANAIS eletrônicos do V encontro internacional da IF – EPFCL – Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Os tempos do sujeito do inconsciente: A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise, 2008. <<http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/anais.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2012 p. 161 – 164.

GONDAR, Jô. **A multiplicidade de tempos na metapsicologia.** In: Temporalidade e psicanálise. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995. p. 67 – 87.

GONDAR, Jô. **Winnicott, Bergson, Lacan:** tempo e psicanálise. Ágora. v. IX, nº1. Rio de Janeiro, jan/jun 2006. p. 103 – 117.

HANNS, Luiz Alberto. **Dicionário comentado do alemão de Freud /** Luiz Alberto Hanns. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

HARARI, Roberto. **Uma introdução aos quatro conceitos fundamentais de Lacan /** Roberto Harari : tradução Marta M. Okamoto, Luiz Gonzaga B. Filho. – Campinas, SP : Papirus, 1990.

HARARI, Roberto. **Policronias:** os contra-tempos da psicanálise. In: Por que não há relação sexual. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006. p. 203 – 210.

HARARI, Roberto. **A psicanálise e seus destinos.** In: O psicanalista, o que é isso? / Roberto Harari; organizadores Carlos Augusto Remor, Inezinha Brandão Lied, Tânia Vanessa Nöthen Marcarello; editor José Nazar. – Rio de Janeiro : Cia. de Freud, 2008 p. 75 – 82.

HARARI, Roberto. **O psicanalista:** o que é isso? In: O psicanalista, o que é isso? / Roberto Harari; organizadores Carlos Augusto Remor, Inezinha Brandão Lied, Tânia Vanessa Nöthen Marcarello; editor José Nazar. – Rio de Janeiro : Cia. de Freud, 2008 p. 111 – 124.

HARARI, Roberto. **Formações do inconsciente, formações do analista.** In: O psicanalista, o que é isso? / Roberto Harari; organizadores Carlos Augusto Remor, Inezinha Brandão Lied, Tânia Vanessa Nöthen Marcarello; editor José Nazar. – Rio de Janeiro : Cia. de Freud, 2008 p. 125 – 156.

HARARI, Roberto. **O que se espera de uma análise?** In: O psicanalista, o que é isso? / Roberto Harari; organizadores Carlos Augusto Remor, Inezinha Brandão Lied, Tânia Vanessa Nöthen Marcarello; editor José Nazar. – Rio de Janeiro : Cia. de Freud, 2008 p. 159 – 174.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa** / Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1.ed. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2009.

IZCOVICH, Luis. **La prisa y la salida.** In: ANAIS eletrônicos do V encontro internacional da IF – EPFCL – Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Os tempos do sujeito do inconsciente: A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise, 2008.

<<http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/anais.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012 p. 40 – 45.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Psicologia do Envelhecimento.** Envelhecimento: uma perspectiva psicanalítica. Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba. [s.n.] Ano V, nº5. Curitiba, dezembro de 2001.

JERUSALINSKY, Julieta. **Enquanto o futuro não vem:** a psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês. [s.l.] Editora Agalma, 2002. (Coleção de calças curtas).

KEHL, Maria Rita. **Sobre a ética e psicanálise.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão:** a atualidade das depressões / Maria Rita Kehl. – São Paulo: Boitempo, 2009.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. **Epistemologia e psicanálise**: o estatuto do sujeito. Revista Percurso. Nº 13. São Paulo, 2º semestre de 1994.

LACAN, Jacques (1953-1954). **O seminário: livro I**: os escritos técnicos de Freud. / Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques Alain-Miller; versão brasileira de Betty Milan. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

LACAN, Jacques (1954-1955). **O seminário: livro 2**: a Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. / Jacques Lacan; tradutores, Marie Christine Lasnik Penot; com a colaboração de Antonio Luis Quinet de Andrade. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 1985.

LACAN, Jacques (1953). **Função e campo da fala e da linguagem**. In: Escritos. / Jacques Lacan; tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998 p. 238 – 324.

LACAN, Jacques (1955). **Variantes do tratamento-padrão**. In: Escritos. / Jacques Lacan; tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 325 – 364.

LACAN, Jacques (1957). **A instância da letra no inconsciente**. In: Escritos. / Jacques Lacan; tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998 p. 496 – 533.

LACAN, Jacques (1958). **A direção do tratamento e os princípios de seu poder**. In: Escritos. / Jacques Lacan; tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 591 – 652.

LACAN, Jacques (1959/1960). **O seminário: livro 7**: A ética da psicanálise. – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor LTDA, 1986.

LACAN, Jacques (1960). **Subversão do sujeito e dialética do sujeito no inconsciente freudiano**. In: Escritos. / Jacques Lacan; tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 807 – 842.

LACAN, Jacques (1960). **Posição do inconsciente**. In: Escritos. / Jacques Lacan; tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998 p. 843 – 864.

LACAN, Jacques (1964). **O seminário: livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.** / Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques Alain-Miller; tradução de MD Magno. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LACAN, Jacques (1967). **Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola.** In: Outro escritos. / Jacques Lacan; [tradução Vera Ribeiro; versão final Angelina Harari e Marcus André Vieira; preparação de texto André Telles]. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003 p. 248 – 264.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da psicanálise** / Laplanche e Pontalis; sob a direção de Daniel Lagache; [Tradução de Pedro Tamen]. – 3ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 1998.

LIMA, Nádia Laguárdia de, SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. **Hystorização e romance:: a construção do personagem no diário íntimo de adolescente.** Revista Agora, V. XV, n.1. Rio de Janeiro, jan/jun 2012 p. 79 – 94.

MEZAN, Renato. **Que tipo de ciência é, afinal, a psicanálise?** Natureza humana. São Paulo, v.9, n.2, dez. 2007. Não paginado. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1517-24302007000200005&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 27 jul. 2012.

MOLINA, Rubens. **Cadernos de aula – aula 8: Recordar, Repetir e Elaborar.** Freud: 1914 / Rubens molina. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1988.

NASIO, Juan-David. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan** / J.-D. nasio; tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

NOMINÉ, Bernard. **Em prelúdio...** In: ANAIS eletrônicos do V encontro internacional da IF – EPFCL – Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Os tempos do sujeito do inconsciente: A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise, 2008.
<<http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/anais.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2012 p. 14.

NOVELLO, Mário. **Os diferentes vazios e os diferentes tempos na cosmologia.** In: Temporalidade e psicanálise. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 127 – 171.

PACHECO, Olandina M. C. de Assis. **Sujeito e singularidade:** ensaio sobre a construção da diferença / Olandina M. C. de Assis Pacheco. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PELBART, Peter Pal. **O tempo não-reconciliado.** In: Temporalidade e psicanálise. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995. p. 41 – 66.

PINHO, Gerson Smiech. **Os caminhos da cura analítica hoje.** O trabalho do psicanalista. Revista da APPOA. Porto Alegre : n. 113, maio de 2003.

PINTO, Jeferson Machado. Psicanálise, feminino, singular. / Jeferson Machado Pinto. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008.

POMMIER, Gérard. **O desenlace de uma análise.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor Ltda, 1990.

PORGE, Erik. **Psicanálise e tempo: o tempo lógico de Lacan.** / Erik Porge; tradução Dulce Duque Estrada. – Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

POULICHET, Sylvie. **O tempo na psicanálise.** / Sylvie Le Poulichet; tradução Lucy Magalhães; revisão técnica, Marcos Comaru. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PUJÓ, Mario. **Elaboración:** recuerdo y repetición. Psicoanálisis y el Hospital: Publicación semestral de practicantes en Instituciones Hospitalarias. Año 21, nº 41. Buenos Aires: Ediciones del Seminario, 2012 p. 05 – 06.

QUINET, Antonio. **A descoberta do inconsciente:** do desejo ao sintoma / Antonio Quinet. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

QUINET, Antonio. **As 4 + 1 condições da análise.** / Antonio Quinet. – 11.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

QUINET, Antonio. **Perante o sintoma todo relógio é mole**. In: ANAIS eletrônicos do V encontro internacional da IF – EPFCL – Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Os tempos do sujeito do inconsciente: A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise, 2008.

<<http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/anais.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2011 p. 15 – 16.

RODRIGUÉ, Emílio. **Sigmund Freud. O século da psicanálise**: 1895-1995 / Emílio Rodrigué – São Paulo : Editora Escuta, v. 2, 1995.

RODRIGUÉ, Emílio. **Sigmund Freud. O século da psicanálise**: 1895-1995 / Emílio Rodrigué – São Paulo : Editora Escuta, v. 3, 1995.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Dicionário de Psicanálise**. / Elisabeth Roudinesco, Michel Plon; tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

RUSSO, Jane. **O mundo psi no Brasil**. / Jane Russo. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

SAFATLE, Vladimir. **Lacan** / Vladimir Safatle. 2ª ed. – São Paulo : Publifolha, 2009.

SAFOUAN, Moustapha. **A palavra ou a morte**: como é possível uma sociedade humana? / Moustapha Safouan; tradução Reigna Steffen – Campinas, SP : Papyrus, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand (1916). **Curso de lingüística geral** / Ferdinand de Saussure; tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. – São Paulo: Cultrix, 2006.

SOLER, Colette. **Artigos Clínicos** / Colette Soler; trad. Elena Lopes Cólb. – Salvador: Fator, 1991.

SOLER, Colette. **Atualidade**. In: ANAIS eletrônicos do V encontro internacional da IF – EPFCL – Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Os tempos do sujeito do inconsciente: A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise, 2008. <<http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/anais.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2012 p. 06 – 07.

SOLER, Colette. **O sujeito, o inconsciente e o tempo**. A peste, São Paulo, v.1, n.1, p. 185 – 194, jan./jun. 2009. Entrevista concedida a Dominique Fingermann e Maria Rita Kehl, 2009.

SOUSA, Edson Luis André de. **Uma invenção da utopia**/ Edson Luis André de Sousa. São Paulo: Lumme Editor@, 2007.

SOUZA, Alduísio M. de. **Transferência e interpretação**: ensaio clínico lacaniano / Alsuísio M. de Souza. Porto Alegre : Artes Médicas, 1988.

SPINK, Peter. **O pesquisador conversador no cotidiano**. Psicologia & Sociedade. Porto Alegre, v. 20,n. spe., p. 70 – 77. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400010>. Acesso em: 22 mar. 2010.

TEIXEIRA, Angélia. **Modulação pulsional do tempo**. In: ANAIS eletrônicos do V encontro internacional da IF – EPFCL – Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Os tempos do sujeito do inconsciente: A psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise, 2008. <<http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/anais.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2012 p. 105 – 108.

VEGH, Isidoro. **A clínica freudiana**. / Isidoro Vegh; tradução Carolina Mariela Tarrio. –São Paulo : Editora Escuta, 1989.

VEGH, Isidoro. **Os discursos e a cura**./ Isidoro Vegh et al.; tradução de Miriam Celli Dyskant. – Rio de Janeiro : Companhia de Freud, 2001.